

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA, SERVIÇO SOCIAL, SAÚDE E
COMUNICAÇÃO HUMANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL

Roberta da Silva Gomes

**ERGUER A VOZ, ESCREVIVER E CARTAGRAFAR:
memórias de uma mulher negra e lésbica na pós-graduação**

Porto Alegre
2023

CIP - Catalogação na Publicação

da Silva Gomes, Roberta
ERGUER A VOZ, ESCREVIVER E CARTAGRAFAR: memórias
de uma mulher negra e lésbica na pós-graduação /
Roberta da Silva Gomes. -- 2023.
158 f.
Orientador: Luciana Rodrigues.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Serviço
Social, Saúde e Comunicação Humana, Programa de
Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional,
Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. relações raciais. 2. racismo institucional. 3.
branquitude. 4. escrituras. 5. cartografia. I.
Rodrigues, Luciana, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL

Roberta da Silva Gomes

ERGUER A VOZ, ESCREVIVER E CARTAGRAFAR:
memórias de uma mulher negra e lésbica na pós-graduação

Dissertação de mestrado apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGPSI/UFRGS) como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Psicologia Social e Institucional.

Linha de Pesquisa: Clínica, Subjetividade e Política
Coletivo bell hooks: formação e políticas do cuidado

Orientação: Prof.^a Dr.^a Luciana Rodrigues

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Luciana Rodrigues (PPGPSI/UFRGS, orientadora)

Ìyálasè Yashodan Abya Yala - Comunidade Kilombola Morada da Paz - CoMPaz
Território de Mãe Preta

Prof.^a Dr.^a Suiane Costa Ferreira (PPGPSI/UFRGS)

Prof.^a Dr.^a Paula Rita Bacellar Gonzaga (UFMG)

Prof.^a Dr.^a Jaileila de Araújo Menezes (UFPE)

Prof.^a Dr.^a Bruna Moraes Battistelli (UFPR)

RESUMO

Essa dissertação foi escrita em cartas-manifesto que testemunham e documentam – *cartagrafiam* (Battistelli; Oliveira, 2021) - parte do meu percurso enquanto mulher negra de pele clara, filha de um casal interracial, cisgênera, lésbica e do ãse, a partir do que a vivência na pós-graduação em Psicologia Social e Institucional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul mobilizou em meu corpo. Meu objetivo foi utilizar as minhas vivências em ambientes educacionais desde a infância, passando pela adolescência, graduação, até chegar na pós-graduação, como quem recolhe pistas que auxiliam a olhar para a racialização das relações institucionais e interpessoais tanto dentro da universidade quanto na sociedade brasileira. Evoco essas memórias – *escrivivências* (Evaristo, 2016) - para encontrar evidências de como o racismo institucional e interpessoal dentro da academia opera e também para discutir estratégias de autocuidado, resistência, sobrevivência e uma nova possibilidade de docência em Psicologia. Tratam-se de dezoito cartas, endereçadas a diferentes pessoas, grupos, coletivos e mesmo algumas sem endereçamento, que não possuem a pretensão de serem respondidas, pois nem toda carta precisa de resposta e, neste caso, elas servem para manifestar, testemunhar, documentar, registrar as memórias e vivências do meu corpo-território (Nascimento, 2021), como quem ousa *erguer a voz* (hooks, 2019a). Com esse trabalho, estive dedicada a encontrar algumas perspectivas de como pensar uma docência e pesquisa em Psicologia Social que transcendesse os livros e as autoras estudadas, respeitando os corpos e sujeitos com quem trabalha. Mais do que uma pesquisa, assim, essa dissertação foi um processo de cura, na medida em que escolhi transformar as dores das cicatrizes em movimento político e social. Isto só foi (e segue sendo) possível em comunidade, pois como bell hooks (2020a) nos ensina e Silvane Silva cita no prefácio à edição brasileira de *Tudo sobre o amor*: “a cura é um ato de comunhão” (Silva apud hooks, 2020a, p.19).

Palavras-chave: relações raciais; racismo institucional; branquitude; escritivências; cartografia.

ABSTRACT

This dissertation was written in manifesto-letters that testify and document – *cartagrafiam* (Battistelli; Oliveira, 2021) – part of my journey as a light-skinned black woman, daughter of an interracial couple, cisgender, lesbian and afroreligious, from what the postgraduate experience in Social and Institutional Psychology at the Federal University of Rio Grande do Sul mobilized my body. My objective was to use my experiences in educational environments since childhood, through adolescence, graduation, until reaching postgraduate studies, as someone who collects clues that help to look at the racialization of institutional and interpersonal relationships both within the university and in society. Brazilian. I evoke these memories – *escrivivências* (Evaristo, 2016) - to find evidence of how institutional and interpersonal racism within academia operates and also to discuss strategies for self-care, resistance, survival and a new possibility of teaching in Psychology. These are eighteen letters, addressed to different people, groups, collectives and even some unaddressed, which do not intend to be answered, as not every letter needs a response and, in this case, they serve to manifest, testify, document, record the memories and experiences of my body-territory (Nascimento, 2021), as someone who dares to *raise their voice* (hooks, 2019a). With this work, I was dedicated to finding some perspectives on how to think about teaching and research in Social Psychology that would transcend the books and authors studied, respecting the bodies and subjects with whom we work. More than just research, this dissertation was a healing process, as I chose to transform the pain of scars into a political and social movement. This was only (and continues to be) possible in community, because, as bell hooks (2020a) teaches us and Silvana Silva quotes in the preface to the Brazilian edition of *Tudo sobre o amor*: “healing is an act of communion” (Silva apud hooks, 2020a, p.19).

Keywords: racial relations; institutional racism; whiteness; *escrivivências*; cartografia.

SUMÁRIO

Guia de entrada	8
Carta para minha avó Terezinha	11
Sobre as políticas da memória e o meu objeto de pesquisa	13
Clara demais para ser negra, escura demais para ser branca	19
Como eu chego até a academia.....	31
Os primeiros meses de mestrado: a desilusão	37
Carta para bell hooks	51
Sobre a minha escrevivência: ética metodológica e política de escrita.....	55
Carta para os/as pesquisadores/as-cientistas-brancos/as.....	62
O começo da virada de chave da pesquisa	64
O surgimento desta pesquisa	68
Carta para Lu	70
Coletivo bell hooks: aquilombamento e possibilidade de (re)existência.....	74
Cinco anos depois das Ações Afirmativas no PPGPSI: o que mudou?	78
Cinco anos depois das Ações Afirmativas no PPGPSI: o que mudou? - Parte 2.....	95
Cinco anos depois das Ações Afirmativas no PPGPSI: o que mudou? - Parte 3.....	118
Sobre a atuação da Comissão de Ações Antirracistas:	119
“Roberta, tu tem noção do que tu escreveu? Do que tu produziu?”	126
É possível exercer uma docência em comunidade de aprendizado?.....	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	141
ANEXO 1. Uma carta de manifestação, de Ìyálasé Yashodan Abya Yala	143
ANEXO 2. Carta-parecer de Jaileila de Araújo Menezes.....	148



Figura 1. Colagem por Roberta da Silva Gomes

Guia de entrada

Àgòyè mojubá! Começo essa dissertação pedindo a bênção e licença a minha Mãe Preta, ao meu Pai Seu Sete, a todos os meus mais velhos e mais novos, a todos os seres visíveis e invisíveis, ao Conselho de Ìyás e Bábàs da Nação Muzunguê para que o meu àse de escrita seja de amorosidade, acolhimento e respeito.

Essa pesquisa não começou em 2022, tampouco em 2021, quando ingressei no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGSI) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e muito menos em 14 de setembro de 1991, dia do meu nascimento. Ela começa bem antes de mim. Começa a ser tecida pelas minhas ancestrais que pavimentaram o caminho com resistência, luta e amorosidade, possibilitando que hoje eu esteja aqui, contando parte da minha história através das minhas memórias.

Minha dissertação foi escrita em cartas-manifesto - como dito pela Ìyálasé Yashodan Abya Yala em minha banca de defesa - que testemunham e documentam – *cartagrafam* (Battistelli; Oliveira, 2021) - parte do meu percurso enquanto mulher negra de pele clara, filha de um casal interracial, cisgênera, lésbica e do àse, a partir do que a vivência na pós-graduação mobilizou em meu corpo.

Aqui, meu objetivo é utilizar as minhas vivências em ambientes educacionais desde a infância, passando pela adolescência, graduação, até chegar na pós-graduação, como quem recolhe pistas que auxiliam a olhar para a racialização das relações institucionais e interpessoais tanto dentro da universidade quanto na sociedade brasileira. Evoco as minhas memórias – *escrivivências* (Evaristo, 2016) - para encontrar evidências de como o racismo institucional e interpessoal dentro da academia opera para “engendrar formas de exclusão e eliminação de corporeidades diferentes” (Ìyálasé Yashodan Abya Ayla, 2023). Não para que a universidade se redima - ela não será redimida! - mas para que assuma a sua responsabilidade e se desforme, como minha Ìyá Yashodan Abya Ayla ensina na carta que escreve para compor a minha banca de defesa dessa dissertação e que pode ser lida em anexo. Também discuto, nesse sentido, estratégias de autocuidado, resistência, sobrevivência e uma nova possibilidade de docência em Psicologia.

Para isso, recorro a alguns elementos da análise institucional buscando construir um percurso crítico e analítico da racialização e da branquitude através da minha experiência no PPGSI. Nesse sentido, faço uso instrumental da *sobreimplicação* descrita por Lourau (2004) como uma recusa dos sujeitos em analisar seu envolvimento com as situações (vivenciadas),

evidenciando uma dificuldade em “se implicar”, fato bastante habitual aos intelectuais brancos. Essa chave será melhor apresentada e fundamentada ao longo das cartas.

Foram dezoito cartas-manifesto, endereçadas a diferentes pessoas, grupos, coletivos e mesmo algumas sem endereçamento, que não possuem a pretensão de serem respondidas, pois nem toda carta precisa de resposta e, neste caso, elas servem para manifestar, testemunhar, documentar, registrar as memórias e vivências do meu corpo-território (Nascimento, 2021), servem para *erguer a voz* (hooks, 2019a): Carta para minha avó Terezinha; Sobre as políticas da memória e o meu objeto de pesquisa; Clara demais para ser negra, escura demais para ser branca; Como eu chego até a academia; Os primeiros meses de mestrado: a desilusão; Carta para bell hooks; Sobre a minha escrevivência: ética metodológica e política de escrita; Carta para os/as pesquisadores/as-cientistas-brancos/as; O começo da virada de chave da pesquisa; O surgimento desta pesquisa; Carta para Lu; Coletivo bell hooks: aquilombamento e possibilidade de (re)existência; Cinco anos depois das Ações Afirmativas no PPGPSI: o que mudou?; Cinco anos depois das Ações Afirmativas no PPGPSI: o que mudou? - Parte 2; Cinco anos depois das Ações Afirmativas no PPGPSI: o que mudou? - Parte 3; Sobre a atuação da Comissão de Ações Antirracistas; “Roberta, tu tem noção do que tu escreveu? Do que tu produziu?”; É possível exercer uma docência em comunidade de aprendizado?

Com essa pesquisa eu desejo encontrar algumas perspectivas de como pensar uma docência e pesquisa em Psicologia Social que transcenda os livros e as autoras estudadas, respeitando os corpos e sujeitos com quem trabalha. Mais do que uma pesquisa, essa dissertação é um processo de cura, na medida em que escolho transformar as dores das cicatrizes em movimento político e social. Isto só foi (e segue sendo) possível em comunidade, pois como bell hooks (2020a) nos ensina e Silvane Silva cita no prefácio à edição brasileira de *Tudo sobre o amor*: “a cura é um ato de comunhão” (hooks, 2020a, p.19).

Às minhas mais velhas e aos meus mais velhos; às minha Ìyás e Bábàs; aos Orixás e todas as entidades que me guiam e protegem; às minhas irmãs e irmãos filhos de Mãe Preta (em especial as Sense8); à minha orientadora Luciana Rodrigues; à minha família de origem, Fátima, Clori, Terezinha, Taís, Elói, Jorge, Lucas e Pedro; ao Coletivo bell hooks e toda a sua potencialidade - em especial à Bruna Battistelli, Sharyel Toebe, Jéssica Lopes Borges e Zaine Jaqueline Schenckel; às amigas e amigos que a vida me deu, representadas aqui pela Ana Luiza de Souza Castro, Angela Aline Haiduk Rosa, Ariella Yung Soares, Bruna Dalmaso Junqueira, Camila Baialardi, Caroline Ferreira, Denise Silva Motta dos Santos, Fabiana de Lima Amadeo Casarolli, Flora Ini Saldanha, Gabriela Brito Pires, Juliana Gomes, Karen de Ávila, Kaoma

Cristina Silveira, Lucas Machado, Luciana Barcellos Fossi, Pedro Henrique Machado, Rafaela Martins Castelo Branco, Tamires Führ da Silva e Thayná Miranda da Silva; à minha irmã, também filha de Mãe Preta, e companheira Dâléh (Pâmela Marconatto Marques), que esteve me incentivando e auxiliando a finalizar essa dissertação pós banca de defesa e lembrando "que há sempre um imprevisto apaziguante, quando tudo parece perdido.": **sou grata.**

*

Iabás - Saci Wèrè

Odoyá, eparrei
Buruquê, oraieiê
Iemanjá, Iansã
Nãnan e Oxum
Que eles aprendam a chorar
Desistam de esconder
Gota com gosto de mar
Que limparia o seu ser
Vocês têm que se curar
Dessa dor
Que te faz querer o poder
Pra maquiá sua falta de se acolher
Menino vá se lavar
Em água doce ou no mar
Deixa as Iabás lhe ensinar
Deixa as Iabás lhe ensinar
Filho, irmão, venha cá
Não deixe enrijecer
Tua luz, tua doçura, tua fragilidade
Vai abrir teus olhos pra ver
Permita-se em meu doce abraço acalentar o teu fardo
Expurga o teu cansaço com esse punhado farto de alecrim
Perdoa o embaraço que essa gente criou pra você e pra mim
Permita-se em meu doce abraço acalentar o teu fardo,
Expurga o teu cansaço com esse punhado farto de alecrim
Perdoa o embaraço que essa gente criou pra você e pra mim

*

Vocês que me leem perceberão que em vários trechos uso o pronome feminino como universal, pois para além de reverenciar aquelas que vieram antes de mim, estou falando de formação em Psicologia, área de conhecimento composta no Brasil majoritariamente por mulheres.



Carta para minha avó Terezinha

“Busquem estar com o coração atento e a mente emocionada.”

Seu 7, pai da Nação Muzunguê

Porto Alegre, 19 de abril de 2023

Oi, vó!

Escrevo para ti no intuito de conseguir colocar para fora um pouco, ou muito, da saudade que tenho sentido desde a tua partida em 28 de dezembro de 2022. Quer dizer... A saudade eu já vinha sentindo desde que a doença – o Alzheimer – começou a te acometer de maneira mais intensa, fazendo com que o esquecimento passasse a ser cotidiano e corriqueiro na tua vida.

Sabe vó, eu lembro que quando tu recebeste o diagnóstico da doença eu estava na graduação, coincidentemente ou não, eu havia recém terminado uma disciplina que se chamava “Avaliação Neuropsicológica”, na qual estudávamos vários tipos de doenças demenciais. Essa disciplina também foi uma das duas únicas em que peguei recuperação na faculdade e acho que nunca estudei tanto para uma prova quanto estudei para essa recuperação. Eu gostava da matéria, mas achava bem difícil e acho que o fato de os médicos já estarem suspeitando do teu diagnóstico também fez com que eu me aproximasse do conteúdo. Isto acabou despertando em mim uma curiosidade para compreender as doenças e, portanto, fez com que tivesse mais vontade de estudar. E no final das contas tirei uma nota super alta no exame e passei com uma média acima de 7,0, o que lembro de ter me deixado bem contente. Hoje pensando me dou conta, que besteira, né, vó?! Achar que o meu conhecimento só valeria algo se eu passasse com uma nota acima de 7,0. Chega a ser ridículo eu falar isso pra ti, que foi uma mulher incrível, cheia de afeto, de cuidado, de amor, de conhecimento, que criou 3 filhos e ajudou a criar muitos netos e netas, mesmo tendo estudado somente até a 4ª série.

No dia em que tu fizeste a passagem eu escrevi um texto para te homenagear que vou compartilhar aqui contigo:

“Quarta-feira, 28 de dezembro de 2022.

Essa noite que passou, enquanto eu estava na insônia da madrugada, o Google fotos me notificou com uma recordação de "Você e Tetê". Ontem eu me despedi fisicamente, conversei, beijei muito e fiquei sentindo pela última vez o calor da mão dela.

Segunda, dia 26, teria sido aniversário do meu avô, o grande amor dela. Eram tipo cão e gato. Viviam brigando quando estavam juntos, mas nas temporadas que ela passava em Porto Alegre, para ficar com os netos, e ele seguia em Imbé, se falavam todos os dias por telefone. Depois, com as ligações gratuitas para a mesma operadora de telefone móvel, era o dia inteiro se falando.

Eu tenho tantas memórias lindas com ela (e com ele também). Foram anos de verões na praia jogando carta. Brincando, indo ao centrinho de Tramandaí comer crepe, ao sacolão, ao 1,99 e ao CECLIMAR¹. Com eles

¹ Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos da UFRGS.

aprendi a jogar pife, escova, canastra. Íamos madrugada adentro jogando e depois eu dormia no quarto deles, na "minha" caminha.

Com ela também aprendi muito do que sei na cozinha. Lembro dos pães caseiros, das panquecas, dos nhoques de espinafre, das rapaduras de leite - muuuuuuito melhores que as do Maquiné², diga-se de passagem rsrs -, das tortas com massa podre, dos docinhos nos aniversários e do bolo de cenoura que ela me ensinou a fazer, que segue sendo meu bolo favorito até hoje.

Também lembro de quando ela me perguntou como se fazia arroz. Nesse dia eu senti o baque. Dali para frente, a cada vez que a via era menos memória e reconhecimento que ela tinha. Mas a risada dela, o bom humor, o carinho, esses sempre persistiram.

Sou muito grata por ter somente lindas e afetivas memórias, vó. Foste luz em nossas vidas e eu te amo muito! Agora descansa e encontra o vô. Ele com certeza está te esperando faceiro.

Adupé pela tua existência!”

Nesse texto eu pincelei um pouquinho, quase nada, de algumas lembranças felizes que tenho contigo e com o vô. Mas a verdade é que são muitas, infinitas lembranças. Desde muito pequena eu tenho a memória de entrar em férias na escola, passar o Natal em Porto Alegre, na casa da vó Clori e dia 26 ir para a praia, pois era aniversário do vô e já ficar direto para o Ano Novo. Eu ficava na casa de vocês. Lembro que quando era criança, tinha uma cama de casal na sala e que eu dormi muito ali. Depois, já pré-adolescente, tinha uma cama de solteiro no quarto de vocês, que era onde eu dormia. Já na adolescência eu ficava ou no quarto de vocês ou no quarto de uma das minhas tias, quando elas não estavam. Era quando eu podia ficar “sozinha” e achava o máximo. Foi na casa de vocês que eu vivi as melhores lembranças da minha infância no verão. Eram brincadeiras com meus primos e os vizinhos: jogar bola, brincar de pega-pega, esconde-esconde, andar de bicicleta, jogar carta – a gente amava jogar dorminhoco com rolha, lembra? Sempre tinha briga e vocês tinham que intervir hahaha –, andar de rede, pular corda, brincar na piscina 1000 litros que o vô montava todos os verões, jogar o videogame dos meus primos mais velhos. Eu lembro que eles nos davam um controle remoto desplugado do aparelho para a gente achar que estávamos jogando e na verdade só eles que jogavam rsrsrs.

² DOCES CASEIROS MAQUINÉ, é uma loja que produz doces, pães, cucas e outras comidas regionais do Rio Grande do Sul, localizada na estrada para o litoral gaúcho, que sempre foi parada confirmada nas idas de minha família à Imbé, cidade litorânea na qual os meus avó residiam.

Lembro que todo ano novo eu ficava enchendo o saco da família inteira para irmos para a praia depois da ceia ver os fogos de artifício na beira do mar, isso deve ter acontecido, sei lá, no máximo umas 3 vezes. Eu era uma criança, e depois adolescente, com uma energia infinita. Lembro que tinha uma fase que eu passava virando estrelinha no pátio, plantando bananeira, fazendo parada de mão. Nessa época a mãe dizia que ficava cansada só de me olhar rrsrs.

Outro âmbito da minha vida em que tu sempre esteve muito presente foi o da alimentação. Aprendi muito do que sei na cozinha contigo e mais do que aprender a cozinhar, aprendi a colocar amor, afeto, cuidado em cada alimento preparado. Quem me conhece sabe que uma das maneiras que eu mais gosto de oferecer afeto para quem eu amo é fazendo uma comidinha gostosa. A primeira comida que tu me ensinaste a fazer foi bolo de cenoura com cobertura de chocolate e não por acaso é o meu bolo preferido até hoje! Lembro da gente lá no apartamento da Portugal, fazendo nhoque com a massa de batata e espinafre. Eu amava esses momentos, de separar os ingredientes, começar a receita, ir aprendendo contigo, te observando e botando a mão na massa conforme tu ia permitindo... Abacate com limão e açúcar!!! Eu amava!! E quando eu reclamava que tinham formigas no abacate, que iam de brinde com o açúcar, tu dizia que era para comer igual, pois “formiga faz bem pros olhos” hahaha. Eu ficava braba, mas comia!

Nossa, Tetê, eu poderia ficar horas e horas aqui só escrevendo sobre lembranças lindas que temos juntas e que eu tenho certeza, me acompanharão para sempre. Sou imensamente grata por ter sido cuidada por ti durante tantos anos, fosse em Imbé, durante as férias de verão, fosse em Porto Alegre, quando tu ia passar a semana na minha casa ou na casa da vó Clori – eu, que não era boba nem nada, dormia todos os dias na casa da vó Clori quando tu estavas lá para poder te aproveitar ao máximo rrsrs.

É bem louco pensar que hoje, quando eu me conecto com a minha espiritualidade, de alguma maneira isso me leva para perto de ti, ou te traz para perto de mim. Acho que se explica pelo amor, pela conexão com as minhas origens, pelo desejo de saber quem eu sou, de onde eu vim e para onde eu vou. E aqui entra outro fator bem importante para mim, que é pensar a minha racialização: uma mulher negra de pele clara, que foi criada por pessoas brancas, incluindo tu. Também acho bem louco pensar que as minhas referências de cuidado e afeto até muito pouco tempo atrás eram apenas de mulheres brancas – tu, a vó Clori, a mãe e a Taís. Acho que por isso me incomoda tanto quando pessoas negras – próximas ou não – me dizem: “eu não consigo confiar em gente branca”. Mesmo que eu entenda o que elas querem dizer, porque de fato a branquitude como categoria social é complicadíssima... eu só consigo me transportar para a

minha infância e meu desenvolvimento, que perpassam o cuidado de vocês quatro, mulheres brancas. Como eu não vou confiar em quem me criou? Em quem me deu afeto, carinho, educou? Em quem tem uma grande influência na mulher que eu me tornei? Para mim é simplesmente impossível pensar nisso.

Só posso dizer que tenho uma gratidão imensa, vó. Pelo amor, pelo cuidado, pelas risadas, pelos ensinamentos, pelo afeto em forma de comida, jogos de carta, passeios no centrinho, beijos e abraços quentinhos. Amo-te demais, veinha! E te sinto sempre perto! Cada vez mais.

Com amor, Beta.

Sobre as políticas da memória e o meu objeto de pesquisa

“Memória tem cor, cheiro e não tem tempo.”

Mãe Preta, Ìyágbà ancestral da Nação Muzunguê

Porto Alegre, 25 de abril de 2023

Oi, querida leitora! Espero que essa carta te encontre bem.

Semana passada na disciplina de “Políticas da memória”, ministrada pela Luciana, minha orientadora, e pela Bruna, professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR), enquanto estávamos conversando sobre o terceiro capítulo do livro “Performances do tempo espiralar” da Leda Martins (2021), me dei conta de como a minha escrita no projeto de dissertação seguiu em boa parte um tempo cronológico, que mesmo eu tendo o desejo de realizar uma escrita que fuja do padrão acadêmico eurocentrado, branco e colonial, facilmente cometo “deslizes” nessa proposta de escrita. E não escrevo isso com o intuito de me martirizar, mas sim para refletir sobre como os nossos corpos e mentes são tão colonizados que até mesmo quem se propõe a ser contra-colonial, por vezes, funciona de forma colonizada. Afinal, somos pessoas de um determinado tempo histórico, vivendo em uma determinada forma de sociedade – capitalista, patriarcal, supremacista branca – portanto, diretamente influenciadas por essas variáveis.

Quando penso em “tempo histórico” penso em memória, e quando penso em memória, me questiono: o que é memória? É possível encontrar uma única definição de memória? É necessário encontrar essa definição? Serviria para o que, ou para quem, essa definição? Seria a memória aquela lembrança de “uma mesa posta para o almoço, com panelas cheias de comida, saladas variadas e um refrigerante”, conforme me disse uma paciente em atendimento hoje pela manhã? Seria a minha memória olfativa na casa da praia dos meus avós, eu com cerca de 10 anos e o cheiro de pão feito em casa assando no forno? Ou seria a lembrança do gosto das pitangas gigantes que meu avô colhia todo dia 26 de dezembro para me receber em sua casa no dia de seu aniversário? Ou ainda, seriam as lembranças de dores físicas e angústias que as minhas crises de ansiedade me proporcionam? Quem sabe sejam as lembranças dos abraços quentinhos que dou em quem eu amo? Das horas de conversa por telefone ou chamada de vídeo

com minhas amigas, hábito este que desenvolvemos na pandemia de covid-19, mas que mantivemos depois, com o intuito de nos mantermos conectadas?

Eu poderia ficar descrevendo várias e várias experiências como memórias, mas tenho pensado muito, através das discussões em sala de aula, que determinadas palavras não precisam necessariamente serem conceituadas e talvez a memória, seja uma dessas. Memória como um corpo-tela (Martins, 2021), com sentidos, cheiros, gostos, tatos. Memória como uma lembrança visual. Nosso corpo carrega memória quando dança, quando ginga, quando canta, quando chora, quando ri. Talvez a memória seja não o que ela é, mas o que ela faz, assim como bell hooks nos ensina que o amor é ação, nunca simplesmente um sentimento (hooks, 2020a).

Vilma Piedade (2017) nos faz pensar que todo conceito carrega consigo significados e significantes, que por sua vez irão representar um determinado lugar de poder. Afinal, quem pode determinar um conceito? Ewá – orixá, Ìyágbà – é chamada de “senhora das possibilidades”, também conhecida como senhora dos disfarces, da transformação e da invisibilidade. É um orixá ligado à memória, que incide sobre as sensações e a imaginação dos seres vivos, é a deusa das imagens e se apresenta da forma que desejar, quando e se desejar (Martins, 2006). Conhecer as características de Ewá nos possibilita pensar em como o culto aos orixás tem a capacidade de nos ensinar que as certezas, que pensamos ser absolutas, caem por terra ao nos depararmos com as possibilidades e potencialidades que as divindades carregam consigo, juntamente à conexão delas com a terra, o ar, o fogo e a água. O que me faz voltar ao pensamento de Vilma Piedade, quando nos lembra que um conceito, ainda que carregue significados e significantes, não é estático, está sempre em movimento, assim como os elementos da natureza, assim como Ewá. Um conceito é circular, assim como a memória é espiralar (Martins, 2021).

Mas voltando à sala de aula, a Bruna é aquela professora que sempre nos traz questionamentos bem importantes, nos faz sair da aula com mais dúvidas do que certezas, o que, particularmente, eu acho ótimo, pois os questionamentos nos auxiliam a produzir movimento. Recentemente ela nos disse que “mais do que definir conceitos a gente precisa operar. Com qual corpo vamos operar no texto? Como o corpo opera e como demonstramos o corpo no texto? Como operar memória, mais do que narrar um conceito?”. E é esse operar que tem martelado na minha cabeça. Como o meu corpo está operando nas minhas escritas? Será que eu estou conseguindo vir o mais inteira possível para as escritas?

E por que razão eu quero falar das minhas memórias? Quando me perguntam qual é a minha pesquisa, eu ainda titubeio na resposta. Eu sei o que me motivou a escrever sobre as

memórias: foram as violências vividas por mim dentro do ambiente da pós-graduação e as formas que encontrei para resistir e seguir existindo. Mas não é contar só por contar. É para documentar o meu testemunho. Mas por que esta documentação é importante? O que significa documentar?

Yasmin da Silva (2022), em seu Trabalho de Conclusão de Curso, nos lembra que a colonialidade opera de forma a não reconhecer a nossa história, num processo de apagamento e destruição de nossa ancestralidade, de nossas memórias. Portanto, pensar a minha vivência dentro da pós-graduação como um corpo-documento, que é território de resistência e permanência (Reis, 2022), possibilita enraizar as minhas memórias dentro deste espaço que é o Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI) da UFRGS.

Para transformar a minha narrativa em um testemunho documentado, que irá enraizar aquilo que eu relato ao longo da minha pesquisa na história deste programa, inspiro-me em muitas mulheres negras, africanas e da diáspora, que ao longo de suas escritas narram os seus processos de retorno às suas origens, ancestralidades e existências: Scholastique Mukasonga (2018), Viola Davis (2022), Conceição Evaristo (2021), bell hooks (2019a, 2021, 2022), Carolina Maria de Jesus (2014), Françoise Ega (2021), Beatriz Nascimento (2021), Teresa Cárdenas (2020), Audre Lorde (2021), Buchi Emecheta (2018), Saidiya Hartman (2021), Angela Davis (2019), Sobonfu Somé (2007).

Quando paro para pensar o que significa ter o meu corpo, este corpo de uma mulher negra e lésbica que questiona a ordem hegemônica da academia, que não se cala quando se sente desrespeitada e violentada, que trocou de orientação por ter sofrido racismo com o primeiro grupo de pesquisa e a primeira orientadora dentro do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, lembro que não sou um corpo bem-quisto nesse espaço. Ao menos não pela maioria das pessoas que ali circulam, afinal, como a Bruna bem lembra:

A academia foi feita pensando em corpos muito específicos, em um corpo muito específico: homem, branco, solteiro, sem filhos, com pais que podem lhe prover, com tempo para o trabalho de contemplação do pensar como faziam os filósofos gregos. (Battistelli, 2022, p.16)

Se tem algo que eu aprendi nestes últimos dois anos e alguns meses no mestrado foi qual o tipo de docente-pesquisadora que eu não desejo ser. Não desejo ser uma professora que esteja distante da realidade vivenciada tanto pelas alunas quanto pela sociedade como um todo. Não desejo ser uma professora que acredita que suas ideias, posicionamentos e pensamentos,

são verdades absolutas. Não desejo ser uma professora que defende bandeiras de luta – contra o machismo, o racismo, o sexismo, o capacitismo, a LGBTfobia – nas suas produções acadêmicas e nos autores que leva para a sala de aula, mas nas relações interpessoais oprime as alunas e colegas de trabalho.

Pensar outras possibilidades de existir, – hoje como pós-graduanda, mas futuramente como educadora negra e lésbica – em uma instituição branca, hétero e cisnormativa como a academia é também ofertar para as mulheres que virão depois de mim uma escrita que seja acolhedora e que as auxilie a enxergar outras formas de resistir e existir dentro da pós-graduação, para além das violências cotidianas perpetradas contra os corpos negros e lésbicos.

Retomo a pergunta: “Mas por que esta documentação é importante?” Registrar as minhas memórias é também uma forma de reverenciar todas aquelas que vieram antes de mim, que pavimentaram o caminho para que eu pudesse estar onde estou hoje. É uma maneira de consagrar as memórias destas outras mulheres, algumas já ancestrais (Reis, 2022), outras que permanecem lutando e resistindo em uma academia supremacista branca.

Vou dar uma pausa nessa carta e retomarei em outro momento.

Porto Alegre, 08 de junho de 2023

“Cara branquitude que me lê, quero informá-la que sou composta por fragmentos de memórias vivas, onde o esquecimento jamais fará morada. Enquanto mantiverem-se as estruturas econômicas, sociais e educacionais racistas, estaremos em guerra.” (Silva, 2022)

Oie, retomando...

Estava aqui rememorando conversas com colegas do Coletivo bell hooks e pensando que as histórias contadas como uma forma de resgate poderiam ser consideradas memórias ficcionais, se tomarmos a ficção como nos fala dela a Conceição Evaristo (2016), que ao escrever também estamos criando narrativas carregadas de tudo o que vivemos. Nesse sentido, ficcional não se opõe ao real, mas compõe com ele. E que estas memórias estão localizadas em um determinado lugar social, ocupando espaços de disputa. Afinal, quem tem o poder de escolher quais, quando e como as histórias e as memórias serão contadas? Chimamanda Adichie (2019) em “O perigo de uma história única”, nos lembra o quanto as

histórias são contadas através de uma determinada lente e que se não buscarmos outras lentes para compreender a mesma história, teremos então uma única versão dela, que se tornará definitiva.

Historicamente, em um projeto de mundo moderno-colonial, são os homens brancos, heterossexuais, cis, europeus e burgueses que detêm o poder de contar a história. Nesse sentido, a história contada sobre a colonização do nosso país também foi pré-determinada por esses estereótipos de uma única história (Adichie, 2019). Chimamanda ainda nos diz que a dignidade das pessoas é roubada quando apenas uma história sobre elas é contada. Para a autora, é impossível pensar em um envolvimento completo com alguém ou algum lugar, sem se envolver com todas as dimensões históricas daquele lugar ou daquela pessoa.

Dentro do ambiente acadêmico, a dominação do saber não é diferente do “mundo lá fora”. A academia é branca, colonial, patriarcal, capitalista, sexista e calcada dentro da heterocisnorma (hooks, 2019a). E quando um corpo como o meu, de uma mulher negra e lésbica, se propõe a contar as suas histórias através da escrevivência (Evaristo, 2016), a primeira reação da branquitude acadêmica é tentar deslegitimar a produção de conhecimento a que me proponho. Não tem sido um processo fácil compartilhar as minhas memórias ao longo desta pesquisa, uma vez que esse percurso se contrapõe à lógica supostamente hegemônica da academia. Principalmente por que ao transcrever as minhas vivências dentro da pós-graduação, necessariamente, as contradições do campo da esquerda progressista aparecem das mais diversas formas e aqui dou ênfase àquelas que surgem como reproduções de violências raciais.

Quando paro para lembrar como foi o meu processo de aprendizagem com a pesquisa na graduação, vou me dando conta como essa proibição de misturar público e privado me foi imposta, quase que “goela abaixo”. Como diz bell hooks:

Hesitei em compartilhar histórias pessoais. Fui treinada para acreditar que quem apoia uma história pessoal como evidência para defender ou confirmar uma ideia jamais poderia ser acadêmica/intelectual, de acordo com o pensamento do dominador no ensino superior. Contar uma história pessoal para documentar ou estruturar um argumento era sinal de que pessoa não estava lidando com fatos comprovados, de que não era científica o suficiente (hooks, 2020b, p.89).

As metodologias de pesquisa que aprendi durante os cinco anos de graduação em Psicologia – entre 2011 e 2015 – eram baseadas em epistemologias coloniais. A escrevivência, por exemplo, jamais seria considerada uma forma de se fazer pesquisa. Como se o meu corpo negro (na época ainda me entendia como heterossexual) pudesse ser dissociado da realidade que eu vivenciava dentro e fora da academia. Foi com bell hooks (2019) que comecei a

compreender que essa divisão entre público e privado, historicamente cobrada dentro da academia, está diretamente relacionada às práticas de dominação que nós como corpos colonizados aprendemos ser o habitual.

Contudo, desde que ingressei no Coletivo bell hooks tenho tentado escutar a convocação de Gloria Anzaldúa (2000), que chama as mulheres do terceiro mundo e lésbicas a se desfazerem da “abstração e o aprendizado acadêmico, as regras, o mapa e o compasso” (Anzaldúa, 2000). Assim, tenho feito um movimento de me despir desses saberes para constituir a minha própria forma de fazer pesquisa e de produzir conhecimento. A escrevivência surge nesse processo como uma metodologia possível, como uma política de escrita, para colocar em movimento as minhas memórias e executar esta pesquisa.

Conceição Evaristo (2020) vai contrapor as críticas que dizem ser a escrita de si uma escrita narcísica, uma vez que não são histórias de “um eu sozinho, que se perde na solidão de Narciso” (Evaristo, 2020). Para a autora, cada “contar de histórias” é singular e fala sobre uma realidade distinta, uma vivência, um amor, um desejo, uma mágoa, uma decepção, mas sempre vem acompanhada de uma coletividade, nunca é somente de uma narrativa isolada. A escrevivência (Evaristo, 2016) é, portanto, um contar de histórias, que mistura a própria história com histórias inventadas. As escrevivências, escritas por mulheres negras, sempre irão dialogar com as vivências das próprias mulheres negras. Sendo assim, quando escrevemos, criamos, contamos uma história, estamos falando das nossas vivências, mas também da vivência de milhares de outras mulheres negras.

E quando eu utilizo a escrita para falar sobre a minha vivência e de tantas outras que vieram antes de mim, para consolidar e enraizar as memórias para as que virão depois de mim, acesso a linguagem como um lugar de luta, que é capaz de reunir, renovar, autorrecuperar (hooks, 2019a). Luta essa que objetiva a recuperação da voz coletiva por meio de uma conexão com a minha ancestralidade e das mulheres negras, em um movimento contrário ao que a colonização e as políticas de dominação buscaram realizar. Se historicamente tentaram apagar a nossa história, nós temos buscado nos fortalecer através do reconhecimento da nossa história.

Seguimos pensando juntas...

Abraços, Roberta.

Clara demais para ser negra, escura demais para ser branca

*“1998 escola adventista
9 anos de uma Pretinha bolsista
Coleguinha branca me leva pó pra por na cara
Que pra andar com ela a minha cor tinha que ser mais clara.
Revoltada atirei foi na sua cara
Imagina a pretinha barraqueira foi parar na direção da escola.*

*Patinha feia sempre era preta
Patinha feia sempre era preta
Não serve pra ser preterida
Mas serve pra ponte de paquera das suas amigas.*

*Fora isso no pré, já desde o início
Já pré-concebido a preto mestiço.
O estupro das pretas das índias
Aqui virou romantismo*

*E os pretos únicos como são vistos?
Aceitáveis para eles não oferecem risco.*

*Epistemicídio matou nossa cultura nossa arte
“Penso, logo existo” clamaram pensadores da verdade*

*Perspectiva do umbigo ocidental
Mas como pensar o ser,
sem suas adversidades africanas e tribal?*

*Eu penso ubuntu, eu digo ubuntu.
Eu sou porque nós somos*

No mundo onde quem tem a pele mais escura, jamais terá inteligência de um médico?

Aliás, feche os olhos e imagine qual a cor de um doutor?!

Tira sua estrutura racista do meu caminho que vou passar com a minha cor.

*Demorei muito pra ter essa coragem
Uma mentira estraga mil verdades*

Me contaram que pra eu ser aceita eu tenho que negar minha identidade

*Hierarquia racial,
Onde quem tem a pele mais clara é superior
A parda, a mulata, a sarará sem bandeira
Nem muito clara pra ser branca, nem muito escura pra ser preta.*

Um vazio que aperta a sensação de não saber a que diabos pertencer.

*Desumanizam pelo tom da minha pele
Mas nunca sentiram na pele
A dor de meus ancestrais.
De escravizados à diáspora
Povo que esquece de onde vem não sabe pra onde vai.”
(Poeta Desperta)*

Porto Alegre, algum dia de maio de 2023

Esses dias estava almoçando com a minha mãe, Fátima, e enquanto conversávamos sobre a minha vida profissional e acadêmica, ela me fez a seguinte pergunta: “em algum momento tu imaginava estar onde está hoje?”. prontamente respondi: “não, nunca”. Quando terminei a graduação meu pensamento foi: “graças às deusas acabou, não pretendo voltar tão cedo, se é que um dia voltarei”. Mas a vida nunca segue a totalidade, quiçá a metade, daquilo que planejamos para ela... A minha chegada ao PPGPSI da UFRGS foi desenhando-se no dia a dia, fugindo de todo planejamento que eu tinha idealizado antes do meu ingresso.

Eu escolhi escrever essa dissertação através de cartas nas quais eu tento dialogar com as minhas leitoras sobre a pesquisa que desenvolvi, baseada em meu percurso nesses dois anos e meio de mestrado. Quem for ler esse trabalho irá se deparar com uma multiplicidade de cartas escritas por mim, que narram as minhas experiências dentro da pós-graduação e algumas externas também. E é partir destas narrativas que eu escolho escrever (Evaristo, 2016), erguendo a minha voz, a fim de sobreviver e autorrecuperar-me (hooks, 2019a). Acontece que para contar sobre o mestrado, eu entendo que preciso também trazer sobre quem é a Roberta antes de ser mestranda. Relatar as situações que eu vivenciei durante a vida e que me fizeram perceber ser negra, que me fizeram entender que sempre fui atravessada pelo racismo.

Trago aqui um fragmento de uma carta escrita em novembro de 2021 para uma disciplina do PPGPSI, intitulada “Políticas Feministas Antirracistas: pensando cuidado e transformação com bell hooks e Audre Lorde”, ministrada pela professora – e com muito orgulho, minha orientadora – Luciana Rodrigues, a Lu. A carta deveria ser escrita para a Roberta do presente, do passado ou do futuro:

Roberta,

Não sei bem como começar esse diálogo... Estava aqui pensando no teu processo de tornar-se negra e queria escrever sobre isso... [...] Eu não sei se tu vais te recordar, mas eu nunca gostei do bairro Moinhos de Vento, sempre me senti deslocada naquele lugar, sentia que eu era olhada como um ET e que eu não era bem vinda, não que eu tenha circulado muito por ali, nunca fez parte do meu “rol” de frequência da província porto alegre (ah sim, isso não mudou, Porto Alegre segue sendo uma grande província, por vezes acho que até piorou). Pois bem, foi no ano de 2014, fazendo o meu primeiro estágio profissional, no DOMUS³, em terapia sistêmica e familiar – que também vim a descobrir depois que não era “minha praia” – quando finalmente pude compreender por que razão o Moinhos de Vento não era para mim: sim, porque eu sou uma mulher lésbica, preta e trabalhadora e aquele lugar é branco e burguês. Não sei se tu vais te lembrar, mas a primeira vez que tu entendeste o racismo que tu sofrias foi ao tentar entrar no banco para sacar dinheiro... Naquele dia tu precisaste tirar absolutamente tudo que tinha dentro da tua mochila, depois mostrar a mochila, para então poder simplesmente sacar um dinheiro, que provavelmente deveria ser coisa de 20 reais. Depois desse dia tu começou a enxergar vários outros episódios. Tem um que eu lembro bastante, tu tinhas ido de trança para o estágio e um colega, branco obviamente, tirou sarro do teu cabelo: “nossa, e essa trança dura aí”. Não sei se tu te recordas, mas tua reação foi de não ter reação, ficou parada olhando e sentiu um pouco de raiva, mas não disse absolutamente nada. Depois desse dia tu nunca mais fez esse tipo de trança, afinal, teu cabelo é afro e uma trança única no cabelo afro não tem todo aquele movimento do cabelo liso, não é a trança da Rapunzel. No ano seguinte era o ano da formatura, 2015 e tu “tretou” com parte da turma e do cerimonial da UFCSPA (Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre), porque não queria que tocasse o hino racista do Rio Grande do Sul. A justificativa da universidade foi que existia uma lei, resolução ou o caralho a quatro, que obrigava a tocar o hino. Enfim, vocês foram vencidas/os. Algumas/uns poucas/os colegas e tu não cantaram o hino, mas se levantaram,

³ Centro de Terapia Individual, Casal e Família.

hoje penso que não deveriam nem ter se levantado. Alguns meses depois a nossa avó, branca, assistindo ao DVD da formatura disse “tu viu, minha filha, tu era a única negra da turma”. Não sei se tu lembras, mas naquele dia que tu te deu conta que não só era a única da turma, como a segunda formada por aquela instituição... Infelizmente, não tenho notícias muito animadoras para te dar... De lá pra cá, talvez tenham se formado mais umas 10 pessoas pretas na psico da UFCSPA, sendo que por ano se formam de 30 a 40 alunas/os, em média.

[...]

Eu quis recordar contigo esses momentos para tentar explicar como essas vivências todas foram fundamentais no teu, no nosso, vir a ser negra. Conforme Neusa Santos Souza (2021) disse:

A descoberta de ser negra é mais do que a constatação do óbvio. [...] Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades. [...] (Souza, 2021, p. 46)

Ser negra não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negra é tornar-se negra (Souza, 2021, p. 115).

Um abraço apertado do futuro, que reconhece o seu passado e tem orgulho de toda a trajetória trilhada até aqui, mesmo quando insistem em tentar nos dizer que não podemos, que não pertencemos, que não deveríamos estar nesse lugar.

Porto Alegre, 30 de novembro de 2021.

Essa carta foi a primeira que eu escrevi no mestrado, sentindo que fazia sentido o que eu estava produzindo. Mais à frente falarei um pouco sobre a carta que escrevi para a minha primeira orientadora e vai ser possível entender melhor ao que eu me refiro. O que eu narro aqui me remete a muitas outras vivências ao longo da minha vida e desenvolvimento. Como eu costumo sempre dizer, me criei em um mundo absolutamente branco, eu fui criada por mulheres brancas, em um bairro branco, em uma família branca, estudei em escolas brancas, eu vestia branco, eu respirava branco, eu comia branco e até pensava branco, a despeito de ter um pai negro de pele retinta. Meus pais se divorciaram quando eu tinha quase dois anos. Desde então, minha relação com o meu pai foi ficando cada vez mais escassa, até chegar no momento atual, no qual temos contatos raríssimos. Além disso, mesmo com um pai negro, a minha família

paterna é toda branca, pois meu pai é adotado. O que eu quero dizer quando conto isso é que a única referência que eu teria de negritude na minha infância não foi uma referência e bem... minha mãe na época tinha, arrisco dizer, zero letramento racial, ainda que ela sempre tenha tido consciência de que eu era negra.

Eu estudei em escolas privadas a minha vida inteira. Uma delas era frequentada por estudantes em sua maioria de um nível socioeconômico acima do meu. Não à toa foi nesta escola, Colégio Salesiano Dom Bosco, que eu sofri os episódios de racismo mais explícitos e violentos, culminando em uma troca de colégio no meio do ano letivo, em 2003, quando eu estava na 6ª série do ensino fundamental. Ao longo do ensino fundamental eu passei por quatro escolas, todas localizadas em Porto Alegre, sendo que a última delas foi a que entrei em 2003 e permaneci até completar o meu Ensino Médio, em 2008. Era o Colégio Marista São Pedro, que eu e minha mãe apelidamos carinhosamente de “o irmão pobre dos Maristas”, pois existem na minha cidade outros colégios desta mesma congregação que não só são mais caros, como são frequentados por estudantes com maior poder aquisitivo e, portanto, ainda mais brancos.

No São Pedro eu também lembro de ter vivido episódios de racismo, mas um deles me marcou mais. Estava na 7ª série e tinha apenas eu e outra colega negra (vou chamá-la de Vivi) na turma – ainda que na época ela talvez não se identificasse como negra, na verdade, nem tenho certeza se hoje ela se identifica, mas enfim – e um colega branco branquíssimo, de olhos claros e cabelos loiros nos chamou de “neguinhas sujas”, em meio a um debate em sala de aula. Não sei o que me deu naquele dia que eu não reagi xingando o “querido”, mas disse para Vivi que deveríamos descer e ir até a sala da coordenadora pedagógica contar o que havia acontecido e foi o que fizemos. A coordenação então chamou o estudante e disse que era inadmissível o que ele havia feito, que racismo no Brasil era crime e que aquilo jamais poderia se repetir e o fez se retratar pedindo desculpas a nós. Ele nunca mais foi racista conosco. Ao menos não na nossa frente.

Esse episódio me marcou muito, pois foi algo muito “menor” em comparação ao que eu vivenciei no Dom Bosco, mas existiu uma reação da escola em não pactuar com o racismo reproduzido pelo estudante, bem diferente do que aconteceu na outra escola. O ano era 2003 e tudo começou quando eu passei a receber mensagens “SMS” anônimas no celular que me ameaçavam (na época era possível enviar mensagens de texto pelos sites das operadoras gratuitamente, sem precisar colocar o remetente). Os dizeres eram algo como “tu não sabe quem eu sou, mas eu sei quem tu é e tu vai se ver comigo”. Logo quando isso começou, minha mãe foi até à escola e pediu para conversar com a psicóloga. Sim! Tinha uma psicóloga, que não

lembro o nome, tampouco o rosto, mas me recordo que era uma mulher branca, alta, de cabelos lisos e loira. Nenhum movimento foi feito por parte da escola no sentido de me proteger e/ou tentar compreender de onde partia a violência. As mensagens seguiram e eu comecei a me isolar e entrar em sofrimento, mesmo sem entender na época o que estava acontecendo. Teve um dia que eu cheguei na escola e fui para o pátio onde todas ficavam antes de começar a aula. Estudávamos à tarde e começaram a andar à minha volta cantando “fique sozinha sua galinha”. Dessa vez lembro que a tal psicóloga fez uma conversa comigo e as pessoas que estavam envolvidas.

Passaram-se mais alguns dias, não faço ideia se semanas ou meses, até o episódio que para mim foi o estopim. Era um dia ensolarado de inverno e eu havia levado cartazes e um pote com docinhos feitos por mim, brigadeiro preto, para uma despedida de uma colega que iria morar em outro estado. Cheguei na escola, larguei minhas coisas e fui para o pátio, como de costume. Chegando lá, as gurias da turma fizeram uma roda ao meu redor e enquanto três delas falavam, as demais ficavam em silêncio escutando, sem esboçar qualquer reação, fosse para concordar com as falas ou para me defender. As falas iam no sentido de dizer que eu estava “pagando pelo que eu tinha feito, que a vida era um espelho, que tudo que a gente fazia refletia de volta para nós”. São as poucas palavras que eu me lembro. Entretanto, tenho muito vívida em mim a memória de ficar com uma mão na cintura e outra na cabeça, acima dos olhos, tapando a luminosidade do Sol que chegava até mim para conseguir enxergá-las. E lembro que fiquei o tempo todo em silêncio, só escutando. Lembro também que foi a primeira vez que senti raiva pelo que estava acontecendo. Bateu o sinal para o começo da aula e elas saíram. Eu estava com meu celular e me escondi atrás de uma árvore para ligar para minha mãe. Liguei aos prantos dizendo: “vem me buscar, eu não fico mais um dia nessa escola”. Minha mãe mandou eu subir e aguardá-la na sala da coordenadora de turno, que ela estava indo. Quando fui pegar minha mochila, os cartazes estavam pisoteados e os docinhos todos revirados dentro do pote.

Obedeci a orientação da minha mãe e fiquei aguardando-a chegar. Devem ter se passado cerca de uns 40 minutos e tudo o que foi feito pela escola nesse meio tempo foi chamar as três alunas que tinham me violentado para nós conversarmos e “nos acertarmos”. Foi a primeira vez que eu gritei. Não lembro o que eu dizia, mas lembro que eu gritava xingando-as. Elas, por sua vez, diziam com a voz mais doce possível: “calma, Roberta. A gente veio conversar contigo, não tem por que tu ficar gritando com a gente”. Quando minha mãe chegou na escola, foi direto falar com a coordenação e dizer que todos os limites haviam sido ultrapassados e que ela iria me tirar da escola. A resposta? “Não adianta tirar a Roberta da escola, pois para onde ela for o

problema vai ir com ela”. Minha mãe ficou furiosa e aquele foi o último dia em que eu pisei no colégio.

Faz uns dois anos, minha mãe e eu conversávamos sobre esses episódios do Dom Bosco, pensando juntas que aquilo tudo era racismo, mas que na época a gente não entendia. Ela me pediu desculpas por não ter entendido e não ter me protegido “melhor”. Eu respondi que não tinha motivos para ela se desculpar, que ela fez o possível na época, mesmo sem entender o que acontecia, me protegeu. E que bom que hoje em dia a gente compreendia isso e que ela havia avançado no seu letramento racial. Assim, se um dia eu fosse mãe poderíamos lidar melhor com as situações de violência racial que surgiriam.

Quando eu era criança, frequentava um terreiro de Candomblé. Logo depois da separação dos meus pais comecei a ter feridinhas no couro cabeludo, que resistiam a todos os tratamentos. Foi então que minha mãe decidiu recorrer às benzeduras ancestrais e espirituais nesse terreiro, onde as acabei curando. Quando faz isso, percebo que minha mãe, mulher branca, mesmo que não totalmente consciente, está iniciando comigo um caminho de retorno e resgate à minha ancestralidade como forma de cura e autocuidado. Nos anos seguintes, mesmo que não tenha mantido o culto aos orixás em uma casa de santo de maneira assídua, essa experiência deixou um registro no meu corpo-território (Nascimento, 2021) pois quando, aos 30 anos, retomo contato com a espiritualidade nesse mesmo terreiro, a Preta – entidade com quem sempre tive um vínculo muito forte – diz: *“Tu nunca esteve sozinha, minha filha! A Preta sempre esteve te olhando e acompanhando, por isso que mesmo quando as coisas estavam muito ruins, o pior não te aconteceu!”*

Depois, lembro que minha mãe começou a frequentar um centro espírita e então eu fazia evangelização aos sábados, que era uma espécie de catequese, mas do espiritismo. Confesso que não tenho memória se gostava. Ocorre que na aula de ensino religioso, no Colégio São Pedro, eu tinha uma professora branca, obviamente, que nos obrigava a rezar no começo da aula, sendo que diariamente a gente já tinha que rezar no começo da manhã – o que eu já achava um saco, pois era um colégio cristão. Em uma avaliação no final de um trimestre, eu escrevi que não gostava de ter que rezar duas vezes, achava um exagero e me incomodava a sensação de obrigatoriedade de uma reza. A professora chamou a minha mãe e disse que aquele era um colégio católico e que se eu não gostasse de rezar eu deveria trocar de escola. Não sei o que a mãe respondeu, mas acho que só ignoramos e eu segui reclamando das orações.

No ano seguinte mudou a professora de religião. Agora era uma mulher negra, a minha primeira professora assumidamente negra no período do ensino básico. Digo assumidamente

pois acredito que na primeira escola eu tive uma outra professora negra, mas acho que ela não se entendia como tal. Bem, a nova professora era bem mais legal e estudávamos diversas religiões durante a disciplina. Não era uma doutrinação da igreja católica. Lembro que foi a única vez que eu curti as aulas de ensino religioso. Não lembro o que eu sentia em relação a ter uma professora negra. Acho que não entendia que me identificava com ela, mas recordo que gostava muito dela, ficávamos conversando nos intervalos e achava ela muito querida e legal. Ela foi minha professora somente por um ano, pois no ensino médio não tínhamos aula de religião.

Quanto a colegas negros no ensino fundamental e médio, sempre foram poucos ou nenhum. Lembro que na 4ª série, em uma escola que eu adorava estudar, mas que fiquei só um ano, pois ela fechou, foi quando eu tive mais colegas negros, todos filhos de trabalhadores da escola (higienização/cozinha) e bolsistas. Nos espaços brancos, quando tinham outras crianças negras, eu era sempre a com maior poder aquisitivo. Já em comparação às crianças brancas, eu era sempre a com menor poder aquisitivo. Pensando hoje, acho que na escola, junto aos pares eu sempre fui lida como não branca. Porque sempre sofri racismo, desde a creche, quando me chamavam de “urso do cabelo duro”. Já na família materna extensa, eu era sempre a “mulata”, “moreninha”. Mesmo quando passei a me entender enquanto negra escutava: “mas tu não é tão escura assim, tu não é negra”. Enquanto na família paterna, acredito que por serem todos bem brancos e ter um negro retinto, eu nunca fui lida como branca.

Como eu falei, eu cresci em espaços brancos. Morei até os 10 anos no mesmo prédio, em um bairro elitizado, apesar do nosso prédio ser um prédio simples, daqueles que “sobram” no bairro conforme vai havendo uma modernização e maior elitização geográfica. Então, lembro que existiam famílias com poder aquisitivo mais baixo que o da minha, assim como outras famílias com pessoas negras. Mas das crianças da minha idade, com quem eu brincava, eu era a única negra. Minha mãe teve um relacionamento, depois do casamento com o meu pai, com um cara que tinha dois filhos. Um guri um ano mais velho que eu e uma guria dois anos mais velha, que eram brancos. Nós adorávamos brincar de *Power Rangers*⁴ com as demais crianças do prédio e eu sempre era obrigada por eles a ser a amarela, cuja personagem era negra, e nunca podia ser a rosa, cuja personagem era branca e loira. Quando brincávamos de *Chiquititas*⁵, novamente eu só poderia ser a personagem negra, a Pata. Lembro que uma vez eu

⁴ Desenho estadunidense de super-heróis, no qual cada um tinha a vestimenta de uma cor diferente: amarela, rosa, branca, vermelha...

⁵ *Chiquititas* é uma telenovela brasileira exibida entre 28 de julho de 1997 e 19 de janeiro de 2001, que contava a história de crianças órfãs.

fui convidada por umas meninas que moravam num prédio que dava para os fundos do meu prédio para compor uma banda *cover* de *Spice Girls*⁶. Mais uma vez eu só poderia ser a pessoa que interpretaria a única cantora negra do grupo, a Mel B. Nas imagens abaixo estão, respectivamente, o elenco de *Power Rangers*, o elenco de *Chiquititas* e as cantoras da banda.



Figura 2. Imagens ilustrativas de livre acesso

Rememorar a minha história no que diz respeito à racialização me leva, necessariamente, para o debate de colorismo e identidade racial, muito bem discutido por Alessandra Devulsky em seu livro intitulado “Colorismo” (2021), publicado pela editora Jandaíra, na coleção *Feminismos Plurais*. A autora argumenta que ser negra não é uma escolha, quando fenotipicamente não há dúvidas de que a identidade racial não é branca, o que vai ocorrer desde a infância, seja à pessoa sociabilizada enquanto negra ou pelas “infelizes e insultantes nomações de “mulato” ou “morena escura” (Devulsky, 2021, p. 167).

No Brasil a população negra é dividida, segundo o quesito raça/cor do IBGE, em preta e parda (que eu chamarei de negra de pele clara), sendo 9,3% e 46,5%, respectivamente, totalizando 56% das brasileiras. O fato de as pessoas negras de pele clara serem a maioria da população brasileira tem ligação direta com o processo de embranquecimento colocado em curso pelos colonizadores, cujo objetivo era tornar a população brasileira mais “civilizada”, ou seja, mais branca (Nascimento, 2019). Essa ação começa com o estupro colonial de mulheres negras e indígenas e vai sendo aperfeiçoado conforme ocorre a imigração de europeus no período pós-abolição (Nascimento, 2021; Carneiro, 2011).

Vivemos em um país no qual em 1911, século passado, o então presidente do Museu Nacional do Rio de Janeiro, João Batista Lacerda, defendeu a miscigenação como uma forma de evolução da espécie humana pelo branqueamento da raça, durante o Congresso Mundial das Raças realizado em Londres (Oliveira, 2021). A raça é utilizada como um marcador social para classificar e hierarquizar os indivíduos e grupos humanos (Schucman, 2012). Os negros de pele

⁶ *Spice Girls* foi uma banda britânica de música pop criada em 1994. O grupo era formado por Melanie Brown, Melanie Chisholm, Emma Bunton, Geri Halliwell e Victoria Beckham.

clara vivem em um limbo no que diz respeito a essa classificação, uma vez que são escuros demais para serem brancos e claros demais para serem negros na leitura social. Alessandra Devulsky nos diz que o “pardo insere-se na estrutura racial que infere da sua identidade negra as características negativas atribuídas à africanidade desde o processo de escravidão” (Devulsky, 2021, p.72).

Contudo, a condição de mestiçagem da negra de pele clara também vai beneficiá-la socialmente, fornecendo maior passabilidade do que pessoas negras de pele retinta. Ao longo da minha vida, eu vivenciei isso em diversos momentos. Se, por um lado, como contei antes, eu sofria racismo na infância durante as brincadeiras por não ser lida como branca, por outro, se eu tivesse a pele mais escura provavelmente eu nem seria inserida nas brincadeiras.

Negros de pele clara descobrem precocemente, antes mesmo do início da pubescência, que seu desejo de integrar o grupo branco é interdito, exatamente como acontece com negros de pele escura. O que ocorre, contudo, é que as crianças de pele mais clara, dependendo de suas características fenotípicas e do seu capital cultural, tendem a se reinventar para buscar um lugar nesses grupos que, no mundo infantil, são os mais importantes lugares de construção identitária social — sejam eles na escola, na vizinhança, nos cultos, nos clubes ou mesmo nos círculos familiares. Muito embora a aceitação do negro mestiço nesses grupos nunca seja completa, uma vez que ela permanece sob o jugo de uma subalternização rigorosa, o negro de pele clara consegue uma inserção que, geralmente, é interdita por completo ao negro de pele escura (Devulski, 2021, p.72).

Cresci sabendo que não era branca, mas não sabia direito o que eu era. Lembro que durante muito tempo eu mesma me identificava como “mulata” e só fui parar de dizer isso quando aprendi que o termo era racista, isso na época da graduação. Sempre soube que eu não me assimilava às colegas brancas na escola e desde muito nova sentia que precisava me adaptar para sobreviver àquele mundo. Quando eu era criança e acho que até o começo da adolescência, eu fazia escova para alisar o meu cabelo no meu aniversário, todos os anos. E sabe por quê? Porque eu tinha o sonho de passar as mãos nos meus cabelos e os dedos deslizarem, da mesma forma que ocorre quando uma pessoa de cabelo liso passa a mão em seus cabelos. Lembro que no Dom Bosco foi quando eu comecei a querer ter determinadas roupas “de marca”, como minhas colegas tinham, para me sentir pertencente. Minha mãe e avó Clori sempre me presentearam com essas roupas que eu desejava. Então eu utilizei calça da Brasil Sul, da Dimato’s, tênis *Reef*, roupas/sapatos que eram moda na minha adolescência, ao menos aqui em Porto Alegre.

Apesar de querer alisar os cabelos no meu aniversário, eu nunca desejei alisar definitivamente, mas eu fazia outro processo químico que se chamava relaxamento, cujo objetivo era aumentar o tamanho do meu cacho, ou seja, aproximar o meu cabelo de um padrão

mais embranquecido. Eu lembro que tinha o sonho uma época de ter os cabelos como o da modelo Gisele Bündchen, que no caso era liso, mas com umas ondas feitas de *babyliss*. Ou seja, um padrão inatingível. Fiz relaxamento por uns oito anos, até que em um momento o meu cabelo já não tinha mais formato, praticamente não tinha mais cacho e chegou no ápice de quebrar meu cabelo na raiz. Foi quando decidi que iria voltar ao crespo original, mas precisei começar a ir fazendo o processo inverso, um procedimento para ir deixando ele mais cacheado. Até que o meu cabelo ficou 100% natural, mas durante um tempo eu usava ele com muito creme e sem volume, pois ainda não gostava do meu crespo natural. Foi somente mais para o final da graduação que eu comecei a gostar de volume no meu cabelo. Abaixo uma sequência de fotos que mostram essa evolução capilar.



Figura 3. Transição capilar (arquivo pessoal)

A maneira como se dá a racialização a partir do colorismo coloca as pessoas negras de pele clara (mas não só) em uma tentativa de se encaixar nos moldes brancos existenciais: consumindo roupas, estéticas, linguagens vinculadas à branquitude. Jéssyca Barcellos (2016) ao abordar em seu trabalho de conclusão de curso como era ser uma mulher negra na universidade branca, rememora que estava “Preso em um mundo branco onde tudo que podia fazer era tentar ser aceita. Aceitar que nunca pertenceria por completo àquele lugar” (Barcellos, 2016, p.7).

E é justamente quando incorporamos a ideia de que a branquitude não nos enxerga como brancas, em que compreendemos as situações de violências raciais às quais fomos historicamente expostas, é que passamos a nos enxergar como pessoas negras (Devulsky, 2021; Souza, 2021). Esse processo foi ocorrendo comigo ao longo de toda a vida, mas compreendo o seu ápice durante o final do curso de graduação ali pelo ano de 2014, conforme contei na carta para a disciplina da Lu.

Sueli Carneiro (2011) reflete sobre as múltiplas configurações cromáticas das famílias negras no Brasil, fruto da miscigenação histórica a que fomos submetidos, que seguem ainda sendo utilizadas para enfraquecer a luta antirracista. Sueli Carneiro dialoga com

Alessandra Devulsky quando diz que para jovens negros de pele clara, como eu, não resta dúvida de que somos vistos como negros pela polícia quando somos sempre vistos como suspeitos em potencial.

Essa mesma miscigenação é terra fértil para seguir adubando o mito da democracia racial, na medida em que os relacionamentos interracializados entre brancos, indígenas e negros são utilizados como sinalizadores da suposta tolerância racial dos brasileiros. Ora, como assim não há democracia racial no país em que existe tanta diversidade de cores? É o que escutamos por aí desde sempre. As pessoas só “esquecem” que a miscigenação só iniciou por conta do estupro colonial praticado pelo colonizador sobre mulheres negras e indígenas. Inclusive, carrego na minha história a herança dessa prática normatizada socialmente, uma vez que meu pai, homem preto, é filho de um homem branco, patrão, que violentou sexualmente a sua mãe, mulher preta e empregada doméstica da família.

Quando eu paro para analisar a minha história de vida, de onde eu vim, fica nítido como as violências raciais foram se transpondo às minhas experiências desde muito pequena e que o fato de ter crescido em ambientes hegemonicamente brancos proporcionou o meu embranquecimento e afastamento da minha origem negra. Mas que bom que as coisas mudam e a gente avança. A minha trajetória me permitiu desnudar essa máscara branca e passar a olhar para a minha pele negra. Sou grata a todas que passaram pelo meu caminho possibilitando que hoje, aos quase 32 anos, eu não tenha dúvidas sobre quem eu sou, de onde eu vim e o que eu estou fazendo aqui.

nossas costas
contam histórias
que a lombada
de nenhum livro
pode carregar

Mulheres de cor (Rupi Kaur)

Como eu chego até a academia

AS MÃOS - Ondjaki*
se os dedos forem as asas da mão
se a expressão dos dedos
inexplicar o gesto da mão

se o gesto for obra esculpida
sob o suor salgado
dos dedos
e esses dedos
forem asas de outra mão
eu posso ficar preso
num poema
de curto esvoaçar
mas a mão
os dedos e os gestos
hão-de sempre
saber
voar.

*gosto das mãos porque além de saberem esculturas e barros servem para tocar outras mãos
(nota do autor)

Porto Alegre, dezembro de 2021

Oie!

Como eu disse, eu nunca imaginei seguir uma trajetória dentro da academia e em janeiro de 2016, logo após me formar em dezembro do ano anterior, comecei a trabalhar como técnica social no Ação Rua – Serviço de Abordagem Social no município de Porto Alegre. Durante o

período de dois anos e meio presenciei a realidade de trabalho com a Política de Assistência Social e a população em situação de rua. A maioria das pessoas que compunham a minha equipe de trabalho eram, assim como eu, negras. Igualmente, as pessoas que atendíamos eram majoritariamente negras. Cotidianamente, eu e minhas colegas falávamos sobre como a negritude, o racismo e as racialidades atravessavam os nossos corpos negros e também da população atendida, uma vez que a maior parte desta é composta por homens negros, que são sistematicamente violentados pelo Estado, em um país formado por 56,2% de negros (BRASIL, 2019), sendo o segundo país do mundo com maior população negra (Appiah; Gates *apud* Salgueiro, 2004).

Durante o período em que estive no Ação Rua pensava que caso um dia, em algum momento de loucura, eu decidisse tentar ingressar no mestrado, eu gostaria de pesquisar sobre os atravessamentos da negritude de pessoas em situação de rua e das educadoras sociais negras. Saí do trabalho na abordagem social no meio de 2018 e em 2020, quando decidi participar do processo seletivo para o PPGPSI, pensei que a única coisa que poderia escrever seria sobre a relação entre a negritude e o fazer profissional das educadoras sociais. Surgiu então o anteprojeto *Entre travessias e atravessamentos: um encontro entre a imagem, os educadores sociais negros e a rua*. Ocorre que entre julho de 2018 e julho de 2020, muitas coisas aconteceram, vivências que considero terem sido fundamentais para que eu chegasse até aqui.

Quando saí do Ação Rua em julho de 2018, resolvi estudar para algumas provas de residência multiprofissional. No final do ano participei de alguns processos seletivos, mas não consegui ser aprovada em nenhum deles. Então, no começo de 2019, eu comecei a procurar emprego novamente e em março comecei a atuar como técnica social em um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) na Restinga, bairro negro no extremo sul de Porto Alegre. No começo do mês de abril, recebi o convite de uma colega psicóloga para compor uma chapa para o processo eleitoral do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS). Aceitei o convite e no final do mês começamos a campanha, que duraria até 27 de agosto, último dia de eleições.

Nesse meio tempo do processo eleitoral, de campanha, articulações e conhecer pessoas novas, houve um fato que iria mudar todo o curso da história. Foi o fatídico dia 14 de junho de 2019 (que chamarei de 14J). Era dia de Greve Geral Nacional pela luta contra a reforma da previdência, na época eu era organizada em um coletivo feminista-classista aqui de Porto Alegre, que contraditoriamente era dirigido por um homem. O 14J caiu em uma sexta-feira e nesse dia eu combinei com a minha chefia imediata do CRAS no qual eu trabalhava que iria

tirar banco de horas. Pensei que essa era a melhor opção para eu poder ir às manifestações sem maiores preocupações de ter que ir trabalhar no dia seguinte.

Começamos as atividades de madrugada. Por volta das 3h, fomos até à garagem da empresa de ônibus VTC, que fica na Av. Cavallhada, zona sul da cidade. O objetivo era trancar o portão e conversar com as pessoas motoristas e cobradoras, a fim de tentar ganhá-las para o movimento e, dessa forma, impedir que os ônibus saíssem. Além de mim e de mulheres do meu antigo coletivo, tinham mais pessoas de outras organizações políticas e partidos.

Era cerca de 4h da manhã quando a Polícia Militar (PM) chegou ao local e nos dispersou, com bombas de gás e balas de borracha. Seguimos então em direção ao sul da cidade, ainda na Av. Cavallhada. Algum tempo depois, chegou um outro grupo de manifestantes, na maioria jovens de 20 anos em média, estudantes universitárias e brancas. Eis que estas últimas começaram a provocar a PM, até que em um determinado momento a polícia começou a avançar e nós íamos recuando cada vez mais. Não demorou para começarem novamente as bombas de gás e as balas de borracha, o que gerou desespero em algumas pessoas que começaram a correr para “se esconder”. Nisso a PM seguia avançando cada vez mais rapidamente, até que chegou o momento em que não conseguimos mais recuar e dois batalhões nos cercam, um estava num caminhão e o outro a pé.

Ao todo, foram cerca de 50 pessoas emparedadas. Apanhamos um pouco da PM e depois mandaram todos sentarem e ficarem com a cabeça baixa, enquanto iam chamando um a um para a revista e, posteriormente, para entrar em um ônibus de linha para irmos até a 2ª Delegacia de Polícia (DP). Eu era uma das únicas pessoas negras. Além de mim, tinha uma das companheiras de coletivo e mais dois caras. Sentadas ao meu lado esquerdo tinham várias gurias brancas, loiras, estudantes universitárias da UFRGS. Uma delas se desfez de um pote contendo maconha... Foi quando ela se levantou e eu vi o pote ao meu lado que eu pensei “já era, me fodi”, pois era a única preta daquele “lado”...

Dito e feito... Não se passaram nem 5 minutos para que um PM que estava em pé ao lado se abaixasse para pegar o tal pote e me alcançasse dizendo “toma, pega que é teu”. Eu apenas respondi: “não é meu, eu não vou pegar”. Ele insistiu muito e duas gurias do meu coletivo falaram “para, não é dela”. Ele desistiu por um momento. Quando eu fui chamada por outro policial para a revista, levantei-me e o mesmo PM anterior tentou me fazer pegar o pote, reiniciando o diálogo. Ele dizia para eu pegar, porque “era meu”, e eu dizendo que não iria pegar, pois não era meu e as gurias pedindo para ele parar de fazer aquilo.

Na sequência ele mandou eu tirar minha mochila das costas. Tirei e alcancei a ele. Ao que ele abriu a mochila, colocou o pote dentro e disse “hoje não é Natal, mas a gente está te dando um presentinho”. Após, entregou minha mochila para seu colega que havia me chamado para a revista. Este, por sua vez, abriu minha mochila e jogou tudo no chão. Tinham panfletos do coletivo, um óculos de sol, leite de magnésia, carteira e não me lembro o que mais. Ele montou um cenário com todas essas coisas, mais a maconha e disse que aquela “imagem dava uma excelente capa da Zero Hora⁷”. Depois dessa cena toda, me encaminharam para a revista física com uma policial mulher que, ao final da revista, mandou eu soltar meus cabelos – na ocasião eu estava utilizando tranças e um coque alto – pois eu poderia ter algo escondido nos cabelos. Eu soltei e sacudi a cabeça com bastante força para verem que não tinha nada. Nesse momento outro PM falou “nossa que fedor”, referindo-se ao meu cabelo.

Após, fomos todas levadas à DP e lá, uma a uma das pessoas detidas era chamada para a ocorrência policial e depois dar o nosso depoimento da versão dos fatos. Foram horas dentro da DP. Chegamos por volta das 5h da manhã e eu fui liberada já era umas 16h. Eu fui uma das últimas a ser liberada. E aí vemos mais uma contradição do meu então coletivo: eu era a única negra trabalhadora terceirizada ali e a única que tinha tido maconha enxertada pela PM, mas as mulheres todas do coletivo pensaram que eu não deveria ser uma das primeiras a passar pela ocorrência. Não havia uma ordem, a polícia disse que era para ir indo um por vez, apenas. Em nenhum momento elas pensaram que eu deveria ser uma prioridade e enquanto eu estava ali preocupada com a minha situação, com o meu emprego, uma das gurias, branca, loira, trabalhadora municipal estatutária, estava preocupada se ela não seria deportada ao chegar na Espanha para visitar sua irmã, pois havia sido detida no ato. Para piorar, ela ficava falando essas coisas, sem o menor bom senso ou empatia com quem realmente estava em uma situação delicada por ali.

Quando eu fui liberada, peguei meu celular, havia muitas chamadas não atendidas da chefia da instituição que me contratava e uma mensagem no *WhatsApp* pedindo que eu ligasse, pois ela “precisava falar urgente comigo”. Primeiro, liguei para a minha chefia imediata do CRAS, para ver se ela sabia o que estava acontecendo. Ela, por sua vez, não tinha muitas informações. Respondi a mensagem dizendo que estava tirando banco de horas e se poderíamos conversar na segunda-feira. A resposta dela foi que me aguardava na instituição na segunda às 8h. Na hora eu já soube que seria demitida. E fui. Com a justificativa de “inadequações ideológicas à instituição”.

⁷ Jornal local de grande circulação.

Toda a conversa da demissão foi absurda. Eu questionava sobre os motivos, se havia alguma questão técnica sobre o meu trabalho e nenhum motivo plausível aparecia, ficando nítido que era uma perseguição política. Acontece que eu gravei toda a reunião e ao sair de lá já fui direto para o escritório da minha advogada. Entramos com um processo por danos morais em decorrência da demissão por discriminação.

No dia 17 de junho de 2019, me vi desempregada novamente, porém, o que me “salvou” naquele momento foi o processo eleitoral do CRPRS, para o qual eu direcionei todas as minhas energias e acabei não encarando a minha realidade. Acontece que dois meses e meio depois acabou o processo eleitoral, ganhamos a eleição, eu seria conselheira do CRPRS, mas ainda estava desempregada e sem nenhuma perspectiva de trabalho. Foi quando eu me obriguei, pelas circunstâncias, a encarar a nova realidade e lidar com todas as consequências do 14J.

No mês de setembro comecei a me dar conta que minha ansiedade estava bastante potencializada e que o meu ânimo praticamente inexistia. Muitas vezes, até sair da cama para comer ou tomar banho era difícil. Pela primeira vez na vida não fiz nenhum movimento para comemorar o meu aniversário, algo que sempre foi muito importante para mim. Minha mãe, meu padrasto e minha companheira na época começaram a ficar cada vez mais preocupadas, assim como uma amiga psicóloga, colega de gestão do CRPRS. Esta sugeriu que eu buscasse outro psiquiatra e eu aceitei a sugestão.

Já fazia análise há alguns anos e na época estava fazendo duas vezes por semana. Com esse novo psiquiatra comecei a tomar outra medicação. Já tomava para ansiedade e ele introduziu uma outra para a depressão. Começamos com uma dose baixa, cujo efeito não senti muito, e logo passou para a dose máxima. Foi quando eu comecei a conseguir reagir. Evidente que precisei e pude contar com muitas pessoas nesse processo, que me apoiaram e foram fundamentais para auxiliar na minha melhora. E nenhuma delas era do meu antigo coletivo.

Foi nesse meio tempo que decidi pedir afastamento do coletivo, pois estava bastante adoecida. Para além de toda a crise que eu já vinha vivendo em relação à militância organizada, algo que muito me marcou foi que durante os meses do final do ano, em que eu estava afastada, ninguém me procurou para saber nem se eu estava viva. E ainda “esqueceram” de me convidar para a confraternização de final de ano. Foi quando eu decidi que pediria desligamento definitivo e foi o que fiz, logo nos primeiros dias de 2020.

Após me desligar, um enorme peso saiu das minhas costas e consegui energia para investir em algo que há muito eu evitava: começar a atender como psicóloga clínica. Fui muito incentivada por amigas próximas, minha analista e família. Uma amiga que também atuava com

a clínica e tinha um consultório me cedeu gratuitamente o seu espaço para que eu pudesse atender minhas primeiras pacientes, o que ocorreu ainda em janeiro de 2020. As coisas pareciam finalmente estar tomando um rumo, sentia que minha vida começava a se reorganizar, quando estourou a pandemia da Covid-19.

Os primeiros meses de pandemia foram muito difíceis. Algumas pacientes tiveram que deixar a terapia por motivos financeiros e eu me vi, novamente, em um cenário desesperador, basicamente sem fonte de renda, tendo que depender da minha mãe e companheira para sobreviver. Entretanto, foi também a crise generalizada que se instaurou com a crise sanitária que possibilitou algumas aberturas de caminhos para a minha trajetória profissional.

Desde o começo da gestão do CRPRS, eu passei a presidir a Comissão de Relações Étnico-Raciais e, em consequência, a circular por diferentes espaços profissionais. Com a pandemia e a saúde mental da população em geral por um fio, a desigualdade social sendo desnudada através da crise sanitária, política e econômica, comecei a ser convidada para falar sobre saúde mental da população negra... Ao ser convidada para dar uma aula para uma turma de graduação sobre o mesmo tema, gelei! Mas aceitei o desafio. Era uma disciplina sobre diversidade em uma faculdade privada de Psicologia, localizada aqui em Porto Alegre. A professora que ministrava a disciplina era também uma mulher negra, que contatou o CRPRS perguntando se alguma pessoa que compunha a Comissão de Relações Étnico-raciais poderia participar da aula. Estudei, me preparei, preparei o material para a aula e “fui” (no modelo remoto). A partir desse dia, passei a cogitar a real possibilidade de tentar fazer mestrado. Comecei a me enxergar dentro da academia e a pensar no que queria pesquisar e em como exercer a minha função de ensinar.

Finalmente, quando saiu o edital para o processo seletivo do PPGPSI, escolhi me aventurar. Não sem medo, afinal por muitos anos me vi incapaz de estar na academia, principalmente no que diz respeito à capacidade intelectual. Sempre pensei que para estar aqui era preciso ser uma pupila da pesquisa de alguma professora desde os primórdios da graduação e que não teria espaço para mim: psicóloga social negra, lésbica, jovem, militante, provocadora e questionadora. Pensava que esse lugar não era pra pessoas como eu e que eu iria só criar mais um problema para minha vida. Errada eu não estava, hahahaha...

Os primeiros meses de mestrado: a desilusão

<p><i>O olho branco</i> (Tatiana Nascimento)</p> <p><i>o olho branco quer</i> <i>tudo ver</i> <i>mas não enxerga</i> <i>nem a própria psiquê</i></p> <p><i>o olho branco quer</i> <i>tudo ter</i> <i>não importa às</i> <i>custas de quem ou de</i> <i>quê</i></p> <p><i>o olho branco quer</i> <i>tudo saber</i> <i>y não vê que</i> <i>isso é abusivo poder</i></p> <p><i>o olho branco quer</i> <i>tudo fazer</i> <i>(se louro ou like</i> <i>ou biscoito render)</i></p> <p><i>esse olho branco se</i> <i>finge esquecer</i> <i>tem</i> <i>cor y</i> <i>tem pele</i></p> <p><i>_ só ele "não vê" _</i></p>	<p><i>tenta se esconder</i> <i>"universais"</i> <i>falácias</i></p> <p><i>não engana</i> <i>sequer</i> <i>às outras</i> <i>terrâqueas</i></p> <p><i>_ não somos iguais _</i></p> <p><i>esse olho branco</i> <i>que tudo quer</i> <i>ser</i> <i>menos</i> <i>o que aparenta</i> <i>se convém parecer</i></p> <p><i>menos branco</i> <i>"só olho"</i></p> <p>...</p> <p><i>olha, branco,</i> <i>repara:</i></p> <p><i>faz tempo que</i> <i>estamos</i> <i>de olho em suncê.</i></p>
--	---

Foi só adentrar a academia que pude confirmar que a visão que eu tinha desse espaço estava correta: um espaço supremacista branco, colonial, burguês, calcado dentro da hetero cis norma. No começo do primeiro semestre do mestrado, na disciplina obrigatória de Metodologia de Pesquisa I, tínhamos que escrever uma carta para a nossa orientadora sobre “o que e quem eu trago para essa pesquisa?”, que reproduzo abaixo:

Carta para a minha primeira orientadora

Na aula de Metodologia fomos instigadas a pensar sobre “quem e o que trago para essa pesquisa”, mas fiquei me questionando sobre quem e o que eu trago para esse processo do mestrado. Acredito que tudo tem relação e nada pode ser analisado excluindo-se o contexto social e político, nossos corpos são políticos, nossas relações são políticas, nossa inserção social é política. Dito isso, estar ingressando no mestrado em uma universidade pública, gratuita e de qualidade, em meio ao desmonte da educação e de várias outras políticas públicas, é um verdadeiro ato de resistência e sou grata pelo privilégio de ter podido, durante a pandemia, me dedicar ao processo seletivo do PPG de Psicologia Social e Institucional da UFRGS.

Para além do já citado, ingressar no mestrado está sendo pra mim uma verdadeira revolução interna. Um ano antes do processo seletivo eu estava em um processo de muito adoecimento e a falta de perspectiva na profissão era minha fiel escudeira no dia a dia. Acreditar durante o processo seletivo que eu era capaz de conseguir uma vaga no programa, confesso, não foi tarefa fácil, mas com auxílio de amigas muito especiais, consegui superar meus medos, minhas angústias, frustrações e após horas sentada em frente ao computador, sem conseguir produzir uma linha do anteprojeto, ele nasceu! E nasceu lindamente, deixando-me orgulhosa ao final de tudo. Sabemos que talvez o anteprojeto “Entre travessias e atravessamentos: um encontro entre a imagem, os educadores sociais negros e a rua”, ao tornar-se projeto, modifique-se tanto que será difícil encontrar as semelhanças entre as duas escritas. Quando saiu o resultado da seleção, minha mãe me ligou e disse chorando “ai minha filha, tu passou!”, imediatamente eu comecei a derramar lágrimas também, pois só nós duas sabíamos naquele momento o que essa aprovação significava.

Nos últimos dias, tenho pensado muito sobre o que tem me motivado a estar no mestrado nesse momento de crise sanitária, política e econômica... E os nossos encontros do grupo de pesquisa, as trocas que temos ao longo da semana no WhatsApp me permitem encontrar um pouco do sentido de ser uma mestranda. Senti-me plenamente acolhida desde o primeiro dia que participei de uma reunião para conhecer todo mundo, em janeiro desse ano, quando ainda nem havia sido realizada a matrícula. O afeto e o cuidado que percebo nas trocas do nosso grupo são parte importante do que me motiva nesse momento a estudar, aprender, pesquisar, pois nada nesse momento tem sido mais importante do que o cuidado e o autocuidado. E aqui, mais uma vez, confesso, sempre tive muito medo da academia, de não me sentir pertencente em nenhum espaço, mas tu e os colegas do grupo têm proporcionado que eu descubra uma nova possibilidade dentro daquela “velha academia”, antes, a única conhecida por mim.

Bom, mas voltando à pergunta inicial “quem e o que trago para essa pesquisa?”, trago uma Roberta cheia de desejos. Desejos de poder estudar sobre as relações raciais e as implicações e atravessamentos da psicologia e do fazer psicológico. Desejo de aprender e estudar sobre temáticas até então desconhecidas ou pouco adentradas por mim. Desejo de vivenciar muitas trocas, não só de conteúdo, mas principalmente de afeto, cuidado, esperança. Quando paro para pensar sobre esses desejos, eles parecem tão amplos e abstratos que chego a questionar se será possível atingi-los durante esses dois anos... Talvez eles carreguem um tanto de utopia, mas, parafraseando Galeano, para que serve a utopia? A utopia serve justamente para que caminhemos em busca dos desejos que se encontram lá no horizonte.

Por fim, queria deixar um poema que gosto muito e que em tempos de caos sempre me acompanha. Desejo que esse poema te abrace, te acolha e te proporcione sentir força para seguir em frente, para se manter em pé!

Em pé (Mário Benedetti)

Em pé

Continuo em pé

por pulsar
por costume
por não abrir a janela decisiva
e olhar de uma vez a insolente
morte
essa mansa
dona da espera
continuo em pé
por preguiça nas despedidas
no fechamento e demolição
da memória
não é um mérito
outros desafiam
a claridade
o caos
ou a tortura
continuar em pé
quer dizer coragem
ou não ter
onde cair
morto
Um grande abraço, Roberta.

A carta para minha primeira orientadora foi enviada no dia 24 de março de 2021. Naquele momento eu estava começando a entender melhor por qual caminho eu gostaria de seguir a minha pesquisa. Contudo, ocorreu uma situação que modificou totalmente o meu percurso formativo e também a minha relação com o espaço acadêmico, com minha orientadora anterior e o seu grupo de pesquisa – majoritariamente composto por pessoas brancas.

Era uma quinta-feira, 6 de maio de 2021. Nesse dia eu trabalhei muito, fiz diversos atendimentos clínicos e mal tive tempo de parar para ler notícias e saber o que estava ocorrendo no Brasil e no mundo. Quando finalizei o último atendimento do dia, fui mexer na internet e me deparei com uma notícia que relatava a ocorrência do Massacre do Jacarezinho⁸, maior

⁸ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-07/maioria-dos-mortos-na-chacina-do-jacarezinho-nao-era-suspeita-em-investigacao-que-motivou-a-acao-policia.html> e <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05->

chacina da história da cidade do Rio de Janeiro, que deixou 28 mortos. Comecei a ler a matéria e fiquei extremamente mobilizada. Senti raiva, angústia e tristeza, quando me dei por conta já era o horário de entrar na sala virtual do grupo de pesquisa.

Ao entrar no encontro do grupo, a primeira coisa que fiz foi colar a matéria recém lida no chat. Logo em seguida, vi que as colegas começaram a ler. Eis que a professora verbaliza que teríamos muito trabalho para aquela noite e precisávamos começar logo as discussões dos trabalhos que estavam programadas para o dia. Como as colegas já estavam lendo a matéria, ignoraram a fala da professora e seguiram nas suas leituras. Passados cerca de três minutos, a professora novamente convoca o grupo a parar de ler a reportagem e focar no trabalho. As pessoas, por sua vez, atenderam prontamente ao pedido e iniciaram a discussão prevista.

Minha primeira reação foi de choque. Pensei: “sério que vamos continuar a noite como se nada tivesse acontecido?”. Ignorei que o grupo estava acontecendo e segui lendo matérias, vendo vídeos de moradoras da comunidade do Jacarezinho e advogadas que denunciavam a ação policial. Quanto mais coisas eu lia e via, mais raiva eu ia sentindo, não somente pelo massacre em si, mas também pelos meus colegas e orientadora, que simplesmente ignoraram a violência que eu, mulher preta e lésbica, havia trazido para dentro do espaço coletivo.

Isso me recorda um conto escrito por Marcelino Freire, no qual ele vai evidenciar que a paz é branca, que somente o corpo branco tem o direito de permanecer em paz. E o que eu estava me propondo naquele momento era romper com essa paz branca:

“DA PAZ - por Marcelino Freire⁹

Eu não sou da paz.

Não sou mesmo não. Não sou. Paz é coisa de rico. Não visto camiseta nenhuma, não, senhor. Não solto pomba nenhuma, não, senhor. Não venha me pedir para eu chorar mais. Secou. A paz é uma desgraça.

Uma desgraça.

Carregar essa rosa. Boba na mão. Nada a ver. Vou não. Não vou fazer essa cara. Chapada. Não vou rezar. Eu é que não vou tomar a praça.

06/operacao-policial-mata-25-pessoas-no-jacarezinho-em-segunda-maior-chacina-da-historia-do-rio.html. Acesso em: 15 abr. 2022.

⁹ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/da-paz-de-marcelino-freire-por-naruna-costa/>. Acesso em 14 jul. 2023.

Nessa multidão. A paz não resolve nada. A paz marcha. Para onde marcha? A paz fica bonita na televisão. Viu aquele ator?

Se quiser, vá você, diacho. Eu é que não vou. Atirar uma lágrima. A paz é muito organizada. Muito certinha, tadinha. A paz tem hora marcada. Vem governador participar. E prefeito. E senador. E até jogador. Vou não.

Não vou.

A paz é perda de tempo. E o tanto que eu tenho para fazer hoje. Arroz e feijão. Arroz e feijão. Sem contar a costura. Meu juízo não está bom. A paz me deixa doente. Sabe como é? Sem disposição. Sinto muito. Sinto. A paz não vai estragar o meu domingo.

A paz nunca vem aqui, no pedaço. Reparou? Fica lá. Está vendo? Um bando de gente. Dentro dessa fila demente. A paz é muito chata. A paz é uma bosta. Não fede nem cheira. A paz parece brincadeira. A paz é coisa de criança. Tá uma coisa que eu não gosto: esperança. A paz é muito falsa. A paz é uma senhora. Que nunca olhou na minha cara. Sabe a madame? A paz não mora no meu tanque. A paz é muito branca. A paz é pálida. A paz precisa de sangue.

Já disse. Não quero. Não vou a nenhum passeio. A nenhuma passeata. Não saio. Não movo uma palha. Nem morta. Nem que a paz venha aqui bater na minha porta. Eu não abro. Eu não deixo entrar. A paz está proibida. A paz só aparece nessas horas. Em que a guerra é transferida. Viu? Agora é que a cidade se organiza. Para salvar a pele de quem? A minha é que não é. Rezar nesse inferno eu já rezo. Amém. Eu é que não vou acompanhar andor de ninguém. Não vou. Não vou.

Sabe de uma coisa: eles que se lasquem. É. Eles que caminhem. A tarde inteira. Porque eu já cansei. Eu não tenho mais paciência. Não tenho. A paz parece que está rindo de mim. Reparou? Com todos os terços. Com todos os nervos. Dentes estridentes. Reparou? Vou fazer mais o quê, hein?

Hein?

Quem vai ressuscitar meu filho, o Joaquim? Eu é que não vou levar a foto do menino para ficar exibindo lá embaixo. Carregando na avenida a minha ferida. Marchar não vou, ao lado de polícia. Toda vez que vejo a foto do Joaquim, dá um nó. Uma saudade. Sabe? Uma dor na vista. Um cisco no peito. Sem fim. Ai que dor! Dor. Dor. Dor.

A minha vontade é sair gritando. Urrando. Soltando tiro. Juro. Meu Jesus! Matando todo mundo. É. Todo mundo. Eu matava, pode ter certeza. A paz é que é culpada. Sabe, não sabe?

A paz é que não deixa.”

A partir desse momento comecei então a me questionar “o que eu estou fazendo aqui? Qual o sentido de permanecer nesse grupo? Que psicologia social e institucional é essa?” Com todos esses questionamentos, resolvi que sairia da sala virtual após escrever a seguinte mensagem no *chat*:

Gente, peço desculpas, mas não tô aqui... tô lá no RJ, essa foi a maior chacina da história do Rio de Janeiro. Não estou conseguindo seguir aqui hoje. Sempre foi, mas tá mais difícil ainda ser negra nesse país. Abraços.

Nenhuma colega branca me escreveu, a orientadora me mandou uma “mensagem” com três corações, um inteiro, um repartido e mais um inteiro. E essa foi toda a interação existente após minha saída da reunião. Chorei muito nesse dia, senti raiva, tristeza e voltei a me questionar sobre estar no mestrado, sobre estar construindo uma trajetória dentro da academia e se era realmente isso que fazia sentido para mim. Mais do que isso, se haveria lugar para pessoas como eu – mulher negra e lésbica – dentro da academia. Aqui cabe lembrar um pedaço da carta que apresento nesta escrita, dirigida à minha primeira orientadora:

Senti-me plenamente acolhida desde o primeiro dia que participei de uma reunião para conhecer todo mundo, em janeiro desse ano, quando ainda nem havia sido realizada a matrícula. O afeto e o cuidado que percebo nas trocas do nosso grupo são parte importante do que me motiva nesse momento a estudar, aprender, pesquisar, pois nada nesse momento tem sido mais importante do que o cuidado e o autocuidado. E aqui, mais uma vez, confesso, sempre tive muito medo da academia, de não me sentir pertencente em nenhum espaço, mas tu e os colegas do grupo têm proporcionado que eu descubra uma nova possibilidade dentro daquela “velha academia”, antes, a única conhecida por mim.

Todo esse parágrafo eu escrevi para que a carta tivesse algo sensível a oferecer a minha orientadora, mas a verdade era que eu já não vinha me sentindo pertencente àquele grupo desde o princípio. Hoje, relendo, percebo que o sentimento genuíno enquanto escrevia a carta era exatamente o oposto do que eu acabei por escrever. O que me faz pensar em como o racismo me afeta de forma tão profunda, produzindo em mim um entendimento de que eu deveria acolher a minha orientadora branca, hetero e cis, para, minimamente, ter a possibilidade de me sentir acolhida, concomitante ao não acolhimento que me era ofertado.

Olhando para as minhas experiências de vida, penso na estratégia criada por mim mesma para sobreviver e existir em todos os espaços brancos pelos quais eu circulei e, nisto, inclui-se a academia branca, patriarcal, heteronormativa e burguesa. A necessidade que eu carregava (talvez ainda carregue em alguma medida), inconsciente ou até mesmo conscientemente, de embranquecer-me para poder compor determinados espaços. Dessa forma, não precisaria trazer tensões raciais, uma crença/idealização criada de que a partir do momento que eu vestisse uma “máscara branca” (Fanon, 2008), eu poderia pertencer aos espaços brancos, que nunca foram meus. Como se, de alguma maneira, esconder a minha negritude, a minha ancestralidade, fosse capaz de produzir uma maior aceitação, por parte da branquitude – e provavelmente de mim mesma – do meu corpo negro, afinal, com a máscara branca, ele não seria tão negro assim.

Voltando ao relato do racismo sofrido dentro do grupo de pesquisa e os desdobramentos na minha caminhada pelo mestrado, na semana seguinte ao massacre do Jacarezinho, no dia 12 de maio, eu fiz uma conversa com a minha orientadora para solicitar sua anuência para que eu pudesse participar de outro grupo de pesquisa, dentro do mesmo PPG. A justificativa que eu criei foi de que era um espaço no qual as leituras e discussões estavam mais alinhadas com a minha proposta de pesquisa, o que poderia auxiliar-me no processo de construção do meu projeto. A partir de junho passei a participar deste outro grupo de pesquisa, que de fato auxiliou-me na reescrita do projeto e possibilitou que eu enxergasse motivos para continuar na pós-graduação.

Contudo, em agosto de 2021 eu percebi que apesar do novo espaço no qual eu vinha compondo estivesse sendo fundamental para que eu não desistisse, era preciso algo a mais, que eu não conseguiria permanecer sem que houvesse uma troca de orientação. Então, em 11 de agosto, realizei uma conversa com a minha então orientadora na qual explicitiei o meu desconforto com o seu grupo de pesquisa, bem como o episódio de 6 de maio e todo o sofrimento vivenciado por mim a partir daquele dia. Por fim, consegui verbalizar o meu desejo

de trocar de orientação, acrescentando que eu já havia pensado em uma professora para me acompanhar na continuação desse percurso. As minhas colocações foram escutadas pela orientadora e iniciamos o processo burocrático de troca de orientação. Combinei também que, quando possível, enviaria uma carta ao seu grupo de pesquisa, carta essa enviada no dia 29 de setembro de 2021 e que compartilharei abaixo:

“Oi, gente.

Conforme vocês já devem saber eu troquei de orientadora e saí do grupo. Ainda estava aqui no grupo de WhatsApp, pois queria escrever essa ‘carta’ que escrevo hoje. Meu objetivo não é rememorar o fato que disparou o meu sentimento de não pertencimento e de ter sido silenciada por este grupo, mas de trazer alguns elementos que talvez as ajude a refletir sobre as práticas racistas tanto a nível coletivo, quanto individual, ainda perpetuado pela branquitude que as habita.

Começo trazendo o escrito que fiz para explicar como eu entendo o surgimento do racismo e a sua constituição na história da humanidade:

O período da colonização das Américas, entre os séculos XV e XVI, foi o período de acumulação primitiva do Capital, é o momento no qual o Capitalismo estava sendo gerado. O Capitalismo para se estabelecer como modo de produção utilizou-se da escravização dos povos africanos visando acumular capital e transferir riqueza para a Europa, sendo possível assim no século XVIII se estabelecer, se firmar, se definir, se constituir como modo de produção dominante. O racismo é uma ideologia criada pela classe dominante (à época Aristocracia/Monarquia) para justificar a sua forma de exploração e escravização dos povos africanos. Era necessário que os colonizadores ao chegarem nas Américas se enxergassem como seres superiores àqueles que eram escravizados. Dessa forma, podemos compreender a necessidade fundamental da existência do racismo para que a classe dominante (hoje burguesia) seguisse/siga explorando a força de trabalho negra para lucrar e continuar enriquecendo. Se o racismo cumpriu um papel histórico na formação do modo de produção em que vivemos

(capitalismo), hoje o seu papel está na manutenção dos privilégios da classe dominante sobre uma massa de trabalhadores – que em sua grande maioria é preta, periférica, LGBT – e sendo reproduzido por todas as instituições do Estado como se fosse uma verdade absoluta, influenciando a classe trabalhadora que também reproduz essa ideologia nas suas relações sociais.

E por que eu trago essa reflexão? Para problematizar que o racismo não é uma teoria moral, criada pelos brancos que são pessoas ruins e que querem o mal das pessoas pretas/indígenas. Não acredito que “todo branco é racista”, mas que todo branco em algum momento vai reproduzir o racismo, que é estrutural. Inclusive porque se todo branco fosse racista, o racismo seria algo biológico e sendo algo biológico, não teria cura, portanto não faria sentido lutarmos pela sua erradicação. Ainda que, ao fazer uma leitura de que o racismo, ao fazer parte do sistema capitalista, só poderá ser erradicado com a destruição dessa sociedade. O que sobremaneira significa que não devemos lutar para diminuir as desigualdades e a sua reprodução cotidiana e sistemática que atinge os corpos pretos/indígenas em nosso país e no mundo.

Sempre faço essa introdução nas mesas em que sou convidada a falar sobre saúde mental da população negra, pois faz-se necessário compreender o racismo e sua reprodução pelas pessoas não pretas/indígenas, não como um aspecto moral, mas sim como parte de uma determinada ideologia, que é dominante, branca, burguesa.

E no caso desse coletivo aqui, trago isso para convidá-las a pensar em como vocês têm reproduzido esse racismo cotidianamente. Penso que mais do que refletirem sobre, através de conversas, leituras (acadêmicas ou não), é preciso que se desacomodem e atuem na prática de forma antirracista. O que isso significa? Em primeiro lugar, que consigam enxergar seus lugares de privilégio por serem brancas, ou seja, enxergarem a sua branquitude e mais do que compreenderem, aceitarem que vocês também são racializadas. Mas que, ao contrário da racialização das pessoas não brancas, a de vocês serve para perpetuar

determinados privilégios. Após esse olhar atento às suas branquitudes, comecem a refletir sobre a forma que vocês deveriam se portar socialmente para não mais reproduzir esses privilégios da branquitude, seja dentro do PPG, dos seus locais de trabalho, nas suas famílias e/ou relacionamentos afetivos-sexuais. Tentem fazer o exercício de pensarem de que forma uma pessoa não branca passaria por determinada situação que para vocês é tão simples que não há nenhum tipo de problematização, como por exemplo, ir ao supermercado ou a uma loja qualquer comprar algo que vocês precisem/desejam, sem serem seguidas e/ou interpeladas pelos seguranças. Ao escutarem/presenciarem atos racistas, reajam, não só com apoio à vítima, mas também problematizando com a pessoa que está reproduzindo essas atitudes e, principalmente, não silenciem as pessoas pretas que estão reportando o seu sofrimento a vocês, quando compartilham situações vivenciadas individualmente ou de racismo estrutural existente em nosso país. Caso vocês percebam que há a possibilidade de realizar alguma mudança na estrutura, por exemplo, deste PPG, para diminuir o abismo que há entre as pessoas brancas e as não brancas, proponham, intervenham, não se calem por “medo” ou por “preguiça de desacomodar”. Sempre que pensarem que estão com medo ou que determinada situação gera incômodo, angústia, aflição... Lembrem-se que para nós, pessoas não brancas, a vida não permite que tenhamos medo, incômodos, angústias, aflições, pois cotidianamente temos nossos corpos e nossas existências violadas, pelo simples fato de sermos pretos/indígenas. Não podemos nos dar ao luxo de escolher não pensar sobre o assunto porque o dia foi pesado demais, pois se nós não pensarmos e problematizarmos, vocês também não o farão e somos nós que seguiremos, cotidianamente, sofrendo as consequências dessa sociedade racista e de um Estado genocida.

Enfim, escrevo isso, infelizmente, sem qualquer sentimento de esperança de mudança, mas quem sabe no futuro eu seja surpreendida em novos encontros com vocês por aí.

Saio agora do grupo de whats, pois já não faz mais sentido estar aqui, mas sigo aberta ao diálogo, como sempre estive, caso seja o desejo. Não garanto que irei corresponder aos desejos de vocês de forma imediata, pois cada vez que mexo em histórias como essas, um pouco das minhas cicatrizes são ativadas e ainda mais penetradas em minha existência. Mas responderei, no meu tempo.

Abraços, Roberta.”

Hoje, em 2023, após algumas leituras, estudos, debates e movimentações do pensamento, tenho iniciado minhas falas de outra forma. Tenho escolhido começar falando sobre *O perigo de uma história única*, em que a autora nigeriana Chimamanda Adichie (2019) nos provoca a pensar sobre como acessarmos uma única versão da história limita a nossa compreensão de mundo e análise social crítica. Em seu livro, a escritora narra sobre que tipos de histórias lia e escrevia quando criança: “escrevi exatamente o tipo de história que lia: todos os meus personagens eram brancos de olhos azuis, brincavam na neve, comiam maçãs e falavam muito sobre o tempo e sobre como era bom o sol ter saído” (Adichie, 2019, p.12). E então ela problematiza que cresceu em um *campus* universitário no leste da Nigéria, onde as pessoas eram majoritariamente negras, não tinha neve e fazia sol diariamente, portanto as histórias que ela escrevia não se aproximavam em nada da sua realidade. Foi quando ela descobriu escritores africanos:

Percebi que pessoas como eu, meninas com pele cor de chocolate, cujo cabelo crespo não formava um rabo de cavalo, também podiam existir na literatura. Comecei, então, a escrever sobre coisas que eu reconhecia. [...] O que a descoberta de escritores africanos fez por mim foi isto: salvou-me de ter uma história única sobre o que são os livros (Adichie, 2019, p.13-14).

Posteriormente tenho abordado Aimé Césaire em *O discurso sobre o colonialismo* (2020), no qual o autor vai discorrer sobre sua análise de que a Europa é indefensável, pois com todo o processo de colonização, invasão e extermínio realizado pelo continente “não sobraria um único valor humano” (Césaire, 2020, p.11). A colonização evidencia uma desumanização, um desprezo, uma animalização pelos nativos, ao passo que também desumaniza o colonizador, quando esta passa a lidar de forma natural com o sofrimento e a barbárie. O colonizador transforma-se em animal para aliviar a sua consciência e justificar suas ações. O resultado da colonização?

Sociedades esvaziadas de si mesmas, culturas pisoteadas, instituições solapadas, terras confiscadas, religiões assassinadas, possibilidades extraordinárias suprimidas. Enquanto as sociedades pré-colonização eram sociedades comunitárias, nunca de todos para alguns; democráticas, cooperativas, fraternas (Césaire, 2020, p.24-25).

E então entro no conteúdo, normalmente passando pelo conceito de racismo estrutural, debatido por Silvio Almeida (2018), que vai nos dizer que é um resultado da maneira como a sociedade está estruturada e naturalizando padrões e regras em princípios discriminatórios de raça. Sustentando-se em um processo que é histórico-político-social que irá desenvolver e trabalhar para que haja uma manutenção de um aparato de hierarquização e segregação racial em todos os âmbitos da vida social. Mas, voltando ao relato do que aconteceu após eu enviar minha carta ao grupo...

Quatro pessoas do grupo me escreveram no dia seguinte para falar sobre como a minha escrita as tinha tocado. Foram pedidos de desculpas, reconhecimentos por eu ter tido paciência para explicar o que não deveria mais ser explicado por mulheres pretas como eu, mas também, junto com isso, enxerguei muita fragilidade branca expressa através da culpa. Para DiAngelo (2018) a fragilidade branca pode ser entendida como um mecanismo de reação defensiva da branquitude ao estresse racial, que por sua vez pode ser representado de diversas formas. No caso da minha carta, entendo que eu ter apontado que os comportamentos daquelas pessoas brancas, que compunham o grupo de pesquisa, tiveram um impacto racista, foi produtor de confronto à racialização para os corpos brancos, produzindo um desconforto instaurado a partir de tensões raciais.

Apesar de eu ter dito em minha carta que eu responderia caso alguém quisesse conversar, eu nunca consegui produzir respostas a essas procuras. Acredito que pelo sentimento de exaustão em ter que ficar lidando com a branquitude. Ficar explicando que a reprodução de racismo acontece mesmo quando não há intenção, que o antirracismo precisa se apresentar nas relações interpessoais cotidianas e não só em leituras e produções de conteúdos. Agora, pensando bem, enxergo que também houve naquele momento a minha vontade – ou seria necessidade? – de “encerrar” aquela etapa do mestrado vivenciada até então para poder seguir em frente. Mesmo que conscientemente eu saiba que não é simplesmente colocar um ponto final nas situações de violências que fará com que as dores e o sofrimento sejam elaborados. Afinal, como bem me lembrou Jota Mombaça:

Ninguém passa incólume pela violência, e todas nós que fomos violentadas e injustiçadas ao longo da vida sabemos bem disso. A violência cria marcas, implica vidas, ela não é nunca um evento simples, é sempre complexa, multidimensional, e por isso requer cuidado. (Mombaça, 2021, p.57)

Seguimos!

Abraços, Roberta.

Carta para bell hooks¹⁰

Querida bell,

Escrevo essa carta para ti hoje, dia 14 de outubro de 2022, em Belo Horizonte/MG, exatamente um mês após ter vivenciado o I Fórum Nacional de Psicólogues Negres (I FNPN), organizado pela Articulação Nacional de Psicólogues Negres e Pesquisadores (ANPSINEP) durante a programação do XII COPENE (Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negres), ocorrido em Recife/PE. Contextualizando, dia 14 de setembro, quando ocorreu o I FNPN, foi também meu aniversário, o primeiro em que pude passar aquilombando-me junto com as minhas e os meus pares.

Sou uma mulher negra, lésbica, psicóloga, filha de um casal inter-racial – mãe branca, pai negro – nascida e criada no sul do Brasil, mais precisamente em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, estado fortemente colonizado por alemães e italianos. Ainda, meu pai foi adotado por uma família de brancos, sendo eu e ele os únicos negros. Meus pais se separaram quando eu tinha quase dois anos. No começo eu tinha uma convivência mais regular com meu pai, o que não se sustentou durante muito tempo e, com o passar dos anos e com o meu crescimento, foi diminuindo exponencialmente.

A minha primeira referência de negritude deveria, ou poderia, ter sido o meu pai, porém, por diversos fatores, nunca houve essa relação entre nós. Cresci no interior da minha família materna branca, em um bairro branco, estudando em escolas privadas brancas, convivendo com crianças brancas, sendo cuidada por pessoas brancas, desejando muitas vezes ser branca. Afinal, todas as minhas relações e inserções sociais eram brancas, eu não tinha outras referências que não as brancas que me foram apresentadas desde o nascimento.

Tem uma história que eu gosto muito de utilizar para ilustrar esse “desejo de ser branca”: durante vários anos da minha infância e adolescência, no dia do meu aniversário eu alisava o meu cabelo, que é afro, um cabelo crespo de tipo 3C e 4A, pois eu vivia imaginando como seria poder passar as mãos nos cabelos e elas deslizarem por entre os fios – como acontece com as pessoas que têm cabelo liso. Hoje entendo o quão violento isso era comigo, uma criança, que desejava se embranquecer na expectativa de sentir-se pertencente.

Quando eu tinha 11 anos a minha mãe começou a se relacionar com o meu padrasto, também um homem negro. Naquela época eu ainda não me entendia enquanto uma pessoa

¹⁰ Carta escrita para publicação de e-book que se encontra no prelo.

negra. O meu processo de tornar-me negra ocorreu, ou melhor, iniciou, do meio para o final da graduação, mas só foi ganhar força quando já psicóloga comecei a me aproximar do movimento negro dentro da Psicologia. Fui também uma adolescente que pouco se sentia pertencente nos meios em que circulava. Eu não entendia muito bem o porquê, só sabia que aqueles lugares brancos nos quais eu estava inserida não desejavam a minha presença, tampouco eu desejava estar neles. Hoje, com outra consciência racial, entendo que sofri muito racismo durante a infância e adolescência, e que vários sofrimentos psíquicos foram oriundos destas violências raciais.

No começo de 2016, logo após me formar, comecei a militar no que viria a ser, em 2018, um coletivo “feminista” – cheio de contradições, a começar por ser dirigido por um homem branco, heterossexual, cisgênero – tendo permanecido vinculada ao mesmo até o começo de 2020. Fiquei quatro anos vinculada a este grupo, que muitas vezes foi extremamente violento, invasivo, autoritário, machista e racista comigo. Vivi muitas situações difíceis, desde um relacionamento que terminou comigo sendo perseguida pela minha ex-companheira (militante do mesmo coletivo), por ela não ter aceitado o término, até ter maconha – que pertencia a uma mulher branca, loira, universitária – enxertada pela polícia militar em minha mochila e ter respondido um processo criminal por posse de drogas, passando por ter sido demitida, me ver sem perspectiva dentro da profissão e em um processo de bastante adoecimento psíquico.

Esse período turbulento da minha vida não se encerrou no começo de 2020, quando me desliguei da organização, mas sim agora, no ano de 2022, quando qualifiquei o meu projeto de mestrado, no qual através de cartas eu compartilho parte dessas histórias, em uma perspectiva de escrita de autorrecuperação, como aprendi contigo, bell.

Desde muito nova eu aprendi que seria preciso “erguer a minha voz” para ser escutada e respeitada – mesmo que eu só tenha entendido o termo e o que ele representa recentemente. Eu não sabia exatamente o porquê disso, mas entendia que quando eu erguia a minha voz, conseguia me fazer ouvir, ainda que na maior parte das vezes fosse chamada/lida como uma mulher grossa, raivosa, que não conseguia conversar. Paradoxalmente, entre os anos de 2016 e 2021 eu acabei me anulando de diversas formas. E isso eu só fui começar a entender no final de 2021: quando passei a me reaproximar da minha espiritualidade, a pensar no que eu gostava de fazer para me divertir, para relaxar; quando lembrei que eu amo escutar música e ir a shows, mas deixei esse hábito de lado naqueles anos. Em alguma medida, sinto que ainda estou descobrindo quem eu sou, do que eu gosto, e o que faz sentido para mim.

Com isso, eu retorno ao começo da carta, quando falava do COPENE. O que eu senti durante minha passagem por Recife foi muito intenso e segue, um mês depois, reverberando em mim. Hoje é a primeira vez que estou sentando para escrever sobre essas vivências. No congresso pude encontrar pessoalmente duas professoras negras que estavam presentes, de forma remota, na minha banca de qualificação do mestrado, o que foi muitíssimo especial e emocionante. Pude reencontrar pessoas que eu já tinha conhecido pessoalmente, abraçar, rir, chorar. Conheci muitas pessoas novas e também conheci pessoalmente muitas que eu só via nas telas durante os últimos dois anos. No evento de abertura do congresso que ocorreu na concha acústica da universidade que sediava o evento, vi um mar de gente preta, algo que eu nunca tinha visto antes: tantas pessoas pretas, de várias áreas do conhecimento, pesquisadoras, reunidas em um evento acadêmico.

Pisar naquela cidade me trouxe um sentimento de pertencimento que eu só havia sentido antes em Salvador/BA – em janeiro/fevereiro do presente ano, quando passei 15 dias em férias. Uma sensação de que aquele chão, aquela terra era o meu lugar. Era como se eu estivesse voltando para um lugar conhecido, sem nunca ter vivenciado aquilo e de alguma forma eu realmente estava, pois aquela terra foi pisada, habitada, construída, povoada, pelos meus ancestrais. Aquela terra que respira uma cultura afro-brasileira e que reverencia e respeita a ancestralidade que habita este país.

O que eu senti ao caminhar pela cidade, conhecer lugares históricos, estar com as pessoas pretas que habitam não só Recife, mas outras tantas regiões do país, me trouxe uma sensação de finalmente ter encontrado uma possibilidade de me conectar com um determinado espaço físico. Foi como se ali eu estivesse diretamente ligada à minha ancestralidade, à minha origem, à cultura preta, aquela mesma que eu contei acima que anulei durante muitos anos.

Eu sempre gostei muito de comemorar o meu aniversário, desde criança, sempre foi uma data importante para mim, juntar várias pessoas que eu amo e tenho afeto, de uma só vez e, ainda, para comemorar a minha vida! Só que nos últimos três anos não tinha sido possível celebrar, pois em 2019 estava muito deprimida e em 2020 e 2021 por conta da pandemia de covid-19. Eis que em 2022, mais do que a possibilidade de comemorar o meu aniversário, eu tive a possibilidade de passar o dia todo cercada de pessoas pretas que eu amo, admiro e quero perto de mim. Pessoas pretas que são referências, inspirações, que se fortalecem no coletivo e que respiram luta. Vivenciar a potência de um verdadeiro aquilombamento compartilhando conhecimento, vivências, sonhos e sorrisos com estas pessoas, enquanto comemorava os meus 31 anos, foi especial demais.

Antes de ir para o COPENE os meus dias vinham sendo muito pesados, muita violência racial dentro da academia, muita dificuldade em circular e ocupar os espaços da cidade onde moro, de me sentir pertencente e de acreditar, ou mesmo enxergar, potência na realidade em que vivo. Os dias em Recife me fizeram retomar o esperar na construção e sustentação de uma comunidade de cuidado, de amorosidade, de possibilidades de existência e de afetos. Possibilitaram-me uma conexão com a minha origem, com a minha pertença, com aquelas que vieram antes de mim e também com todas as que virão depois de mim. O que me faz lembrar de um trecho escrito por ti, no *Erguer a Voz*:

Dominação e colonização tentam destruir nossa capacidade de conhecer o eu, de saber quem somos. Nós nos opomos a essa violação, essa desumanização, quando buscamos a autorrecuperação, quando trabalhamos para reunir os fragmentos do ser para recuperar nossa história. Esse processo de autorrecuperação permite que nos vejamos como se fosse a primeira vez, pois nosso campo de visão não é mais configurado ou determinado somente pela condição de dominação (hooks, 2019a, p. 78).

O que eu (re)descobri durante os dias de congresso também faz parte do meu processo de autorrecuperação, de me enxergar através de lentes outras que não as da dominação e da colonização, mas através de uma comunidade negra, de psicólogas e psicólogos que compartilham comigo os mesmos sonhos, os mesmos desejos: de que ocupemos cada vez mais espaços que são nossos por direito, que sejamos potência para existir e resistir nesta sociedade supremacista branca, capitalista e patriarcal, que possamos produzir saúde e pertencimento para o nosso povo através de uma ética do amor e de uma construção em comunidade.

Estou encerrando esta escrita no dia 15 de outubro, dia em que se comemora a existência das professoras e dos professores no país. Não poderia ser mais simbólico, já que eu estar onde estou hoje perpassa, necessariamente, todos os aprendizados e trocas que tenho tido a possibilidade de viver dentro da sala de aula. Nas trocas com as professoras que têm me acompanhado e também com as colegas que caminham ao meu lado, que acreditam junto comigo e foram inspiradas nos teus ensinamentos, em uma pedagogia engajada, em comunidade e cheia de afeto.

Com amor e esperar,
Roberta.

Belo Horizonte/MG, 15 de outubro de 2022.

Sobre a minha escrevivência: ética metodológica e política de escrita

No Rio Das Lembranças - Zé Manoel

[...]

Quando eu molhar os pés

No olho das lembranças que eu sonhei

Em terras onde eu nunca pisei

Onde a rainha era minha mãe

Vou me banhar com ela

Mergulhar nas dores e anseios dela

Vou me perder pra me encontrar

Em cada palavra, nos gestos dela

Ora yê yê Oxum

Eu sou pescador e não sei remar

Ora yê yê Oxum

Se eu me perder vem me buscar

Porto Alegre, 1º de julho de 2023

Oiê!

Estava pensando sobre como tem sido o meu processo de escrever ao longo do mestrado. Como esse movimento foi se transformando com o passar dos meses, as descobertas e aprendizados que o processo de escrita foi me proporcionando. Um aprender sobre qual é a minha forma de escrita. Quando iniciei o mestrado, a minha vivência de pesquisa acadêmica anterior havia sido durante a graduação, em um modelo absolutamente engessado, enrijecido. E eu tinha muita dificuldade de me ver escrevendo um projeto de dissertação que seguisse esses moldes, tanto é que fiquei travada na escrita várias vezes e durante os mais diversos períodos.

Na disciplina de Metodologia de Pesquisa I, no primeiro semestre do mestrado, precisamos escrever diversas cartas, endereçadas a pessoas distintas. Lembro que na época as escritas fluíram, mas eu não conseguia compreender direito como essa poderia ser uma

metodologia possível de ser utilizada em uma pesquisa acadêmica. Sim, um pensamento bem colonial e engessado, exatamente como aprendi durante os anos de graduação.

Por outro lado, sempre fui uma pessoa que gosta de escrever e receber cartas. Na adolescência eu trocava cartas pelo correio com uma amiga que morava na mesma cidade que eu, Porto Alegre, mas que tinha trocado de escola. Eu morava na zona norte e ela na zona sul e não tínhamos independência suficiente para nos vermos com a frequência que gostaríamos, então começamos essa dinâmica da troca de cartas. Tenho guardada na casa da minha mãe duas caixas cheias de cartas que recebi na adolescência e começo da vida adulta. Cartas de amigas, amigos, namorados, namoradas, familiares. Recentemente mexi nessas caixas procurando algo de minha avó Terezinha, que faleceu em 28 de dezembro de 2022, pois estava em um momento de sentir bastante saudades. Achei alguns cartões de aniversário que ganhei dela e também um bilhete que escreveu em um guardanapo de papel em um aniversário meu, que infelizmente não tem registro do ano. Acredito ter sido na época da minha pré-adolescência.

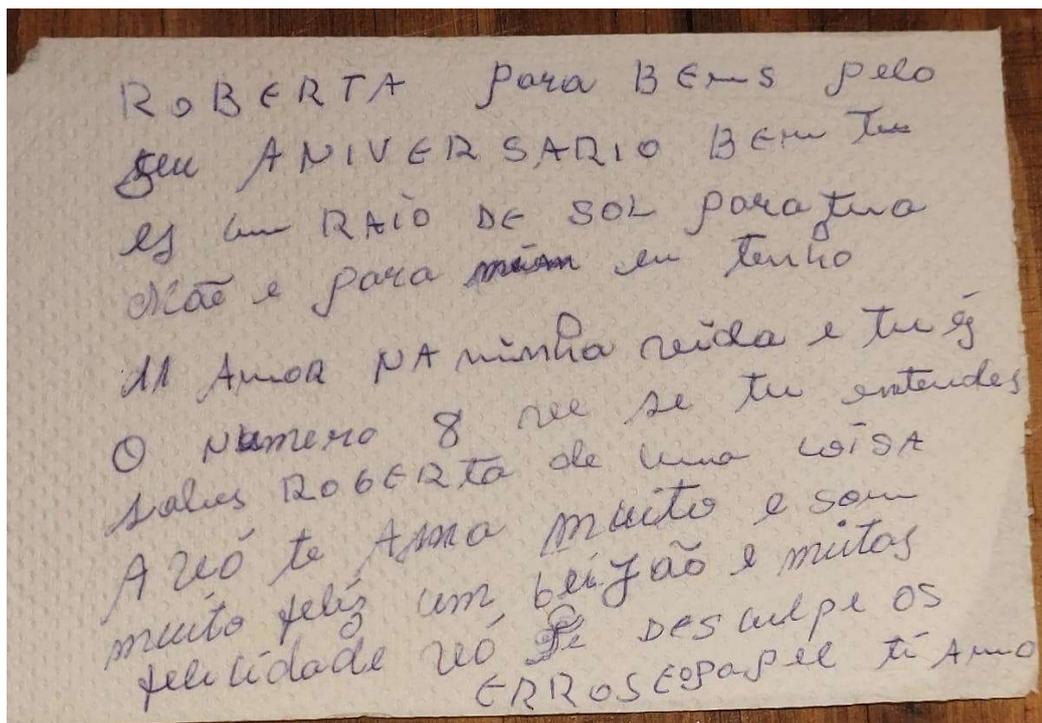


Figura 4. Carta de minha avó Terezinha (arquivo pessoal)

Lembro também que eu escrevia muitas cartas e bilhetinhos para minha mãe no dia a dia. Dando boa noite, bom dia, pedindo para ela me dar beijo quando chegasse da rua, pois eu já estaria dormindo. E ela também me escreveu vários bilhetinhos, que eu achei mexendo na caixa de cartas. É curioso lembrar disso hoje, eu com 31 – quase 32 – anos, escrevendo a minha

dissertação somente através de cartas. Quando eu poderia imaginar que meu gosto por cartas iria me possibilitar a escrita de uma pesquisa, ainda mais uma pesquisa que versa sobre a minha história, as minhas vivências enquanto uma mulher negra e lésbica na pós-graduação?!

Ainda que eu tenha memórias muito bonitas das cartas que mandava e recebia, também tenho memórias tristes de cartas que enviei e nunca recebi nem uma confirmação do recebimento. Uma em especial me marcou muito e tem ainda hoje reverberação em mim. Foi uma carta que enviei pelo correio ao meu pai – também morávamos na mesma cidade – falando sobre a nossa relação e que eu desejava da parte dele presença e afeto. Ele nunca me disse nada sobre a carta. Eu só fiquei sabendo que ele realmente recebeu porque ele morava com a minha avó e ela me disse um dia durante uma ligação telefônica: “Enviou um cartão para o teu pai, Bel? De Natal?” Era dezembro e minha avó presumiu que seria um cartão desejando feliz Natal.

Não lembro exatamente em qual momento eu decidi que a minha dissertação seria escrita através de cartas, mas lembro que a primeira carta que eu escrevi foi em dezembro de 2021, quando a Luciana, minha orientadora, me sugeriu escrever sobre não estar conseguindo escrever. Lembro também que li alguns artigos escritos por ela e pela Bruna Battistelli juntas, outros que elas escreveram com outras autoras – em todos tinham cartas – e também lembro de ter acompanhado a defesa da tese da Bruna, na qual ela contextualiza e defende o uso da cartografia como uma metodologia possível. Não sei em qual ordem se deram essas vivências e também isso não importa muito, pois como nos lembra Cusicanqui (2021) a história não é linear, ela se move em círculos, em espiral, o que me faz pensar na forma como Conceição Evaristo (2016) vai falar sobre as histórias das escrevivências contadas por ela, dizendo que todas as histórias são ficcionais, mesmo aquelas reais, quando são contadas, uma vez que neste contar alguma coisa sempre se perde e é justamente essa perda que possibilita um enriquecimento da história.

As cartas entram na minha pesquisa como uma forma de colocar em prática as minhas escrevivências, de narrar as minhas memórias e deixar registrado o meu testemunho através da escrita em primeira pessoa. É através da cartografia (Battistelli; Oliveira, 2021) e da Escrevivência (Evaristo, 2016), que me conecto e reverencio minhas ancestrais, aquelas que vieram antes de mim, que pavimentaram o caminho dentro da academia, mas não só, para que mulheres como eu pudessem estar aqui hoje, pesquisando e produzindo conhecimento. Busco com as narrativas das histórias por mim vivenciadas enraizar a memória para que elas sigam existindo.

Junto à Escrivivência, a Cartografia me permite convidar as minhas leitoras ao diálogo (Battistelli; Rodrigues, 2021). Ela, a Cartografia, se apresenta através de textos pouco preocupados com as respostas, sem a intenção de encontrar o correto e o errado, mas sim de olhar para o caminho, para o movimento e o que se constrói através dele (Battistelli; Oliveira, 2021; Battistelli, 2022). Portanto, o que busco através da perspectiva cartográfica (Battistelli; Oliveira, 2021) e da Escrivivência (Evaristo, 2016) é a produção de conhecimento, utilizando as minhas memórias com o objetivo de analisar discursos e práticas racistas na pós-graduação através de narrativas vivenciadas desde o meu corpo, de mulher negra e lésbica. Discutir estratégias de autocuidado, resistência, sobrevivência e uma nova possibilidade de docência em Psicologia, com o enfrentamento ao racismo e à branquitude na academia, perpassando o meu corpo-território (Nascimento, 2021) dentro de um programa de pós-graduação em Psicologia Social e Institucional em uma universidade pública federal ao sul do Brasil.

Escrever histórias, criar histórias, ler histórias, nos possibilita tomar contato com diversos mundos, exteriores e interiores. bell hooks (2019a) diz que o ato de escrever é uma maneira de capturar a fala, de apoderar-se e mantê-la por perto. Meu desejo é de utilizar a fala, na forma de Escrivivência (Evaristo, 2016), para problematizar, para me fazer ser ouvida e fazer com que as minhas sejam ouvidas também. Para não mais sermos apagadas, silenciadas. Para que possamos existir, resistir e reexistir!

Para bell hooks (2019a), quando mulheres negras erguem a sua voz e falam sem serem convidadas, elas estão executando um ato de coragem, de ousadia. Erguer a voz, se fazer ouvida, conseguir expressar o que pensa, o que sente, o que produz através da fala é também uma forma de autorrecuperação. Quando nós, mulheres negras, utilizamos a linguagem como ação, para lutar, reunir, reconciliar, renovar, resistir, estamos fazendo emergir uma voz libertadora, uma voz coletiva e ancestral. O meu processo de Escrivivência (Evaristo, 2016) é atravessado também pelo Erguer a Voz (hooks, 2019a) e pela Autorrecuperação (hooks, 2019a).

Narrar as minhas memórias, assentadas em saberes vivos e coletivos (Silva, 2022), tomar contato novamente com as dores sentidas no percurso da pós-graduação – e não só – para poder trazer às leitoras a realidade da academia supremacista branca, hetero-cis-normativa que busca expurgar corpos dissidentes (Carneiro, 2005) não é uma tarefa simples. Entretanto, acessar esses arquivos que perpassam o meu corpo e a minha história (Reis, 2022) e poder dar a eles outros sentidos, outra dimensão, ressignificação e resistência é o que a bell hooks (2019a) nomeia como autorrecuperação.

Nesse sentido, conecto-me ao que Yasmin narra em seu TCC, quando diz que ao “escrever sente os tremores que ora aparentam medo, ora coragem” (Silva, 2022) e qual a consequência não só subjetiva disso, mas também física. Fico rememorando aqui, enquanto escrevo esta carta, todas as vezes que tive sensações de muita angústia durante a escrita da dissertação. Não foi uma, nem duas, nem cinco as vezes em que suava frio, sentia palpitações, um aperto no peito, como se um elefante estivesse deitado sobre ele, os tremores como narrados por Yasmin sempre foram muito presentes nesse percurso. E se, por um lado, escrever causa esse embrulho no estômago, por outro sinto que é um convite de mim a mim mesma a ressignificar essas dores, colocando as memórias em um outro lugar, que sonha e cria uma outra possibilidade de docência-pesquisa. É me aproximar do que bell hooks (2019a) vai dizer ser a nossa necessidade mais urgente, em direção a um trabalho de libertação:

O contexto acadêmico, o discurso acadêmico, no qual eu trabalho, não é um lugar conhecido por dizer verdades. Não é um lugar em que os oprimidos nos juntamos para falar sobre nossa saída da servidão, para escrever nosso caminho em direção à liberdade, publicar artigos e livros que façam mais do que informar, que testemunhem, que sejam testemunhas da importância da luta, e nosso esforço coletivo para transformar. Porém, essa é nossa necessidade mais urgente, a mais importante do nosso trabalho - o trabalho de libertação” (hooks, 2019a, p. 74).

Ano passado, em um grupo de orientação no qual discutíamos o meu projeto de pesquisa antes da banca de qualificação, um colega, o Leonardo Régis, disse que mais do que referenciar bell hooks em erguer a voz, essa poderia ser uma política metodológica. Já esse ano, discutindo no grupo sobre parte da dissertação que ofertei à leitura das colegas, eu questioneei se dava para entender o que estava escrevendo. Se na leitura que elas haviam feito conseguiam perceber/enxergar os conceitos e os debates teóricos que eu me propunha a trazer para as cartas. Elas disseram que sim, o que, confesso, me trouxe um sentimento de paz e um quentinho no coração. É paradoxal o quanto mesmo quando estamos nos propondo a uma escrita contracolonial, precisamos muitas vezes da validação dos nossos pares para acreditarmos, confiarmos que o que estamos produzindo também é conhecimento.

Rosane Borges defende a Escrivivência como um “princípio conceitual-metodológico” (Borges, 2022) que possibilita a narrativa dos excluídos, tendo a linguagem como um instrumento para construir memórias e compor histórias. O que me transporta aos ensinamentos de Audre Lorde quando diz que o silêncio não vai me proteger e que o compartilhar com outras mulheres que vivenciam o mesmo que eu, é o que me dá (e dará) forças para seguir (Lorde, 2022). Romper o silêncio erguendo a minha voz, enraizando as

minhas memórias ao registrar a minha escrevivência em cartas seria, então, mais do que a minha política de escrita. É a dimensão epistemológica e ética desta pesquisa. Erguer a voz juntamente com as mulheres/intelectuais que trago para a discussão das minhas memórias me permite lembrar quem eu sou, de onde eu vim e o que eu quero fazer aqui, enquanto uma pesquisadora-docente mulher, negra e lésbica.

Essas reflexões todas me fazem pensar na Patrícia Hill Collins quando nos explica o que é a epistemologia feminista negra e o que é ser uma *outsider within* dentro de um contexto intelectual acadêmico (Collins 2016; 2019). Pesquisadoras feministas negras estão localizadas no que Patrícia chama de “grupo intelectual marginal” (Collins, 2016), que se propõem a trazer para a realidade acadêmica aspectos de uma realidade invisibilizada dentro da colonialidade, opondo-se, portanto, a abordagens consideradas mais “ortodoxas”. Nesse sentido, temos pesquisadoras *insiders* – dentro do campo que produz ciência – ao mesmo tempo que são *outsiders*, uma vez que o que é ofertado a essas mulheres não é o mesmo ofertado à (pseudo)hegemonia do homem branco hetero-cis-burguês. Ou seja, as condições de se fazer pesquisa para feministas negras não são as mesmas ofertadas à supremacia branca. Dessa forma, estas mulheres criam uma outra epistemologia possível, que leva em consideração a sua própria história como uma “fonte significativa de conhecimento” (Collins, 2016, p.123).

Patrícia Hill Collins e bell hooks nos dizem que existe uma outra dimensão possível de pesquisa e produção de conhecimento que envolve as nossas próprias vivências, histórias, memórias, e que é possível embasar análises teóricas a partir dessa perspectiva (Collins, 2016; 2019; hooks, 2019a; 2020b; 2021). Assim, a epistemologia, aponta como as relações de poder estabelecem no que devemos acreditar e por quê, “determina quais perguntas merecem investigação, quais referenciais interpretativos serão usados para analisar as descobertas e para que fim serão destinados os conhecimentos decorrentes desse processo” (Collins, 2019, p. 403). Para Patricia podemos dividir o campo epistemológico em duas grandes vertentes: uma hegemônica que defende os interesses dos homens brancos hetero-cisgêneros e ricos; e outra que expressa as preocupações do/para/com o feminismo negro, que é de onde ela parte, como uma mulher negra estadunidense (Collins, 2019).

A epistemologia feminista negra propõe que a experiência carrega um “critério de significado com imagens práticas como veículo simbólico” (Collins, 2019, p. 412). Ou seja, através das nossas narrativas pessoais podemos anunciar novos significados. Nesse sentido, afirmo para vocês que me leem que a forma que eu escrevo também produz debates teóricos.

Através da minha voz erguida tenho produzido conhecimento para sustentar um quilombamento (Nascimento, 2019) quando me proponho ao encontro com outros corpos negros em movimento, em uma comunidade na qual os nossos corpos são também memória (Reis, 2022), não só de quem somos, mas das que vieram antes.

Carta para os/as pesquisadores/as-cientistas-brancos/as

*“Sem ser indelicada me concentro,
 me fecho e foco
 Sem excluir sem esquecer
 Visto a armadura e ainda assim amo leve
 Me munindo de força e ação,
 munição é tiro certo no alvo que quero conquistar
 Sigo os caminhos sem pedir licença,
 mas sem passar por cima sem pisar
 E desviando de pés inocentes,
 porém mortais que cercam
 Com fé no que sei e no que não sei,
 no que sou e no que serei,
 sigo hoje forte, mais do que ontem
 Minha resistência é voz
 e se for preciso,
 eu aprendo a ser feroz [...].”
 Minha Prece - Dandara Manoela*

Porto Alegre, junho de 2022

Vocês, homens brancos que, junto com as mulheres brancas, historicamente construíram no norte global metodologias de pesquisa que se propunham a ser neutras, coladas a uma realidade considerada por vocês hegemônica, onde havia um objeto, um outro a ser estudado. Vocês, que supõem conhecer o mundo desde seu ponto de vista – branco. Vocês talvez não entendam e nem queiram compreender o meu, e o nosso, modo de pesquisar, de escrever e de produzir conhecimento. Mas, apesar de vocês, eu estou aqui, dentro dessa academia supremacista branca, sexista, capitalista e patriarcal. E irei continuar aqui. Não sozinha, mas com as minhas, com as que vieram antes de nós e com aquelas que virão depois de nós. Iremos ocupar cada vez mais esse espaço que é nosso por direito.

Trago Jota Mombaça (2021) para dialogar com vocês. Ela vai dizer que a violência está naturalizada para a sociedade, da mesma forma que para vocês está naturalizado não conviver com corpos não brancos. Ou quando convivem, são em situações muito específicas e delimitadas, como com trabalhadoras domésticas, pessoas trabalhadoras dos serviços de higienização, portaria, vigilância, dentre outros empregos que são tidos como precarizados/terceirizados e que são compostos majoritariamente por pessoas negras. A

violação dos nossos corpos faz parte de um projeto de governo, faz parte da política de extermínio que vocês, pessoas brancas progressistas, tanto dizem confrontar. Pois bem, se a violência é socialmente distribuída, por que não poderíamos nós a redistribuirmos como forma de resistência, de autocuidado e de sobrevivência aqui dentro da academia? “Redistribuição da violência é um projeto de justiça social em pleno estado de emergência e deve ser performada por aquelas para quem a paz nunca foi uma opção” (Mombaça, 2021, p.52).

A redistribuição que Jota Mombaça traz não é no sentido literal da palavra, como diz o rapper Djonga ao explicar a letra da música *Olho de Tigre* (2017)¹¹ na qual ele diz “fogo nos racistas”. Não significa que a gente vá queimar os racistas, mas sim que iremos reagir a cada violência, simbólica ou não, que for proferida a nós. Cada vez mais vocês precisarão aceitar que a minha, a nossa, reação ao racismo é a raiva (Lorde, 2020), que não estamos mais em posição de aceitar caladas a exclusão, a tentativa de apagamento, de silenciamento. Daqui para frente não irei mais admitir que o ódio de vocês seja capaz de me matar, destruir, aniquilar. E vou, sim, reagir com raiva a todas as ações racistas que vocês produzirem dentro – e fora – da academia.

Parem de rejeitar a minha raiva com a justificativa de sentirem-se intimidadas (Lorde, 2020). Não, eu não sou apenas uma jovem mulher negra e lésbica raivosa, e o que vocês ouvem na minha voz é fúria (Lorde, 2020). E não, eu não estou mais com tempo, nem paciência para explicar-lhes aquilo o que vocês já deveriam ter aprendido. Por isso, a partir de agora, eu irei seguir essa conversa com as mulheres pretas que me inspiram, que andam ao meu lado, mas também com aquelas que têm medo, que são violadas, exterminadas, cotidianamente. E vocês? Vocês vejam se aprendem algo com isso.

¹¹ “Sensação, sensacional/Sensação, sensacional/Sensação, sensacional/Firma, firma, firma/ Fogo nos racista” – Trecho da canção *Olho de Tigre* – Djonga (2017). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0D84LFKiGbo&ab_channel=PineappleStormTV

O começo da virada de chave da pesquisa

“O passado me ensinou que não há, nesta sociedade branca, riqueza ou privilégio que não seja, no mínimo, suspeita.”

Ìyalasé Yashodan Abya Yala

Porto Alegre, abril de 2022

Em março de 2022 outras situações de racismo foram escancaradas dentro do PPGPSI, me atravessando de tal maneira que, mais uma vez, minha escrita travou. Percebi naquele momento que seria impossível seguir o meu percurso de escrita como se aquelas situações não estivessem acontecendo. Dei-me conta, em um encontro do grupo de orientação, que o mestrado e o doutorado para pessoas não brancas seriam sempre atravessado pelas violências raciais, ainda que por vezes não fossem os nossos corpos individualmente sofrendo tais violências. Pois cada vez que uma das nossas é atingida, morta, asfixiada, violentada, nossos corpos sentem a dor de ser e existir. Abaixo segue trecho de uma carta que escrevi, sem endereçamento, em um caderno relatando os novos episódios vivenciados:

Um dia abri o grupo de “Whatsapp” das mestrandas pretas da minha turma de ingresso do PPGPSI e tinha uma mensagem de uma colega preta, trans não-binária (que chamarei de Tati), dizendo que havia decidido sair do programa, que estava apenas verificando como seriam os trâmites burocráticos para realizar tal ação. No momento em que li aquilo fui tomada por um sentimento de tristeza, mas também de muita raiva - era minha forma de reagir ao racismo (Lorde, 2020).

Para Audre Lorde (2020), mulheres reagindo ao racismo são mulheres capazes de reagir à raiva da exclusão, do privilégio, do silenciamento e das violências. Para a escritora, pensadora feminista negra, a reação possível ao racismo é a raiva. Mas não o medo da raiva, a evitação do sentimento de raiva ou a raiva como paralisação. Ao contrário, é a raiva como possibilidade de movimento, como um sentimento que anda ao lado do sofrimento que é causado pelas violências raciais (re)produzidas por corpos brancos em direção aos corpos não brancos. Ainda, a raiva é diferente do ódio: a primeira é capaz de produzir mudança a partir de uma reação ao racismo, enquanto o segundo é a reprodução da fúria daqueles que não suportam os nossos corpos negros existindo e que tem como objetivo final a morte e a destruição.

Voltando à história da Tati, no decorrer dos dias seguintes, procurei algumas colegas pretas e também conversei com minha ex-companheira – mulher branca, discente do mesmo programa, porém no doutorado – para pensar coletivamente quais ações seriam possíveis de

realizar, dado o contexto. De imediato pensamos em dois encaminhamentos: chamar uma assembleia geral discente e eu conversar com a colega para acolhê-la e perguntar se ela concordaria em levarmos para a Comissão de Ações Antirracistas do PPGPSI¹² a sua situação.

Conversei com a Tati a fim de entender o que tinha acontecido, por que ela havia tomado tal decisão, pude compreender que estávamos vivenciando mais um episódio de racismo, associado à transfobia, dentro do PPGPSI. Expus pra ela que pensava ser necessário tentarmos algumas medidas de reparação antes que ela efetivasse o seu desligamento. Propus que eu pudesse levar para a Comissão de Ações Antirracistas do programa a sua situação para lá podermos pensar em medidas para garantir a sua permanência. Ela concordou e foi o que fiz.

Ainda no mês de março aconteceu a primeira assembleia geral discente, na qual tiramos o encaminhamento de escrever uma carta aberta ao PPGPSI com o objetivo de denunciar o racismo institucional e interpessoal, assim como de demarcar que não iríamos mais aguentar caladas todas as violências que sofremos, historicamente, enquanto corpos não brancos dentro da academia. Ocorre que ao mesmo tempo em que eu participava da construção coletiva junto às discentes do programa, eu passei a compor a Comissão de Ações Antirracistas, como representante discente. Estar nestes dois espaços concomitantemente não foi bem recebido por algumas docentes brancas que compunham a comissão à época. Para elas, era como se eu estivesse traíndo suas confianças ao compor com a comissão ações para trabalhar o racismo e a branquitude produzidas pelo corpo docente do programa e ao mesmo tempo, estar reunindo com o coletivo de discentes.

Esse incômodo apresentado pelas docentes transformou-se em diversas violências direcionadas diretamente a mim, dentro do espaço da comissão. Tive minha atuação dentro da comissão questionada por diversas vezes e fui colocada em uma posição de ser a grande vilã, responsável por convencer o coletivo de discentes a escrever uma carta denúncia. Temos aqui alguns problemas, dentre eles: colocarem o meu corpo, negro e lésbico, como alvo de violências raciais; deslegitimar nossa carta discente escrita por pessoas brancas e negras, bem como tratar as demais discentes negras que participaram da organização coletiva como incapazes de opinar e decidir livremente pela participação ou não no movimento de escrita da carta.

A violência foi tamanha que cheguei a cogitar me retirar da comissão, pois não fazia sentido eu permanecer em um espaço que se propunha a pensar o antirracismo, mas que

¹² A Comissão de Ações Antirracistas do PPGPSI surge como uma intervenção estratégica para pensar ações antirracistas frente às situações/denúncias de racismo institucional e interpessoal dentro do programa. Naquela época era composta por quatro docentes (duas mulheres negras, uma mulher branca e um homem branco) e também por quatro representantes discentes (duas mulheres negras, um homem negro e uma mulher branca).

reproduzia racismos cotidianos sobre o meu corpo – e também de outras pessoas pretas ali presentes. O que me fez permanecer foi o acolhimento das duas docentes negras que também compõem a comissão, que por diversas vezes posicionaram-se questionando as ações das docentes brancas e buscaram me proteger.

Em *Pele negra, máscaras brancas*, Fanon (2008) traz a reflexão de como as pessoas brancas lidam com a existência das negras nos espaços tidos tradicional e hegemonicamente como brancos. Para ele, há explicitamente uma necessidade da presença negra, pois a branquitude precisa da negra para sobreviver, desde que seja comedida, desde que os privilégios brancos não sejam atingidos, tampouco questionados. E foi exatamente o que eu senti após as violências raciais sofridas na Comissão de Ações Antirracistas. Eu era útil para ajudar a pensar e construir as ações, desde que eu não mantivesse a minha voz erguida, desde que eu não defendesse minhas opiniões de forma contundente, nem expusesse as contradições da branquitude que compunha aquele espaço, bem como o corpo docente do PPGPSI.

Essa vivência dentro da Comissão me lembra o que bell hooks (2019b) traz em seu texto *O olhar opositor: mulheres negras espectadoras* (hooks, 2019b), no qual ela lembra que os donos de escravos puniam os escravizados por olhar, portanto as crianças escravizadas aprenderam desde cedo que “olhar” poderia ser perigoso e causar o recebimento de violências físicas e até mesmo a morte. Entretanto, ao mesmo tempo que se cria uma vigilância sob “o olhar”, surge uma ação de resistência para o povo negro colonizado, que ao olhar corajosamente subverte a norma. Cria-se um anseio em ver, em experienciar um olhar opositor, que não só olha como também deseja que o seu olhar seja capaz de mudar a realidade (hooks, 2019b). O olhar opositor é, portanto, político, carregado de poder do povo negro e hostil à supremacia branca, que treme de medo ao ser encarada, ao ter os seus privilégios e seu antirracismo de livro questionado.

Trago mais uma vez Yasmin para dialogar, quando em seu TCC ela trabalha com o termo “antirracismo cordial” (Silva, 2022), ao se remeter à branquitude antirracista que responsabiliza apenas o Estado pela existência do racismo, eximindo-se de sua participação nesse sistema de opressão, sem o reconhecimento de sua racialização e, portanto, dos privilégios que possui. Maria Aparecida Bento (2002), a Cida Bento, diz que os brancos reconhecem as desigualdades raciais, só que não relacionam essas desigualdades à violência racial, evidenciando assim um dos primeiros sintomas da branquitude.

A academia supremacista branca, capitalista, imperialista, patriarcal e heteronormativa, mesmo quando composta por um grupo progressista, reproduz e sustenta diariamente o racismo

que oprime os corpos não brancos existentes naquele lugar. O paradoxo está justamente no fato de que esses grupos possuem maior capacidade de disfarçar ou mascarar essas violações, uma vez que não são vistos nem tidos como extremistas (hooks, 2021).

A brancura, como nos faz refletir Jota Mombaça, é “menos uma cor e mais um modo de perceber a si e organizar a vida, uma inscrição particularmente privilegiada na história do poder e uma forma de presença no mundo” (Mombaça, 2021). Isso inclui a não convivência com pessoas negras (hooks, 2021), seja no campo afetivo das relações interpessoais, ou no âmbito profissional. Essa não intimidade com pessoas negras, faz com que raramente as pessoas brancas tenham que escutar mulheres negras falando, se posicionando, produzindo conteúdo. E quando escutam, por diversas vezes tratam nossa existência naquele espaço como bondade delas em nos acolherem, como se não fôssemos intelectualmente capazes de estar ali (hooks, 2021).

Dentro de um programa de pós-graduação, essa ação de não reconhecer nossos passos e nossa história é apenas mais uma das tantas formas de reproduzir violências raciais. É aquilo que Sueli Carneiro (2005) chama de epistemicídio e que, constantemente, reduz as pesquisadoras negras a militantes raivosas e academicamente incapazes. É urgente que a branquitude docente aceite que, enquanto houver uma “lacuna entre teoria e prática” (hooks, 2021) no que diz respeito às relações étnico-raciais, será impossível avançar naquilo que ela chama com tanta convicção de antirracismo. Afinal, o antirracismo precisa de muito mais do que apenas teoria. Não é a produção de artigos, capítulos de livro ou aceite de orientação a pessoas não brancas que torna um corpo branco efetivamente antirracista – apesar de isso ser o que constantemente observamos dentro das universidades. É preciso descolonizar os corpos, o modo de pensar e de agir, sobretudo nas relações interpessoais e cotidianas com pessoas não brancas e não mais reproduzir as violências raciais já tão naturalizadas socialmente.

O surgimento desta pesquisa

“[.]
 Que o meu corpo seja parte
 Do propósito do universo em mim
 Que eu seja instrumento
 Da arte
 Que o meu corpo seja parte
 Do propósito do universo em mim
 Que eu seja o que meus ancestrais sonharam
 E que seja sempre assim
 [..].”
 Antes de Ir - Bia Ferreira

Porto Alegre, maio de 2022

Viver a realidade acadêmica, sentir o meu corpo sendo atravessado pela branquitude, pelo racismo, pela tentativa de silenciamento, pela sensação de ser uma mulher negra lésbica que, segundo a sociedade supremacista branca e patriarcal, não deveria existir (Anzaldúa, 2000; hooks, 2021) não tem sido tarefa simples. Entretanto, ter pessoas pretas caminhando ao meu lado neste processo tornou-se um esperar e uma forma de impulsionar o meu desejo em erguer a voz (hooks, 2019a). Mesmo que historicamente tenhamos sido ensinadas a não reagir às violências sentidas em nossas existências (Mombaça, 2021).

E foi em uma conversa com uma dessas mulheres negras, no caso a minha orientadora, Luciana, que surgiu a ideia de recomeçar – sim, a segunda mudança desde março de 2021 – a escrita do meu projeto de pesquisa. Lembram que até então eu iria pesquisar os atravessamentos da minha escuta clínica de mulheres negras, lésbicas e bissexuais na construção das nossas identidades e racialidades, uma vez que sou uma psicóloga negra e lésbica? Pois bem, não é mais por esse caminho que decidi seguir.

“Roberta, tu tem certeza sobre o que tu quer escrever?”. Foi a pergunta que a Luciana me fez. Na hora meu cérebro apenas colapsou. Pensei: “sério, Luciana?! Sério mesmo? A essa altura do campeonato (isso foi dia 7 de abril de 2022) mudar tudo novamente?”. Depois de respirar e pensar por alguns longos segundos, compreendi que talvez realmente eu não estivesse

mais certa do que gostaria de pesquisar e que a conexão com o meu tema de pesquisa não estava mais existindo naquele momento. As leituras, estudos e discussões coletivas que eu vinha realizando tratavam justamente sobre as minhas vivências no cotidiano do percurso do mestrado: o racismo institucional e interpessoal dentro da academia e como eu vinha conseguindo resistir a essa realidade era o que estava – e permanece – ressoando em mim.

Surge a partir disso o projeto desta pesquisa, hoje dissertação, que tu estás lendo. Não sem dificuldade, não sem medo, não sem dores. Mais uma vez, bell hooks (2019a) convoca-me a pensar que relatar o que eu e tantas outras mulheres negras vivemos cotidianamente na academia brasileira é um ato de coragem, de resistência às políticas de dominação. A minha escrita deve ser, então, uma forma verdadeira e sincera de expor a minha (a nossa) voz, e precisa, como me diz Gloria Anzaldúa (2000, p. 7), “evocar as realidades pessoais e sociais — não através da retórica, mas com sangue, pus e suor”.

Gosto de escrever, na maioria das vezes dói, mas depois do texto escrito é possível apaziguar um pouco a dor, eu digo um pouco... Escrever pode ser uma espécie de vingança, às vezes fico pensando sobre isso. Não sei se vingança, talvez desafio, um modo de ferir o silêncio imposto, ou ainda, executar um gesto de teimosa esperança. Gosto de dizer ainda que a escrita é para mim o movimento de dança-canto que o meu corpo não executa, é a senha pela qual eu acesso o mundo. (Evaristo, 2005, p.2)

Hoje vou parando por aqui.

Um abraço,

Roberta.

Carta para Lu

Porto Alegre, junho de 2022

Lu,

Faz tempo que eu queria escrever essa carta pra ti, inclusive já tinha comentado contigo em alguma orientação que ela faria parte do meu projeto... Quando eu paro para pensar em como eu te procurei para pedir que tu me orientasse, eu fico um pouco chocada comigo mesma... A gente tinha trocado meia dúzia de palavras uma vez por conta de uma atividade do CRPRS e só.

Lembro que uns dias antes eu entrei no site do PPGPSI para ver quem eram as docentes do programa e se teria alguém ali que eu me sentiria à vontade para pedir acolhimento e me deparei contigo... Na época eu pensei: “já escutei ela falando e gostei, ela é calma, é preta e lésbica também, compõe a Comissão de Combate Permanente ao Racismo Institucional do Instituto de Psicologia (CPCRI), me identifico com as produções/campo de pesquisa dela... é, acho que é uma boa pessoa para me orientar”. E com isso te liguei e comecei a contar tudo que tinha acontecido e ao final fiz o pedido: “e gostaria de saber se tu poderia me acolher como tua orientanda”. Tu não podia ver, mas eu estava roxa de vergonha e também com medo de receber uma negativa, afinal, naquele momento eu já tinha entendido que a única possibilidade de eu permanecer no mestrado seria trocando de orientação. Eu não tinha a menor condição de saúde mental para seguir esse percurso se permanecesse com a minha primeira orientadora.

Depois de alguns segundos em silêncio, que mais pareceram duas horas, tu disse – do teu jeito extremamente calmo e doce – algo como: “nossa, Roberta, primeiro eu queria te dizer que sinto muito que tu tenha passado por tudo isso e segundo que sim, eu te acolho como orientanda, espero poder te ajudar naquilo que estiver ao meu alcance”. Na hora meus olhinhos brilharam e pensei: “Ufa, resolvido!”. Depois disso foi só seguir o fluxo burocrático e oficializar a troca de orientação. Óbvio, isso no que diz respeito a ti, a nossa relação orientadora-orientanda, porque concomitante a isso teve toooodo o resto que tu já sabe e que eu já relatei aqui nesta dissertação Bem, acho que relembrar o começo dessa nossa relação de trabalho é importante para pensar no quão adoecida eu estava no ano passado e em como foi importante ter sido acolhida por ti.

Mas agora quero falar de coisas boas! Quero te dizer, Lu, que ter te encontrado no percurso do mestrado tem sido uma das alegrias dessa etapa da minha vida. Ter uma orientadora negra e lésbica, como eu, ocupando um espaço tão difícil para os nossos corpos adentrarem tem sido uma experiência bem importante no meu percurso acadêmico. Ano passado tinha sido tua

aluna em uma disciplina do PPGPSI e esse ano fui tua estagiária de docência na disciplina de Psicologia Social para o Serviço Social, o que foi uma vivência bem marcante e especial para mim. Como eu te disse no último dia de aula: te acompanhar como mulher negra, lésbica, feminista e docente em meio a esse caos que é estar dentro de uma universidade pública federal em desmonte constante – além de branca, burguesa, patriarcal, heteronormativa e sexista – tem sido inspirador. Aprendo contigo cotidianamente o ato de ensinar a transgredir através da prática da liberdade. Se hoje consigo me enxergar como uma docente em construção, devo isso a ti e à possibilidade de acompanhar o teu percurso como professora.

Também tem sido fundamental experienciar ter uma orientação sensível, implicada, presente e acolhedora nesse percurso. Muitas foram as vezes que eu só queria largar tudo pro alto e sair correndo, mas sempre consegui falar pra ti o que estava sentindo e ser acolhida por ti. Da mesma forma que tantas vezes me senti à vontade e acolhida para falar o que sentia dentro do nosso grupo de orientação, que é outra parte bem importante deste ano de 2022. Termos iniciado o grupo com praticamente a sua totalidade composta por pessoas pretas foi aspecto fundamental também para a minha não desistência, para eu conseguir encarar minhas dores, meus medos e conseguir coletivamente elaborar todos esses sentimentos e ter forças para seguir em frente.

Assim como tu e o nosso grupo têm sido sustentação para mim, espero poder retribuir um pouquinho disso a vocês. E que esse seja apenas o primeiro ano de uma relação de trabalho e de vida que estamos construindo. Deixo um poema da Maya Angelou para te acolher e inspirar, da mesma forma que tu me acolhe e inspira:

A vida não me assusta

Sombras nas paredes
 Barulhos pelo corredor
 A vida não me assusta nem um pouco
 Cachorros maus latindo alto
 Nuvens que parecem fantasmas
 A vida não me assusta nem um pouco.
 Velha e má Mamãe Ganso
 Leões à solta
 Eles não me assustam nem um pouco
 Dragões colocando fogo

Na minha manta
Isso não me assusta nem um pouco.
Eu faço bu
Para fazê-los irem embora
Eu zombo
De como eles correm
Eu não vou chorar
Então, eles voam para lá
Eu apenas sorrio
Eles vão à loucura
A vida não me assusta nem um pouco.
Caras durões brigando
A noite inteira sozinha
A vida não me assusta nem um pouco.
Panteras no parque
Estranhos na escuridão
Não, eles não me assustam nem um pouco.
Aquela nova turma na escola
Em que todos os meninos puxam meu cabelo
(Garotinhas melosas
Com cabelos cheios de cachinhos)
Eles não me assustam nem um pouco.
Não me mostra sapos e cobras
E espero meus gritos,
É só nos meus sonhos
Em que sinto medo de tudo.
Eu tenho um truque de mágica
Que eu guardo na minha manga,
Posso andar pelo fundo do oceano
E nunca ter que respirar.
A vida não me assusta
Não me assusta
Não me assusta.

A vida não me assusta.

Abraços,

Roberta.

Coletivo bell hooks: aquilombamento e possibilidade de (re)existência

“Meu kilombo tá lindo como o quê?
 Meu kilombo tá lindo como o quê?
 Oh! Mamãe abraça eu, mamãe
 Embala eu, mamãe
 Cuida de mim”

Orín de Mãe Preta, Ìyágbà ancestral da Nação Muzunguê

Porto Alegre, 25 de julho de 2023

Oiê!

Escrever essa pesquisa tem sido uma intensa experiência de colocar em palavras as minhas dores, anseios e desejos. De reforçar algo que eu já acreditava, mas que se materializou ainda mais intensamente nos últimos meses, que somente através da luta ativa e coletiva pela minha vida negra e lésbica é que eu poderei seguir existindo (Mombaça, 2021). Não somente eu, mas todas aquelas e aqueles que fogem à regra, que se colocam contra-hegemonicamente em combate a essa academia colonial, branca, burguesa e patriarcal. A minha escrita vem sendo potência para elaborar, para dar vazão aos sentimentos, para produzir resistência e possibilitar a construção da minha autorrecuperação (hooks, 2019a). Afinal, como é possível sobreviver sendo uma mulher preta e lésbica dentro da academia? Como usar a minha própria experiência para produzir conhecimento e resistência em um contexto de racismo?

Desde o meu ingresso no *Coletivo bell hooks: formação e políticas de cuidado*, o meu percurso de mestrado ganhou outras cores – literalmente, ficou menos embranquecido – inspirações, movimentações e desejos de construir uma outra possibilidade de academia. Pertencer ao coletivo é ter a certeza de que, como diz Sued Nunes em sua música Povoada¹³, “eu sou uma, mas não sou só”. Foi e segue sendo através do coletivo que eu tenho descoberto as respostas para as perguntas que faço no primeiro parágrafo dessa carta.

¹³ Povoada - Sued Nunes: [...] Eu sou uma, mas não sou só, minha fia!/Povoada/Quem falou que eu ando só?/Nessa terra, nesse chão de meu Deus/Sou uma mas não sou só/Povoada/Quem falou que eu ando só?/Tenho em mim mais de muitos/Sou uma mas não sou só/Povoada/Quem falou que eu ando só?/Nessa terra, nesse chão de meu Deus/Sou uma mas não sou só/Povoada/Quem falou que eu ando só?/Tenho em mim mais de muitos/Sou uma mas não sou só (5x)/Eu sou uma, mas não sou só, 'mermo!

Seja nas reuniões do grupo de pesquisa ou do grupo de orientação, encontrar com o meu povo sempre me proporciona uma sensação de reenergização, de carregamento das baterias. Às vezes, nas correrias e demandas do cotidiano, confesso que sinto preguiça de ir até à UFRGS para nossos encontros, mas nunca me arrependo de ir. O sentimento de quentinho no coração após cada encontro é sempre certo. Lembro de uma fala de Sobonfu Somé¹⁴ em um vídeo que assisti recentemente no YouTube, no qual a autora diz que:

Comunidade é a luz que guia atrás de qualquer ser ou qualquer pessoa, que ajuda a alcançar o seu propósito. Sem comunidade o indivíduo está perdido. (Asili Coletiva, 2020)

Glória Anzaldúa (2021) nos fala sobre as alianças que fazemos na busca de vivências que façam sentido, que nos toquem de forma diferente, que nos possibilite movimento. Essas alianças ocorrem e podem justamente ocorrer entre pessoas que são vítimas de racismo e do sexismo. Pensar essas alianças como uma forma de sobrevivência e resistência dentro da academia faz bastante sentido, me parece. O nosso Coletivo é múltiplo em sua diversidade de idade, raça, gênero, orientação sexual, tanto na pesquisa, quanto na orientação e na extensão.

Falando especificamente do grupo de orientação, este tem sido um espaço no qual o significado e o pertencimento para me manter na academia tem surgido e acredito que sejam sentimentos comuns a todas ou quase todas nós que compomos o grupo. Foi conversando com minhas colegas e orientadora que me lembrei de Audre Lorde (2020), acerca da importância de reconhecermos o nosso papel como essencial no processo de transformar o silêncio em linguagem e em ação. Quando olho para os lados dentro do meu grupo de orientação e enxergo pessoas negras como eu – mas não só, temos também mulheres brancas que se propõem a olhar criticamente para a sua supremacia e privilégios brancos, construindo este espaço conosco – que também estão subvertendo a ordem colonial da academia, entendo a força e a potência que o aquilombamento (Nascimento, 2021) possui ao fornecer força e esperança para aquelas que ousam transgredir e erguer a voz (hooks, 2019a).

As nossas pesquisas de mestrado e doutorado têm girado em torno das políticas da memória, do testemunho, das nossas narrativas pessoais e escritas. Algumas atravessam diretamente o ambiente acadêmico, outras não tanto, mas algo que elas têm em comum é a proposta de ser um estudo, uma produção de conhecimento contracolonial, que se coloque em oposição à hegemonia branca, eurocentrada, colonial, hetero-cis-normativa da academia.

¹⁴ O vídeo você pode acessar aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=N2qsEXG23t0>

Antônio Bispo dos Santos (2023), o Nêgo Bispo, diz que ao se conectar com suas memórias se fortalece para dar continuidade ao percurso. É exatamente isso que entendo que fazemos no Coletivo bell hooks quando nos conectamos com nossas memórias, sejam elas individuais ou coletivas: a gente se sustenta coletivamente, pois como diz Ailton Krenak (2020), nenhum sujeito de nenhum povo sai sozinho pelo mundo, somos constelação. Trago mais uma vez Sobonfu Somé (2007) que nos diz que:

A comunidade é o espírito, a luz-guia da tribo; é onde as pessoas se reúnem para realizar um objetivo específico, para ajudar os outros a realizarem seu propósito e para cuidar umas das outras (Somé, 2007, p.31).

Nesse compartilhar da comunidade, entra o que Antônio Bispo dos Santos (2023) chama de confluência, que produz cuidado, compartilhamento de ações, de gestos, de afetos. E esse confluir rende, porque ele vai e vem, ele tem reciprocidade e energia que nos movimenta para o reconhecimento, para o respeito. A gente quando conflui, aumenta, amplia. A gente cria quilombos, que foram e continuam sendo “um local onde a liberdade era praticada, onde os laços étnicos e ancestrais eram revigorados” (Nascimento, 1979, p.17).

Os quilombos surgem como uma necessidade das africanas escravizadas em resgatar a sua liberdade e dignidade, fugindo dos cativeiros e construindo uma sociedade livre (Nascimento, 2019). O quilombismo exerceu um “papel fundamental na consciência histórica dos negros” (Nascimento, 1979, p.18), se estruturando através de uma rede de associação, da solidariedade, convivência. A sociedade quilombola era – e é ainda hoje – contra a propriedade privada da terra, dos meios de produção e de elementos da natureza, defendendo que a terra, as árvores, os rios e todos os elementos básicos são de propriedade e uso coletivo (Nascimento, 2019).

Em seu livro *Um feminismo decolonial*, Françoise Vergès (2020) retrata que a quilombagem era uma oportunidade de futuro, mesmo quando ele é socialmente negado, pela igreja, pelo Estado, pela cultura. Apesar do sistema de escravidão, os quilombolas lutaram e se declararam livres, reivindicando e vivendo seus sonhos, suas esperanças e utopias.

Analisar a história do quilombismo é ter a certeza de que temos a missão, enquanto população negra que resiste, de organizar a nossa própria luta para garantirmos a sobrevivência e existência do nosso povo (Nascimento, 2019). E transpondo essa tarefa para a academia, temos entendido no Coletivo bell hooks – e trabalhado para isso – que é um dever expurgarmos a supremacia branca de nosso meio. E fazemos isso não só com as pessoas negras, mas também com as pessoas brancas que admitem terem sido historicamente privilegiadas e beneficiadas

por sua cor, por sua racialização branca. Termos essa branquitude crítica (Cardoso, 2018) ao nosso lado não significa que as pessoas nunca erram, mas que elas ao errarem são capazes de encarar o próprio erro e se propõem a corrigi-lo (hooks, 2021).

Eu tenho, mais do que compreendido, sentido e vivido um aquilombamento dentro do Coletivo bell hooks, que me possibilita estar viva, construir coletivamente resistências e permanências. Eu me reconheço nesse espaço, eu existo porque as outras pessoas existem e me reconhecem. Nossa forma de existir, de pensar é circular (Piedade, 2017), é espiralar (Martins, 2021), é começo, meio e começo (Bispo, 2023).

*“Você ficará surpreso com o que a benção da comunidade,
de um círculo de amigos, pode fazer por você,
no fim de qualquer crise.”
Sobonfu Somé (2007, p.110)*

Cinco anos depois das Ações Afirmativas no PPGPSI: o que mudou?

“Aho, axé, aha, saravá

Aos meus ancestrais, peço licença pra chegar.

*E eu vou começar
Martin Luther king, parafrasear.*

"Eu tenho um sonho"

*Que um dia a cor da minha pele, não seja mais motivo pra matar
Só que a polícia e os racistas faz toda hora questão de me lembra, que eu ainda tenho
que me preocupar.*

*Ah menina dos olhos de oxalá,
Oya, filha guerreira.*

É preciso o zelar, dos nossos corpos na vivência.

*Furaste a bolha dos que queria tua desistência.
Fez vento, fez tempestade
Pra mostra matripotência.*

A força, que os de Pele Preta encontra é a resiliência.

*E os de pele vermelha?
Deles também vim falar.
Resistência.*

*Aqui Pedro Álvares gritou: terra a vista...
Roubou que era do índio
Fez Genocídio.
Deixou sem CEP, sem município.*

Devolve aos verdadeiros donos esta terra Brasilis.

Que aqui plantaram o que chamamos de raízes.

*Chão de Dandara, chão de Jurema
Aqui tem zumbi, tem Tupã e tupiniquim.*

*Aqui Sepé Tiaraju gritou:
"Essa Terra já tem dono, Já tem dono essa Terra."
Vinda da restinga
O canto desse enredo.*

*As cotas ainda são nossos direitos.
Ou vocês ainda não entenderam?!
De 1500 a 2022 e nas faculdades indígenas não chega nem a 1%.*

*Política pra quem?
Política por quem?*

Fecharam os caminhos da gente. Mal sabiam eles, que Exu é nossa linha de frente.

*Onça pintada me trouxe coragem
Pantera Negra Continuidade...*

*Haa... Seu Pena Branca
Esse Estado não garante nossa humanidade.*

É violência dos povos, escrachadas por toda parte.

*Já passou da hora de arrancar esses véus
E começar trazer a verdade.*

*Do alto do prédio
Ou das cadeiras da faculdade.*

*Eles fingem não vê quilombos, Eles fingem não vê palmares.
Eles Fingem não vê indígena*

*Às 7h da manhã...
No chão do centro da cidade.*

*Cultura, arte, ancestralidade, minha gente se expressa
Como num grito de liberdade.*

*Aho, axé, aha, saravá. Aos meus ancestrais peço licença pra me retirar.”
(Poeta Desperta)*

Porto Alegre, 06 de julho de 2023

Oii!

Hoje eu quero contar sobre como se deram uma série de violências raciais dentro do PPGPSI e do IPSSCH (Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana) no ano de 2022, que influenciaram o meu percurso acadêmico e a minha própria escolha de pesquisa. Escolhi fazer uma análise institucional sobre as relações raciais no cotidiano de um programa de pós-graduação, para ofertar a quem me lê uma possibilidade de revisão das práticas que envolvem as relações étnico-raciais entre a comunidade acadêmica. Desta forma, acredito poder contribuir para pensar a sociedade brasileira e a universidade, que também é parte de uma lógica branca, colonial, hetero-cis-normativa.

Discutir as relações interpessoais entre corpo docente-discente, discentes-discentes, docentes-docentes não é uma tarefa simples, tampouco tranquila. Mexer nos incômodos da branquitude, apontar as violências raciais que as pessoas brancas reproduzem – consciente ou inconscientemente (Bento, 2022) – desnudar que o espaço da academia, que ainda é extremamente racista, colonial, hetero-cis-normativo, sexista e excludente, pressupõe não só acessar feridas colocando o meu corpo “à mostra”, como também colocar em questão o antirracismo da supremacia branca progressista (hooks, 2020b), como Yasmin (2022) nos lembra em seu TCC:

Quando escolho vasculhar minhas memórias e partilhar os incômodos enfrentados no contato com a branquitude acadêmica progressista, posiciono-me com a certeza de que o silêncio não me salvaria e também não provocaria nenhuma mudança significativa, ele apenas alimentaria a supremacia branca. Quero evidenciar nessas linhas que a academia não é o país das maravilhas, a universidade branca-hetero-patriarcal sequestra saberes ancestrais e vai facilmente capturando conceitos como antirracismo, letramento racial, epistemologias decoloniais de maneira superficial para responder demandas emergentes (Almeida M, 2020)¹⁵, nessa lógica, teóricas(os) e intelectuais negras(os) são transformadas(os) em consultoras(es) especializadas(os) nas discussões étnico-raciais a serviço da branquitude (hooks, 2017)¹⁶. (Silva, 2022)

Escolho narrar as minhas experiências, contar histórias (hooks, 2021) e as minhas memórias do que ocorreu nesse um ano dentro do PPGPSI/IPSSCH para poder analisar institucionalmente e teorizar. Para tanto, trago autoras, sobretudo feministas negras, para dialogarem comigo e me auxiliarem nesse processo. Demarco aqui que essa é uma escolha política de escrita, de quem fala do lugar de uma mulher negra, lésbica, psicóloga, feminista, pesquisadora, que busca ancorar a produção do conhecimento relatando o que ocorreu - e ainda ocorre - com o meu corpo dentro deste espaço. Aliás, irei também descrever como o meu corpo tem reagido (Reis, 2022) e sobrevivido nesse contexto institucional dentro de um sistema de opressões, que são estruturantes do social. Não tenho, contudo, a menor pretensão de “ofertar-lhes verdades absolutas” (Silva, 2022, p.6). Exerço aqui uma tentativa de recontar histórias, através de uma autorrecuperação memorialista (Silva, 2022), compostas de “fragmentos de um passado, tensionamentos de um presente e ideias para o futuro, em um limbo atemporal onde meu corpo é sempre alvo” (Silva, 2022, p.7).

Considero importante trazer para vocês que existem outras pessoas estudantes de dentro do IPSSCH que também narram em suas escritas episódios de racismos vivenciados dentro do ambiente institucional. Alisson Batista (2020) em seu TCC apresenta a sua experiência

¹⁵ Referência ao artigo “Corporeidades negras em risco: o racismo acadêmico e seus afetos” (Almeida, 2020).

¹⁶ Referência ao livro “Ensinando a transgredir: educação como prática de liberdade” (hooks, 2017).

enquanto estudante negro em um mundo branco – a universidade – e observa que as suas vivências podem ser redirecionadas para uma esfera coletiva, haja vista que o racismo é um sistema de opressão estruturante da nossa sociedade (Almeida, 2018).

Tiago Rodrigues da Costa (2020) também narra, em artigo publicado, situações de denúncias de racismo dentro o IPSSCH, à época Instituto de Psicologia (IP):

No início do primeiro semestre letivo de 2017, houve algumas denúncias de racismo sofrido por algumas turmas, nas quais estudantes negros(as) estavam sendo excluídos(as) de grupos de WhatsApp com a justificativa racista de serem pessoas “violentas”, “sem educação” e “sem empatia” por uma professora que já havia tido comportamentos racistas em sala de aula. Outras denúncias de posicionamentos de professores(as) nesse sentido começaram a ecoar pelo curso. [...] Cabe ressaltar que o nascimento do coletivo partiu de um episódio explícito de violência do racismo institucional para com nossos corpos, mas que não é de hoje que essa violência existe e nos afeta (Costa, 2020, p. 108;114).

Tem também a tese da Bruna Battistelli (2022), na qual ela também traz relato de violências dentro do PPGPSI:

Lembro do quanto chorei em uma reunião aberta em que se discutia sobre questões de assédio, violência e racismo no PPG em que estudo. Lembro que chorei de raiva, chorei de vergonha falando sobre como não conseguimos falar de fato sobre cuidado, sobre estar junto na formação. E se foi pesado pra mim (uma mulher branca), imagina como foi para minha/meu colega negra/o ser exposto a fragilidade branca e ao racismo em nível institucional e não perceber eco nas pessoas que deveriam cuidar da formação. Naquela reunião eu decidi que em todas as oportunidades que eu tivesse, o tema da supremacia branca seria discutido, pois não dá para as pessoas brancas se eximirem de curar essa ferida que sangra o mundo: a superioridade branca é um sintoma que precisa ser combatido e enfrentado (Battistelli, 2022, p.87).

E por que razão eu trago essas narrativas de outras colegas? Porque entendo que é fundamental partirmos da compreensão de que o racismo que existe dentro dessa instituição e atravessa as relações interpessoais, não é algo vivenciado e narrado apenas por mim. Muitas e muitos que vieram antes já narraram histórias, portanto, não é uma singularidade do meu percurso de mestrado no PPGPSI/UFRGS. Assim como não é possível descolar este espaço acadêmico, no qual estou inserida, do resto da sociedade brasileira, e que, portanto, acaba por reproduzir em seu interior as políticas de dominação. Posso afirmar que há muitas evidências sobre a maneira que as dinâmicas raciais transversalizam a instituição e operam na manutenção do racismo (Batista, 2020).

Sueli Carneiro (2005) ao falar sobre o epistemícidio contemporâneo nas universidades brasileiras, diz que o binarismo do discurso acadêmico versus o discurso militante também aparece nesse contexto, buscando desqualificar o pensamento e a movimentação que o ativismo

negro produz. Como se o saber do corpo negro não pudesse ser considerado conhecimento, ciência e pesquisa, principalmente se este saber traz consigo a vida privada de quem produz (hooks, 2019a). Olho, nesse trabalho, como o pacto narcísico da branquitude e a supremacia branca vão operar nas relações interpessoais dentro do IPSSCH e do PPGPSI – sendo estes espaços representativos da sociedade brasileira – baseada na minha escrevivência, quando busco erguer a minha voz como corpo negro e lésbico, não mais silenciando ante todas as violências raciais sentidas e observadas.

Bem, tu te lembras da situação da minha colega Tati que gerou a primeira carta escrita pelos discentes do PPGPSI, né? Aquela que também gerou aquela série de violências para cima do meu corpo dentro da Comissão de Ações Antirracistas do PPG? A carta foi encaminhada ao corpo docente no mesmo dia em que eles estavam reunidos no Primeiro Seminário de Formação Permanente em Ações Antirracistas, organizado pela comissão referida acima junto à coordenação do PPG. Docentes contam que ao receberem a carta pararam as tarefas que estavam realizando para lê-la e que na semana seguinte discutiram sobre o conteúdo em uma reunião entre o corpo docente, o que posteriormente, gerou uma carta de resposta ao corpo discente. Optei por compartilhar as cartas¹⁷ na íntegra, para situar quem me lê e poder seguir o debate junto às autoras que me inspiram nesse percurso.

*

CARTA ABERTA

Porto Alegre, 30 de março de 2022

À COMUNIDADE ACADÊMICA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL DA UFRGS

"Faz escuro mas eu canto"

[Thiago de Mello]

Nós, o corpo discente do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, reunidos no dia 25 de março de 2022, às 19h, em Assembleia Geral, definimos como necessidade urgente deste PPG evidenciar e reconhecer as situações de racismo

¹⁷ Importante frisar que as cartas são Cartas Abertas, portanto, públicas.

institucional ocorridas no ambiente acadêmico, bem como das demais opressões – transfobia, homofobia, lesbofobia, e demais danos promovidos e provocados pela supremacia branca.

Assinamos essa carta de modo coletivo, afirmando nosso lugar enquanto grupo, apesar das nossas diferenças, preservando discentes da nomeação e exposição individuais, para que não sejam mais uma vez vítimas de violências racistas que ainda persistem neste espaço. Optamos ainda nesse momento por endereçar esta carta fundamentalmente a todo coletivo de docentes deste PPG, uma vez que este está diretamente envolvido nas situações de opressão aqui apontadas e organizado para uma atividade formativa que se propõe justamente a refletir sobre a branquitude e o racismo.

Nós discentes estamos aqui para alertar que estas situações não permanecerão no confortável silêncio da branquitude. Precisamos discutir como as estruturas do racismo, acompanhadas por sistemas de opressão de gênero e classe podem interferir na permanência de alunes negres, indígenas e branques na pós-graduação.

O racismo é uma estrutura e, como tal, precisa ser entendido desde suas relações com o cotidiano do PPG, dos grupos de pesquisa, espaços de orientação, disciplinas, e da implicação e autocrítica do corpo docente frente a elas. Essas opressões e o lugar da branquitude, nesse sentido, precisam ser pensados a partir deste contexto, promovendo ações concretas de mudanças neste PPG e ações práticas das/dos docentes, para que estes não mais perpetuem o racismo nas suas relações institucionais e interpessoais. Não estamos falando somente de conceitos e/ou debates teóricos que correm o risco de se esvaziar de implicação, pela repetição estereotipada, muito menos desejamos nos cercar de posturas brandas e distantes da realidade.

Acreditamos não ser possível haver um reposicionamento ético, político, responsável e implicado se os seus privilégios não forem revistos. Haja vista que estes compõem a base dessa estrutura que nos adocece e produz a sensação de inadequação que, conseqüentemente, desemboca no desejo de desistência em relação às nossas pesquisas,

nossos objetivos e construção de nossas trajetórias profissionais e acadêmicas. Não aceitaremos nossos corpos dissecados por mesas redondas e epistemologias que se repetem cansativamente separando razão e emoção, corpo e mente. Nós falamos por nós. Nós trazemos conosco nossas vivências como apostas metodológicas que podem, sim, compor dissertações e teses.

Aliás, nossas apostas metodológicas são inseparáveis de nossas práticas de vida. Afirmamos: Nossas vivências também são nossas epistemologias. É urgente nos ocuparmos de práticas que produzam outros lugares e saberes. Quem tem medo da invenção? Quem tem medo da criação? Será que poderemos dizer, em algum momento, que não nos sentimos sozinhos no espaço acadêmico? Até quando trataremos de modo brando estas tramas estruturais tão profundas do racismo e do sexismo epistêmico?

Sim professoras e professores, nesta carta assinam discentes pretos, indígenas e discentes brancas, que constroem a crítica e que se comprometem a achar palavras para ocupar o espaço do silêncio mortificador mantido em alguns espaços. Só estamos aqui porque nossas lutas vêm de muito tempo. Por isso, reafirmamos aqui que não pedimos favores, não estamos aqui por sua concessão, estamos aqui e permaneceremos aqui como corpos que lutam dia a dia para permanecer, mesmo quando bolsas são cortadas, mesmo quando é difícil respirar...

Nunca andamos sós. Desafiamos então aqueles integrantes do corpo docente que ainda resistem em se implicar que não passarão silenciosas as práticas racistas, sexistas, autoritárias, individualistas e lgbtfóbicas.

"Simplesmente assumir responsabilidade não significa que possamos impedir que atos discriminatórios ocorram. No entanto, podemos escolher como reagimos aos atos de injustiça." (hooks, 2020a, p. 97)

Rejeitamos com veemência as práticas que insistem em operar pelo medo, desqualificação e desconsideração de pesquisas, em nome da manutenção de um modelo hegemônico de academia que se pretendia

desprovida de afeto e acolhimento, que passa despercebida quando confronta com corpos, corpos, corpos pretos, bichas, sapatão, trans. Quais estratégias e possibilidades poderiam ser pensadas e aplicadas na composição de espaços de novidade? Como de fato produzir coletivamente um acolhimento e cuidado em redes?

Recentemente, tivemos a denúncia de um caso de uma aluna preta trans, orientada por um docente que coordena um grupo de pesquisa que estuda gênero e sexualidade. A mesma ressalta que não foi acolhida. Todavia, segue sendo culpabilizada por não dar conta sozinha do seu processo de pesquisa. Com isso, nos indagamos: O que consideramos transfobia? Como acolher uma mulher preta e trans na universidade? Como transformamos nosso debate sobre relações raciais, gênero, sexualidades e diversidades em prática, em ato no nosso cotidiano? De que servem essas teorias senão e, justamente, para que tenhamos um PPG mais inclusivo?

Estamos cansades de anunciar que, se não é produzida escuta para as questões que atravessam um corpo trans preto adentrando neste espaço, a produção acadêmica que tange a temática de gênero/sexualidade continuará fazendo sentido somente na vida fantástica e de aparências do lattes! Corpes trans pretos tem trabalhado muito para ocupar o espaço da academia, existir e performatizar no ambiente universitário, que ainda forja marcas de colonialismo. Isto é sobre afirmar resistência e estar em pé diante de um território opressor, que rotula e culpabiliza o processo da escrita como propulsor de um processo solitário, silencioso, invisibilizado e sem orientação e acolhimento, que é o nosso direito! O que por sua vez reverbera em múltiplas formas de violência em grupos de orientação, que são, teoricamente, espaços que deveriam servir como apoio.

Em 2021 tivemos uma colega preta e lésbica que foi sistematicamente violentada dentro do grupo de pesquisa ao qual pertencia. Sentindo-se abandonada e sendo silenciada quando tentava colocar seus questionamentos e dores em decorrência do racismo que nos estrutura socialmente. A situação mais explícita foi quando a aluna tentou

sugerir o debate sobre o Massacre do Jacarezinho - ocorrido em maio de 2021 - e foi silenciada pela orientadora que, na ânsia de discutir os trabalhos agendados para a noite, encerrou o assunto e conduziu o grupo a focar na discussão programada para a data. Cabe salientar que as/os discentes presentes compactuaram com tal silenciamento. A quem serve o apaziguamento das tensões e conflitos raciais, senão à branquitude? Que psicologia social é essa que ignora um dos maiores massacres contra o povo preto da história desse país? Que ignora a dor de uma estudante preta que buscava acolhimento dos seus, ditos, pares? Que considera que esse debate não é pertinente a um grupo de pesquisa e que, por isso, deve ser silenciado? Afinal, para que serve o conhecimento produzido na Universidade Pública Brasileira?

A violência dentro dos grupos de pesquisa e orientação também emergem de colegas discentes, sendo sustentada pela omissão dos/das docentes responsáveis. E em conjunto com a omissão estão presentes a minimização dos acontecimentos e a ausência de acolhimento para as corpos pretos violentadas pelas falas e ações racistas nesses espaços. A violência do racismo não corresponde à ânimos esquentados, que são “naturais” aos espaços de debate; essas posturas de tangenciamento da violência racista vivenciada no espaço dito de acolhimento provoca adoecimento, insegurança e desconforto nas estudantes pretas. Devemos produzir saúde no fazer ético e político do ato de pesquisar. Enquanto coletivo, é urgente lançarmos reflexões perante tais práticas, visando transformações radicais nesse manejo violento, caso contrário, esse engendrar estrutural para com todos nós dará continuidade no adoecimento psíquico e evasão de estudantes da pós-graduação.

Vivemos tempos pandêmicos e de guerras de diversas formas. Estes são necro-tempos sombrios que nos provocam reflexões e provocações diante de práticas que tiram nossas forças, nos silenciam e produzem adoecimento, seja psíquico ou físico, dentro da academia. O Brasil de Lélia Gonzalez, Carolina de Jesus, Paulo Freire e Glauber Rocha, é atravessado nesse momento por forças fascistas, discursos de ódio, desmanche das políticas públicas e cortes na educação! Os Órgãos

que fornecem bolsas como Capes, CNPq pararam de custear bolsas aos estudantes, sem transparência e informações sobre os cortes.

Enfatizamos que o PPGPsi no ano de 2021 não contemplou nenhuma bolsa para turma ingressante no doutorado, e a mesma situação se repete no ano de 2022 [alunes do doutorado e mestrado têm se questionado: cadê nossas bolsas?].

Esses cortes estratégicos e fatais, mais uma vez frisam quem pode e deve continuar seus estudos na universidade pública brasileira, que sempre teve e facilitou as portas abertas para a burguesia branca/cis/heteronormativa. Mais um ponto que evidencia a manutenção da hegemonia elitista no programa de pós-graduação são os horários que historicamente são ofertados nas disciplinas obrigatórias. Não é a primeira vez que estas são oferecidas em turnos que desfavorecem aquelas e aqueles que precisam trabalhar para manterem a si e a suas famílias. Nos questionamos em que medida as/os professoras/es estão tangenciadas assim da realidade das/os estudantes, pois essa pauta não é de hoje, isso é uma realidade social, e diz sobre acesso e permanência. É entristecedor e revoltante saber de colegas que desistiram de suas pesquisas, e novos que continuam a desistir, por conta de uma “grade” curricular que impossibilita a continuidade de seus estudos. Ultrapassa a incoerência, afirma-se uma política excludente em manutenção, enquanto um corpo docente não se propor a ser mais inclusivo, passando e necessitando se rever e se desconstruir com propostas metodológicas, novas abordagens e produções acadêmicas contemporâneas, enquanto na prática insiste com essas posturas individualistas e excludentes.

A contradição permeia todes enquanto sociedade, o que se trata aqui é do racismo estrutural, que atravessa também este PPG. A questão então está em o que faremos eticamente com isso, principalmente vocês como corpo docente de um Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, em uma Universidade Pública Federal, que é direito de todes estarem e ocuparem! Portanto, assumam suas responsabilidades! Estamos atentas/os/es aos nossos direitos!

Dito isso, também convidamos toda a comunidade acadêmica a se revoltar, se mobilizar, se comprometer e se engajar na luta antirracista, antitransfóbica, antisexistista, antilesbofóbica, antihomofóbica, anticlassista e contra todos os cortes na educação que vêm sendo intensificados pelo atual desgoverno, visto que estamos sendo uma das camadas mais afetada dessa conjuntura. Continuaremos na busca de transformações reais e concretas!

Necessitamos que esta carta não fique no silêncio. Como já dito, o silêncio é o que vem protegendo a branquitude e a quem assimila elementos da supremacia branca. Como é possível uma resposta a esta carta com possibilidades de diálogos, responsabilizações e, na finalidade de implementar mudanças efetivas que escutem as corpas e corpos que aqui escrevem e estão presentes? Bem como, quem participará das próximas turmas?

“A Fragilidade Branca é um estado em que até mesmo uma quantidade mínima de estresse racial se torna intolerável, desencadeando uma série de movimentos defensivos. Esses movimentos incluem a expressão de emoções como raiva, medo e culpa, e comportamentos como discussão, silêncio e abandono da situação criadora de estresse. Esses comportamentos, por sua vez, funcionam para restabelecer o equilíbrio racial branco.” (DiAngelo, 2018)

Finalizamos esta primeira escrita como uma proposta de troca de cartas entre discentes e docentes, um diálogo que precisa ser contínuo e aprofundado entre nós, para que vocês possam de fato encarar, se posicionar frente às opressões e efetuarem mudanças efetivas na estrutura desse PPG e no cotidiano das relações interpessoais, considerando os lugares de poder que ocupam institucionalmente.

Aguardamos coletivamente esse retorno, cientes de que as palavras precisam estar acompanhadas de ações.

Assinam esta carta discentes do Programa de Pós-graduação de
Psicologia Social e Institucional da UFRGS.

*

Na carta que escrevemos enquanto discentes situamos diversas denúncias de violências raciais, escrevemos na expectativa de que o corpo docente pudesse acolher nossas demandas, escutar, pensar criticamente e, quem sabe, reagir de maneira efetiva, com propostas práticas de olhar para a realidade do programa e propondo medidas que pudessem incidir diretamente nas situações denunciadas. Contudo, o que obtivemos de resposta na carta escrita pelo corpo docente e direcionada a nós, discentes, foi apenas uma prestação de contas narrando a realidade do PPG, apontamentos do que já foi feito de mudança em relação às ações afirmativas, às denúncias de racismo, aos horários das disciplinas, etc.

*

“Prezades estudantes,

A carta aberta à comunidade acadêmica do PPGPSI, escrita na Assembleia Geral dos discentes, no dia 25 de março de 2022, foi recebida e lida durante o Primeiro Seminário de Formação Permanente em Ações Antirracistas, no dia 30 de março, e debatida em reunião com o corpo docente no dia 06 de abril.

Entendemos a importância e a urgência das questões denunciadas na carta, sobre situações de racismo e outras opressões interseccionadas, e reafirmamos a necessidade de produzir mudanças profundas para debelar tais opressões no cotidiano das relações institucionais, interpessoais e nos processos de trabalho em nosso Programa, o que inclui, entre outras, as relações de orientação, nos grupos de pesquisa, nas disciplinas e nos espaços de convivência em geral.

A realização do primeiro Seminário de Formação Permanente em Ações Antirracistas, cuja temática foi o privilégio branco, representou mais um passo na direção do compromisso político do Programa em implementar tais mudanças, atendendo a uma demanda que vem sendo colocada pelas discentes nos espaços institucionais de avaliação deste PPG e reiterada nessa última carta, a qual faz referência, inclusive, a uma série de questões que vêm sendo nosso objeto de análise e de propostas de mudanças.

Dentre essas proposições, no que se refere especificamente aos aspectos metodológicos e epistemológicos, temos acolhido e implementado uma diversidade de abordagens que contemplem as indagações trazidas pelo corpo discente. No entanto, sabemos que tais mudanças são ainda incipientes diante da

estruturação de nossas práticas acadêmicas e que precisamos acelerar e intensificar tais esforços pela transformação da graduação e pós-graduação, a fim de erradicar as marcas do epistemicídio e do colonialismo no âmbito da Universidade, realizando deslocamentos, desacomodações e, sobretudo, criando novos modos de produzir conhecimento. Entendemos que não bastam apenas mudanças pontuais em disciplinas específicas e que é preciso uma transformação na própria cultura institucional na direção da descolonização dos saberes e das metodologias de pesquisa.

Quanto aos horários das disciplinas obrigatórias do doutorado, os mesmos serão revistos pelas docentes responsáveis junto às respectivas turmas. Em relação às bolsas de doutorado, infelizmente, o corte que atingiu as duas últimas turmas extrapola a instância administrativa deste Programa, integrando um cenário mais amplo de precarização da pós-graduação brasileira, o qual também estamos empenhados em combater.

Desde a primeira até a última denúncia de racismo, o PPGPSI buscou e efetuou os encaminhamentos às instâncias cabíveis para cada caso ou processo. Estamos nos propondo, em nossas reuniões, a dar seguimento aos seminários de formação antirracista permanente e, nos grupos de pesquisa, a identificar e combater práticas racistas naturalizadas em nosso cotidiano de trabalho. Também consideramos que é fundamental fortalecer os espaços institucionais de mediação e representação para que essas demandas possam ser acolhidas. Nesse percurso, temos buscado nos repensar enquanto coletivo de professoras e professores que assumem a dimensão micropolítica do racismo, tentando construir um PPG antirracista.

Implicados com os debates e mudanças que precisam ser promovidos, acolhemos o convite que recebemos para uma troca de cartas entre discentes e docentes a fim de superarmos a lógica de silenciamentos apontada no texto que nos foi dirigido. Também nos colocamos abertos para a construção de outros dispositivos e espaços grupais de diálogo, para além da escrita e da troca de cartas, que consideramos necessárias mas não suficientes. Fica, desde já, nosso convite para multiplicar os espaços de troca.

Assina o corpo docente do PPG em Psicologia Social e Institucional

08.04.2022”

*

Fica evidente a incapacidade dos professores brancos em olhar para si fazendo uma autocrítica dos seus comportamentos violentos. A incapacidade de reconhecerem que o pacto narcísico da branquitude que eles habitam diz respeito às ações que eles fazem no mundo. E, por consequência, a facilidade com que conseguem dissociar as situações de violências raciais – e outras ocorridas dentro do programa – dos seus corpos brancos. Paradoxalmente eles colocam-se como um coletivo que tem se proposto a descolonizar e realizado mudanças no dia a dia, mesmo que nós saibamos, ao analisar, que tais mudanças têm incidido apenas no âmbito burocrático, sem atravessar o âmbito das relações interpessoais.

É sempre muito curioso que os docentes do PPG quando são confrontados sobre o racismo que eles habitam e habitam o programa, reagem elencando as mudanças que já ocorreram desde o começo desse programa de pós-graduação. De fato, muitas coisas foram modificadas já, mas nas “microrrelações será que mudaram tanto mesmo? Mudou para quem e em que intensidade?” (Battistelli, 2022, p.84). Afinal, apenas promover o ingresso de estudantes negras (e indígenas) na pós-graduação através das ações afirmativas não é o suficiente, principalmente se vemos que as pessoas que constituem o espaço acadêmico não se movimentam para se adequar às demandas desse novo público (Batista, 2020). Fico refletindo também o quanto esse PPG se debruça em estudar as microrrelações, em produzir sobre, mas quando dentro deste mesmo espaço a branquitude é convidada a olhar para a sua forma de se relacionar socialmente, o pacto narcísico aparece, ficando evidente que o conhecimento teórico não blinda ninguém de exercer violências raciais e outras.

Pensando nisso, lembro de Lourau (2004) que nos diz que não existe a mínima possibilidade de, ao se efetuar uma análise institucional, esta ser neutra e apolítica, portanto, a implicação é fundamental nesse processo. Ainda, o autor nos diz que implicação não está associada à nossa subjetividade, à nossa individualidade e aos julgamentos morais, visando mensurar o engajamento e a participação em determinado fato dentro da instituição (Lourau, 1990). Ao contrário, ela revela que tudo o que a instituição produz nos nossos corpos é resultado de uma produção “coletiva, de valores, interesses, expectativas, desejos, crenças que estão imbricados nessa relação” (Romagnoli, 2014, p.47). Pensando a implicação, trago Cida Bento (2002) para o diálogo, quando ela diz que os brancos:

Reconhecem as desigualdades raciais, só que não associam essas desigualdades raciais à discriminação e isto é um dos primeiros sintomas da branquitude. Há

desigualdades raciais? Há! negra? Há! Isso tem alguma coisa a ver com o branco? Não! É porque o negro foi escravo, ou seja, é legado inerte de um passado no qual os brancos parecem ter estado ausentes (Bento, 2002, p.3).

Essa passagem da Cida Bento me transporta ao discurso da insuficiência que é tão comum de escutar nos corredores do IPSSCH, no qual os docentes brancos reiteram em suas falas que “nada que eles fazem é o suficiente”, como se nós, pessoas negras, estivéssemos sempre apenas reclamando sobre a grande bondade da branquitude ao nos conceder o mínimo: condições de existência. Nesses momentos, vemos a branquitude expor o que Robin DiAngelo (2018) vai chamar de “fragilidade branca”, que Layla Saad (2020) define como:

A fragilidade branca aparece quando uma pessoa branca assume a posição de vítima quando é de fato aquela pessoa branca que cometeu ou participou de atos de dano racial. [...] Esse desejo de ser visto como bom, por si mesmo e pelos outros, impede que você observe as maneiras pelas quais participa sem saber e faz parte da supremacia branca por causa de seu privilégio branco. Seu desejo de ser visto como bom pode realmente impedi-lo de fazer o bem, porque, se você não se vê como parte do problema, não pode fazer parte da solução. A fragilidade branca torna você perigoso para pessoas não brancas. Quando surgem conversas sobre racismo, você entra no modo de defesa, tornando-se incapaz de realmente ouvir e entender a dor e os desafios de pessoas não brancas. O foco passa a ser defender o ego (e, de fato, o próprio privilégio branco e a supremacia branca como um todo), em vez de se abrir para uma experiência de tornar-se consciente do que o seu privilégio protegeu. (Saad, 2020, p. 52;53)

Voltamos então para Lourau (2004), que define como “sobreimplicação” a recusa dos sujeitos em analisar seu envolvimento com as situações, evidenciando uma dificuldade em “se implicar”, fato bastante habitual aos intelectuais brancos. Roberta Romagnoli (2014) diz que:

A sobreimplicação diz respeito ao movimento intencional pelo qual nos engajamos em uma instituição. A sobreimplicação impede que a implicação seja analisada, anestesiando os efeitos dinâmicos e processuais de nossas pertencas ideológicas, libidinais e institucionais nas situações das quais participamos. Ou seja, burlando a própria implicação. (Romagnoli, 2014, p.48)

Não seria então, a dificuldade do corpo docente em lidar com as relações raciais, com o conflito racial, com a confrontação à sua branquitude, uma manifestação da sobreimplicação?! O que nos leva, novamente, ao diálogo com Cida Bento (2002), quando nos diz que historicamente o branqueamento, a branquitude, o racismo, é considerado um problema do não branco no Brasil. Ou seja, o problema está no outro, afinal, para as pessoas brancas, a racialização está apenas no não branco (negros, indígenas). Esse funcionamento da branquitude é uma das respostas para o surgimento do pacto narcísico da branquitude (Bento, 2022), que é uma espécie de trato entre os brancos de que eles não teriam implicação na existência e

permanência das desigualdades raciais em nosso país. Transpondo isso para o IPSSCH/PPGSI teríamos a ideia de que os corpos brancos não teriam responsabilidade sobre as violências raciais ocorridas na instituição, apesar de eles reconhecerem que existe o racismo ali dentro, não se reconhecem como racistas.

Voltando agora ao relato do ocorrido após o começo da troca de cartas entre discentes e docentes...

Além da resposta que eles nos deram via carta, tiveram também vários movimentos dentro dos grupos de pesquisa, nas relações com os orientandos. Na assembleia discente seguinte ao envio da nossa primeira carta, relatamos as reverberações que vivenciamos e observamos nos espaços do programa. Eu, como participo apenas do Coletivo bell hooks, que oferta ações de ensino, pesquisa e extensão, todos coordenados pela minha orientadora Luciana, sou uma estudante privilegiada e não precisei lidar com violências raciais em consequência da nossa carta. Mas os relatos das colegas foram bastante pesados. Teve professora questionando em sala de aula quem dos estudantes estava presente no processo de escrita da carta com um ar intimidador. O mesmo questionamento ocorreu em grupos de pesquisa. Tiveram colegas discentes se colocando contra o movimento de estudantes que vinha se organizando em assembleia. Alguns falaram sobre o tom da nossa escrita, que estava violento, sem abertura ao diálogo, que expunha o corpo docente e enfraquecia o programa, algo que também escutamos do professorado. Nessa mesma assembleia, no mês de abril de 2022, decidimos que iríamos escrever nova carta de denúncia, desta vez direcionada não só ao PPG, mas também à direção do Instituto de Psicologia Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana (IPSSCH) da UFRGS, ao qual está vinculado o PPGSI.

Sobre a postura de discentes brancos, Silva e Passos (2021) discutem sobre o perfil de estudantes nas Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil e resgatam o histórico da escassa diversidade, que começou a se modificar no começo do século XXI com a implementação das políticas de ações afirmativas. Ainda, esse ingresso de estudantes que colore as IES impacta diretamente as relações étnico-raciais institucionais. O medo branco (DiAngelo, 2018) produz uma aliança entre discentes brancos e docentes brancos, que irá refletir na perpetuação das posturas racistas, mesmo que discentes entendam aquelas ações como inadequadas e violentas.

A ocupação das IES por estudantes negras e indígenas tem produzido muitas questões com as quais as instituições, que são calcadas em um saber supremacista branco, colonial, hetero-cis-normativo, sexista, não têm sabido lidar (Santos; Oliveira, 2019), inclusive por vezes negando a existência das violências raciais. Ocorre que para combater o racismo, faz-se

necessário reconhecer seus engendramentos institucionais, como ele se reproduz e se mantém. A afirmação da presença do racismo é peça chave para a sua superação (Silva; Passos, 2021) e como nos diz Alisson em seu artigo:

Caminhar em uma lógica antirracista não é uma tarefa fácil, e nem existe prescrição para isso, contudo, há alguns caminhos possíveis: Falar sobre o racismo! Aí está um dos primeiros passos para avançarmos (p.143). (Batista, 2020, p.143)

Cara pessoa leitora, percebi que esta carta já está ficando grande demais, então farei uma pausa e retomarei a discussão em outra carta logo mais.

Cinco anos depois das Ações Afirmativas no PPGPSI: o que mudou? - Parte 2

*“Eles querem que alguém
Que vem de onde nós vem
Seja mais humilde, baixe a cabeça
Nunca revide, finja que esqueceu a coisa toda
Eu quero é que eles se
Eles querem que alguém
Que vem de onde nós vem
Seja mais humilde, baixe a cabeça
Nunca revide, finja que esqueceu a coisa toda
Eu quero é que eles se”*

Mandume - Emicida

Porto Alegre, 07 de julho de 2023

Oie, dando sequência ao relato e análise das situações vivenciadas no PPGPSI/IPSSCH ano passado, abaixo está, na íntegra, a segunda carta de denúncia que escrevemos.

*

“CARTA ABERTA

Porto Alegre, 18 de maio de 2022

À DIREÇÃO DO INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UFRGS E A
TODA A COMUNIDADE ACADÊMICA DO PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL DA
UFRGS

“São as crenças e os pressupostos supremacistas brancos menos
extremos, mais fáceis de disfarçar ou mascarar, que mantêm e
disseminam o racismo diário como forma de opressão de um grupo.”

(hooks, 2021, p. 72)

Começamos esta nova carta nos questionando a quem ela se
endereça: a quem devemos encaminhá-la? Quem se interessa em escutar
e se implicar conosco nas questões que envolvem o **racismo**

institucional e interpessoal dentro do PPGPSI? Não é um mero “problema” e por isso o listamos de saída: não sabemos quem, diante daquelas/es que usufruem de posições de poder dentro dessa instituição, se interessa em escutar o que temos a dizer de maneira coletiva. Ainda nos perguntamos: existe um espaço que possa de fato acolher e escutar nossa demanda para que algo mude?

Como anunciado em nossa primeira carta, entendemos a escrita como um espaço político de (des)construção de mundos. Estamos apostando nela como uma ferramenta para expressar o que sentimos e vivemos em decorrência do racismo, o que percebemos, conhecemos e acreditamos eticamente. Estamos dispostas a apontar como as vias opressoras dos espaços acadêmicos nos adoecem, pois acreditamos na transformação da universidade como um lugar de acolhimento e cuidado, no entanto, para que as mudanças ocorram, é preciso desacomodar, desnaturalizar as violências e os lugares ocupados dentro da instituição acadêmica, colocar nas linhas o que permanece entre elas de forma insistente e pernicioso. Afinal, o lugar da branquitude é e segue sendo muito confortável e privilegiado.

A carta vem para nós nesse momento como uma aliada na descolonização da realidade, do nosso PPGPSI/UFRGS, de nossas corpos, das nossas pesquisas, e acreditamos que as corpos brancas podem e devem estar neste processo. Afinal, estamos ou não aliadas nesta luta? Acreditamos na possibilidade de que essa escrita implicada, que nos convoca a dizer e contar de lugares específicos, de afirmação de nossas corpos, de nossos saberes, de nossas vivências, de nossos territórios e, ao mesmo tempo, das dificuldades e violências específicas que riscam cotidianamente essas corpos, pode se tornar um canal onde seja possível dialogar e compor com outros corpos que não aqueles a quem a universidade foi inicialmente destinada.

Ao escrevermos a primeira carta, em março, esperávamos - ingenuamente?! - que ela pudesse sensibilizar a ponto de produzir reflexões críticas sobre como cada uma e cada um ocupa um lugar distinto de poder nas instituições, bem como gestos ativos de implicação

e cuidado para com aqueles que pelem para se manter no espaço acadêmico. Esperávamos abertura para o incômodo, para as desestabilizações, fundamentais para as mudanças; recebemos resistências, respostas padrões, justificativas e tentativas de silenciamento em vários espaços acadêmicos, desde o interior dos grupos de pesquisa até os espaços coletivos das reuniões. Nos mostram como o racismo é constantemente relativizado e tratado como uma coisa banal. É exatamente essa banalização o que mais prejudica o combate ao racismo no Brasil.

O que sentimos no retorno da primeira carta, do diálogo explícito que o corpo docente iniciou conosco, foi um corpo fechado, blindado, que não se implica nas questões que foram levantadas pelas nossas corpas. Acreditamos que esse é um dos efeitos de uma branquitude que se autoprotege, pois tem medo da autocrítica, de direcionar-se para a sua construção histórica e encarar os danos sócio-históricos que foram e seguem sendo produzidos pelos grupos sociais brancos, e que os colocam exatamente nesse lugar confortável e cômodo que hoje ocupam e reforçam em suas práticas. Inversamente, a construção da branquitude coloca corpas pretas em um lugar habitado pelo medo... da postura, da expressão, do pensamento, sobre como se deve estar em um espaço acadêmico. Medo ao pensar nos limites do que é possível falar, de quais serão as consequências e as possibilidades de suportar um lugar de solidão, insegurança, dentre outras sensações que despotencializam e violentam aquelas e aqueles que fogem ao padrão hegemônico - pessoas brancas.

Para além da distância e do tom evasivo da carta-resposta por parte do corpo docente, a circulação e as conversas sobre a carta dos discentes nos grupos de pesquisa do PPG reiteraram em vários episódios as violências raciais que a própria carta denunciava. Explicitando a desresponsabilização dos leitores, duplicando a violência: primeiro quando ela é vivida, em seguida quando ela é comunicada.

Diante da carta, algumas das reações que pudemos alcançar nos grupos de pesquisa e em outros espaços institucionais foi o de

questionamentos sobre a carta, se ela falava realmente pelos estudantes, se ela teria legitimidade. Até mesmo dentro da Comissão de Ações Antirracistas do PPG houve mais reprodução de racismo e violência para cima dos corpos pretos que ali estavam presentes. Como um evento estranho e alheio, a carta não parecia fazer parte daquilo que pesquisamos cotidianamente, talvez não fosse relevante ser discutida, poderia causar uma separação entre brancos e não-brancos, fragilizar o espaço - sagrado - institucional do PPGPSI. Diante da carta, escutamos da branquitude o ar de cansaço e de defensiva que, de alguma maneira, se vitimiza quando algo desse porte lhe alcança. Escutamos de quem ocupa majoritariamente as posições decisórias do programa: “nós já estamos fazendo algo”, “mas antigamente nem ações afirmativas existiam”, “no meu tempo de pós-graduação era muito diferente, naquela época sim, era possível dizer que as pessoas não brancas não adentravam a universidade”. É a fragilidade branca, discutida por Robin DiAngelo, e o pacto narcísico da branquitude, cunhado por Cida Bento, que apontam não só que não toleram questionamentos e tensões raciais, mas também se protegem entre si, de modo a continuar perpetuando racismo e negando as violências produzidas pela branquitude.

O racismo que nos ronda é constante, e achamos justo compartilhar para a implicação dos professores, pois não é possível que as coisas permaneçam como estão. O corpo docente branco precisa se rever e se reinventar. Afinal, o que temem? A mudança? Se sim, então é favorável permanecer como está? Queremos transformações concretas, não monólogos narcisistas brancos. A questão é: o mundo não gira ao redor de egos brancos, é preciso que a branquitude desça do seu pedestal, mergulhe no mais profundo da construção de suas imagens internas e externas, se reveja. É preciso que ela seja propositiva neste movimento, veja os lugares ocupados pelos seus pares, pelos que ocupam os espaços de prestígio e poder na universidade. É cansativo e adoecedor ser oprimida e ainda ensinar como não oprimir.

E é diante deste ponto que nos perguntamos: de que adianta as professoras e os professores dizerem estar abertas/os ao diálogo? De que

adianta se não considerarem as diferenças de posições e de lugares de prestígio e poder que cada corpa ocupa? Que diálogo é possível se não compartilhamos de um lugar comum de cuidado? Que diálogo é possível quando ouvimos que estamos todas no mesmo barco? Dizer que estão abertas/os ao diálogo muitas vezes pode ser apenas uma maneira de responsabilizar as corpos negras pela violência causada com a falta de abertura, a vergonha e a humilhação do espaço institucional. Por que não pensar na própria responsabilidade em ofertarem espaços de cuidado e dispositivos para a manutenção e permanência do diálogo, diante da posição que ocupam? Será que são capazes de refletir sobre a dimensão psíquica do racismo nos corpos negros? Será que são capazes de cogitar que as suas ações práticas no cotidiano de trabalho são, por muitas vezes, disseminadoras de violências?

Ainda, nos perguntamos se em algum momento as/os docentes brancas e brancos conseguirão se encarar no espelho e se enxergarem **como corpos brancos que são, compreendendo que a sua racialização lhes permite carregar privilégios desde sempre**. Será que, em alguma momento, questionaram-se por que apenas professoras brancas são do nosso atual corpo docente permanente e as 3 professoras negras, e o único professor negro, são convidadas? Será que compreenderão em algum momento que somente aceitar orientar uma discente preta não significa acolher? Que ler autoras/es negras/os e citá-las/os em suas produções acadêmicas não é o suficiente para ser antirracista? Que o antirracismo se faz nas **práticas cotidianas das relações interpessoais**, seja entre docentes-discentes ou entre docentes-docentes? Será possível em algum momento que elas e eles reconheçam que essas reações defensivas a cada denúncia de racismo, são carregadas de fragilidade branca e reprodutoras de mais violência? Será possível que um dia essas professoras/es sejam capazes de encarar suas ações racistas, realizar uma autocrítica sincera e então partir para a superação dessas violências?

Todos esses questionamentos que temos nos feito, infelizmente, nos parece ser em vão, pois o retorno que obtivemos das/os docentes na carta que direcionaram a nós foi absolutamente distante das

problematizações que havíamos feito em nossa primeira carta. As palavras escritas por elas/eles foram tão automáticas e desimplicadas, que nos deram a impressão de estarmos em diálogo com autômatos. E aquilo que as mesmas sentiram e perceberam nos grupos de pesquisa sobre a nossa primeira carta, por que não compartilharam para análise coletiva e institucional do processo que **deveríamos** estar construindo juntas? Estamos mesmo em um programa de pós-graduação em psicologia social e institucional?

Queremos envolvimento, acolhimento, afetos, proposições, direitos, permanência, respeito. Entendemos que isso se constrói no processo e em coletivo, mas nos questionamos se as/os docentes do PPG estão dispostas/os a isso, ou apenas continuarão a invisibilizar e simular que a sua parte está feita? É preciso que elas/eles entendam: sem autoanálise e autocrítica, coletiva e implicada, a confiança não será construída e a proposta de um PPGPSI antirracista, ético e político, engajado com as causas sociais continuará atrasada, descompassada e defasada.

Voltamos, então, à pergunta inicial: Quem se interessa em escutar e se implicar conosco nas questões que envolvem o **racismo institucional e interpessoal** dentro do PPGPSI? A resposta? Não sabemos. Contudo, uma certeza nós temos: a mudança precisa ser coletiva, implicada sobretudo pelos corpos brancos que ocupam as cadeiras cristalizadas do PPGPSI. Os mesmos corpos que precisam, se realmente quiserem avançar, acolher as tensões e os conflitos raciais e não agir em prol de apaziguá-los. Afinal, a conciliação serve apenas, e tão somente, à branquitude.

Não adianta nos dizerem que acolhem nossas denúncias e nada fazerem, não se implicarem de fato com elas. Não nos adianta de nada terem conhecimento das mais variadas reproduções de racismo aqui dentro e silenciarem. Parece óbvio, mas às vezes o óbvio também precisa ser dito: quem cala, consente.

Assinam esta carta discentes do Programa de Pós-graduação de Psicologia Social e Institucional da UFRGS reunidos em Assembleia.

*

A carta acima foi encaminhada no dia 18 de maio de 2022. Já no dia 20 de maio recebemos, discentes, coordenação do PPGPSI e Comissão de Ações Antirracistas do PPGPSI, um e-mail da direção do IPSSCH convocando para uma reunião na semana seguinte.

Ocorre que dois dias antes da reunião, no dia 23 de maio, chegou outra carta de denúncia de racismo, desta vez escrita pelos residentes do Programa de Residência em Saúde Mental Coletiva da UFRGS (RIS-SMC), coordenado na época por duas docentes do IPSSCH, sendo uma delas também docente no PPGPSI.

*

Carta aberta à comunidade do Programa de Residência Integrada em Saúde Mental Coletiva da UFRGS e à sociedade em geral

A máscara, portanto, levanta muitas questões: por que deve a boca do sujeito negro ser amarrada? Por que ela ou ele tem de ficar calada/o? O que poderia o sujeito negro dizer se ela ou ele não tivesse sua boca tapada? E o que o sujeito branco teria de ouvir? [Grada Kilomba, 2019, p. 41]

O coletivo de residentes do Programa de Residência Integrada em Saúde Mental Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (RIS-SMC/UFRGS), conforme a deliberação no espaço autogestionado ocorrido no dia 16 de maio de 2022, por meio desta carta, busca demarcar a importância e viabilizar a continuidade da discussão aberta em espaços internos da RIS-SMC sobre a necessidade de colocarmos em debate os atravessamentos da branquitude e das relações étnico-raciais como elementos estruturantes também das relações construídas em nossos espaços de trabalho e formação. Entendemos que a dificuldade encontrada para que fosse acolhida e levada adiante a proposta –

levantada por residentes do programa – de tomarmos a branquitude e os seus pactos narcísicos como analisadores das nossas relações de trabalho e formação está relacionada ao modo como essa discussão tem sido historicamente encarada no contexto brasileiro – com negação e silenciamento. Como residentes de um programa vinculado a uma universidade federal e como trabalhadoras e trabalhadores em formação no Sistema Único de Saúde, compreendemos que é um compromisso ético investir no aprofundamento desse debate, compartilhado de modo público, contando com a parceria de outros espaços, segmentos, movimentos e atores sociais. Então, tomaremos aqui como analisadoras as situações recentes que vêm ocorrendo em nosso programa de residência, sem o objetivo de expor ou culpabilizar qualquer sujeito individualmente, mas sim buscando dar visibilidade a elementos estruturais e, por isso, pertinentes a todas as relações sociais, sobretudo àquelas que envolvem políticas públicas de educação e saúde.

Ao longo do primeiro mês de inserção nos cenários de prática da RIS-SMC do ano de 2022, situações problemáticas ocorreram paralelamente em diferentes locais. Em uma das situações (situação 1), uma residente negra relatou um contexto de racismo sofrido em seu cenário de prática, ação que partiu de parte da equipe de trabalho do espaço e, diante da situação, compreendeu-se a necessidade da saída dessa residente do local para que fosse, então, inserida em um novo cenário. Ao mesmo tempo, em outro cenário (situação 2), a microequipe de residentes – uma mulher negra e uma mulher branca – lá inserida se deparou com um espaço incompatível com um cenário formativo e com relações de trabalho que impediam intervenções diante desse quadro. Nesse segundo caso, as duas residentes saíram do local, que também foi suspenso temporariamente como cenário de prática da RIS-SMC.

As residentes envolvidas na situação 2 realizaram uma série de reuniões com as duas pessoas que compõem a coordenação da residência, com a tutoria de campo da residência, assim como com a preceptoria e a coordenação do cenário de prática em questão, inicialmente, sem a participação do coletivo de residentes do programa. Até o momento em

que as residentes não haviam apresentado divergências em relação à condução do processo de saída do cenário proposta pela coordenação da RIS-SMC, as docentes coordenadoras haviam demonstrado compreensão em relação à complexidade da situação, indicando que as residentes poderiam, então, indicar os cenários para os quais se sentiam à vontade para ir e que a coordenação da RIS-SMC se disponibilizaria a negociar com os locais.

No entanto, tensões foram surgindo a partir do momento em que, diante de uma série de inadequações em relação à postura de trabalho demonstradas pela coordenadora do cenário que seria suspenso antes e durante a condução do processo de afastamento da residência, as residentes envolvidas na situação 2 indicaram à coordenação da RIS-SMC o incômodo que vinham sentindo por perceberem que as docentes – que já conheciam a coordenadora do local de prática de outros círculos sociais – estariam, possivelmente, desresponsabilizando essa trabalhadora pelas problemáticas encontradas no serviço, agindo, muitas vezes, em uma posição de defesa dessa pessoa, buscando minimizar a gravidade das suas ações. Na mesma reunião em que esse desconforto foi levantado pelas residentes envolvidas na situação 2 (na qual estavam presentes, além delas, as duas coordenadoras da RIS-SMC), nesse mesmo sentido, a residente negra sugeriu como um convite que, no espaço previsto para debater analisadores das relações de trabalho e de formação da RIS-SMC, agendado para aquela mesma semana, discutíssemos também os atravessamentos da branquitude e dos seus pactos narcísicos nessas relações, uma vez que percebia que, em várias relações estabelecidas na residência, o exercício dos pactos narcísicos da branquitude parecia influenciar os processos de ingresso, de saída, de suspensão ou não de cenários, de resolução de conflitos, etc, compreendendo que, além dos cargos de coordenação do programa serem compostos por duas mulheres brancas, a maioria das coordenações dos serviços em que realizamos a formação também é ocupada por pessoas brancas e, em diversos casos, por pessoas do mesmo círculo social das docentes coordenadoras da RIS-SMC. A colocação dessa

residente negra foi recebida imediatamente com uma postura bastante defensiva, sendo que, imediatamente, uma das docentes afirmou que “não gostaria de se sentir silenciada por ser branca”, quando sabe-se que, historicamente, são as pessoas não brancas as socialmente silenciadas. As duas docentes, ao longo da reunião, seguiram negando que o atravessamento da branquitude pudesse ter relação com as relações estabelecidas entre elas e as coordenadoras dos serviços. Ainda, afirmaram que achavam que as duas residentes envolvidas não deveriam compartilhar com o restante dos residentes os detalhes dos acontecimentos envolvendo a coordenadora do serviço.

[O funcionamento dos pactos narcísicos da branquitude] não é um acordo combinado. Eu sempre digo que não é que as pessoas se encontrem às cinco da manhã para combinar, mas, nas diferentes instituições, você tem o mesmo perfil de pessoas liderando. E liderar significa tomar decisões, definir os rumos. (Cida Bento, no Roda Viva, em 2 de maio de 2022)

Na mesma semana, aconteceu a reunião proposta para debatermos os analisadores das relações da RIS-SMC, com foco nas situações problemáticas que vinham acontecendo em alguns cenários de prática, na qual estavam presentes as/os residentes, as docentes coordenadoras e as/os tutoras/es de campo e de núcleo profissional do programa. Na ocasião, uma das coordenadoras relatou o que havia levado à suspensão do cenário envolvido na situação 2, evitando o compartilhamento das ações inadequadas da coordenadora do serviço, o que foi lido por nós, residentes, como a manutenção desse sistema de proteção entre pessoas do mesmo grupo social e como falta de transparência sobre os acontecimentos, que não vinham sendo compartilhados integralmente com o grupo de residentes. Ao final do relato, a docente mencionou brevemente, de modo displicente, que a residente negra envolvida na situação 2 havia alertado para o fato de que a condução do processo poderia estar sendo atravessada pela branquitude, mas não indicou nenhuma autorresponsabilização ou desejo de dar continuidade à discussão. Então, a residente negra expôs outra

versão do relato da situação 2 e explicou, didaticamente, o que queria dizer com branquitude e com seus pactos narcísicos, ressaltando que trazia a discussão pensando também nas condições de permanência de residentes negras/os na RIS-SMC, o que ela já vinha sentindo dificuldade de encontrar. As reações apresentadas pelas coordenadoras do programa após a fala da residente manifestaram uma posição fortemente defensiva que, com hostilidade, buscavam invalidar as colocações feitas, a partir da tentativa de fazer parecer que as/os residentes é que não compreendiam a complexidade das relações da residência. A dureza das falas que recaíram de forma pessoalizada, principalmente sobre o corpo de uma única residente negra, não cessaram mesmo diante do seu evidente sofrimento e só tiveram alguma trégua a partir do questionamento de uma das tutoras de núcleo, outra mulher negra, sobre o porquê da tensão em relação ao que vinha sendo apontado pelas/os residentes e sobre como uma residência em Saúde Mental Coletiva parecia ter tanta dificuldade para trabalhar relações de cuidado. Consideramos importante destacar que, após toda a tensão dessa reunião, da qual a residente negra que foi duramente exposta e violentada saiu nitidamente aos prantos, ela não foi procurada por qualquer pessoa da coordenação da RIS-SMC com a proposta de escutá-la ou acolhê-la, mesmo que tivesse expressado que estava em grande sofrimento e que encontrava dificuldade para permanecer no programa.

A Fragilidade Branca é um estado em que mesmo uma quantidade mínima de estresse racial se torna intolerável, desencadeando uma série de movimentos defensivos. Esses movimentos incluem a expressão de emoções como raiva, medo e culpa, e comportamentos como discussão, silêncio e abandono da situação geradora de estresse. Esses comportamentos, por sua vez, restabelecem o equilíbrio racial branco. O estresse racial resulta de uma interrupção do que é racialmente familiar. (Diangelo, 2018, p. 39-40)

Na semana seguinte, as duas residentes envolvidas na situação 2, em que o cenário foi suspenso, e a residente envolvida na situação 1, que havia sofrido uma situação de racismo em seu cenário, foram convocadas pelas duas docentes coordenadoras da RIS-SMC para uma reunião sobre

a realocação das três em novos cenários. Na reunião, contraditoriamente à postura aberta à escuta que haviam apresentado antes de as questões raciais terem sido levantadas, as coordenadoras apresentaram uma proposta fechada e, em vários sentidos, dito por elas, indiscutível. Nessa proposta, a única pessoa contemplada em relação ao desejo manifestado foi a única residente branca envolvida – as coordenadoras afirmaram que, por compreenderem que seria importante levar em consideração o desejo dessa residente de se manter em determinado tipo de cenário, haviam negociado com o local indicado por ela, e ela poderia ir para lá. Já no caso da sua colega, a residente negra envolvida também na situação 2, que havia indicado que preferia, nesse momento, ser direcionada a qualquer um dos cinco cenários das políticas de gestão e equidade municipais, nessa reunião, ouviu que a coordenação da RIS-SMC compreendia que já havia muitos residentes do programa no campo da gestão (as microequipes têm o mesmo tamanho do que nos demais locais) e que haveria uma dificuldade de infraestrutura física para receber mais pessoas (problema comum a diferentes cenários de prática), o que tornaria, portanto, indiscutível a ida de mais uma residente para esse campo. Essa residente negra, então, foi direcionada pela coordenação da RIS-SMC a ocupar a vaga deixada pela outra residente negra envolvida na situação 1, que saía do local justamente por ter sofrido lá uma situação de racismo. De acordo com as docentes coordenadoras da RIS-SMC, o entendimento da equipe do cenário era de que enxergavam como muito positiva a ida de outra residente negra para o local, o que permitiria que trabalhassem “essas questões” (sic). A residente que estava sendo direcionada para lá, então, alertou para o fato de que se sentia muito desconfortável em, como uma mulher negra, ocupar esse espaço deixado por outra mulher negra que havia sido racialmente violentada no espaço, além de indicar o quanto a ideia de que a sua presença no local serviria, de alguma forma, para resolver uma situação de racismo institucional jogava um enorme peso sobre seu corpo, quando, no programa, ela deveria ter direito de, como as/os residentes brancas/os, ser residente em Saúde Mental Coletiva. Esses apontamentos, novamente, não foram nada

bem recebidos e foi possível observar, mais uma vez, posturas reativas, defensivas, de negação e de silenciamento.

Em relação à residente negra envolvida na situação 1, foi indicado que ela fosse para um cenário com a coordenação do qual as docentes da RIS-SMC acreditavam já ter uma boa parceria firmada, mas ignorando completamente o desejo da residente, que também desejava ser direcionada para um cenário de gestão. É importante salientar que essa residente – que já havia sofrido uma situação de racismo em seu cenário e, portanto, estava em sofrimento e bastante fragilizada – pediu, anteriormente, por espaços de escuta pelas docentes coordenadoras da RIS-SMC para que pudesse, entre outras coisas, ser acolhida e ser escutada, inclusive sobre onde desejava dar continuidade à sua formação, e esse espaço não foi oferecido a ela. Nessa mesma reunião entre as duas coordenadoras e as três residentes, ao indicar o seu desconforto com isso, a residente foi respondida com falas hostis, que buscavam distorcer o teor do que dizia diante do seu pedido de escuta, mais uma vez ignorado.

A repressão é, nesse sentido, a defesa pela qual o ego controla e exerce censura em relação ao que é instigado como uma verdade “desagradável”. Falar torna-se, assim, virtualmente impossível, pois, quando falamos, nosso discurso é frequentemente interpretado como uma versão dúbia da realidade, não imperativa o suficiente para ser dita nem tampouco ouvida. (Kilomba, 2019, p. 42)

Nessa reunião entre docentes coordenadoras da RIS-SMC e as três residentes envolvidas nas situações 1 e 2, é importante destacar que elas se sentiram fortemente pressionadas a aceitar essa proposta já encaminhada pela coordenação, antes mesmo de um debate coletivo com as/os demais residentes. Houve tentativas por parte das três residentes de demonstrar o descontentamento com a condução do processo, mas elas foram respondidas com reações que pareciam querer reduzir a complexidade de discussões graves, como as que envolvem racismo institucional, a uma mera imaturidade profissional ou ao desejo das residentes negras de serem “privilegiadas” após as violências que já haviam sofrido.

Somente no dia seguinte a esse direcionamento pela coordenação da RIS-SMC sobre os cenários para os quais as residentes seriam encaminhadas é que foi realizada nova reunião com a presença de todas/os as/os residentes do programa, docentes coordenadoras e algumas tutoras para discutirmos a situação 1, envolvendo o cenário do qual uma residente negra estava saindo após ter sofrido uma situação de racismo e no qual, agora, outra residente negra estava sendo inserida pela coordenação da RIS-SMC. Após a residente relatar como estava se sentindo sobre a violência racial sofrida no cenário, as docentes coordenadoras se mostraram totalmente indisponíveis para dar continuidade a qualquer diálogo sobre a situação, também não demonstrando qualquer postura de acolhimento. Além disso, não mencionaram o fato de terem indicado que outra residente negra, a que estava envolvida na situação 2, fosse para o cenário onde a violência havia acontecido. Quando a própria residente relata sobre como esse processo havia acontecido, muitas/os de nós, colegas residentes, começamos a levantar uma série de questões: nos posicionamos de forma totalmente contrária à inserção de outra residente negra em um cenário em que outra mulher negra acabava de ter sido submetida a situações de racismo institucional; demonstramos nosso desconforto diante da falta de transparência por parte da coordenação em relação à ausência de diálogo com o coletivo de residentes sobre como esses processos e decisões importantes vinham sendo conduzidos; questionamos o fato de apenas a única residente branca envolvida na situação ter tido a chance de escolher o cenário para o qual pretendia ir; e pedimos mais explicações sobre o fundamento de as residentes negras, que gostariam de ir para os cenários de gestão, terem sido impedidas disso, considerando que preceptoras/es desses cenários já haviam manifestado a possibilidade dessa movimentação. Diante dos nossos tensionamentos, as docentes coordenadoras, além de não responderem objetivamente aos questionamentos, repetiram diversas vezes que o fato de a residente negra envolvida na situação 2 assumir a vaga antes ocupada pela residente negra envolvida na situação 1 “não estava em discussão”. Demonstraram

também uma frágil compreensão acerca de como o racismo estrutural funciona, afirmando que o cenário em questão não é um ambiente racista, entendendo que apenas uma trabalhadora estava envolvida com a situação de violência.

Ainda nessa reunião, diante da mobilização dos residentes de, enquanto coletivo, marcarem uma posição contrária à da coordenação, as docentes coordenadoras passaram, então, a mais uma vez demonstrar a expressão da fragilidade branca. Expressando também muita raiva, as docentes afirmaram que elas eram quem de fato estavam sendo atacadas e violentadas nesse processo, sendo que, a todo momento, vinham ignorando ou deslegitimando o sofrimento das residentes envolvidas, sobretudo, das mulheres negras. Entre as suas falas, as docentes também expuseram outras pessoas negras que compõem o coletivo de residentes de forma totalmente inadequada, estabelecendo uma dinâmica – historicamente conhecida entre as estratégias que buscam minar as possibilidades de coletivização da luta contra as violências racistas – que poderia colocar sujeitos negros contra sujeitos negros, além de desmobilizar as relações de coletividade entre residentes. A reunião foi encerrada abruptamente pela coordenação da RIS-SMC, calando as falas de pessoas negras que ainda diziam sobre uma urgência latente de pensar em como lidar com um contexto de tanto sofrimento.

O sujeito negro torna-se então tela de projeção daquilo que o sujeito branco teme reconhecer sobre si mesmo, neste caso: a ladra ou o ladrão violenta/o, a/o bandida/o indolente e maliciosa/o. Tais aspectos desonrosos, cuja intensidade causa extrema ansiedade, culpa e vergonha, são projetados para o exterior como meio de escapar dos mesmos. (Kilomba, 2019, p. 37)

Dois dias depois desse evento, foi realizada uma reunião em que estavam presentes as docentes coordenadoras e tutoras/es da RIS-SMC, além das/os preceptoras/es de cenários de prática. Soube-se que, nessa reunião, em que não estavam presentes as/os residentes, foram relatadas as situações que estavam acontecendo e, em um segundo momento da mesma tarde, houve outra reunião com a presença de todos os sujeitos

envolvidos no programa: coordenação, tutores, preceptores e residentes. Nesse momento, não se falou sobre os conflitos que vinham acontecendo e foi conversado sobre outras pautas da residência, como se não houvesse uma situação fundamentalmente mais importante sobre a qual havia necessidade de dialogar. Acreditamos que esse encontro era mais uma oportunidade de produzir espaços de escuta e diálogo no sentido de desenvolver o debate proposto pelo coletivo de residentes, mas que tem sido constantemente silenciado e visto como uma ameaça. Desde então, não houve mais qualquer espaço em que fosse viabilizada a oportunidade de dar seguimento ao diálogo sobre o que vem emergindo em nosso programa.

Compreendemos que as reações e posturas assumidas pelas docentes coordenadoras da RIS-SMC quando são trazidas para o espaço da residência questões sobre o exercício da branquitude são fruto das iniquidades oriundas do racismo estrutural no Brasil. Os programas de residência, como tantas outras instituições, vêm se configurando como espaços ocupados historicamente por pessoas brancas. Em 2022, entre os 31 residentes com vínculo ativo com o programa, ainda temos somente cinco residentes negras/os e nenhum/a residente indígena. Nesse contexto, é de se esperar que, até então, a RIS-SMC não tenha sido convocada a refletir e debater sobre as relações étnico-raciais e como elas estruturam os nossos processos de trabalho, formação e construção de saúde.

Direito ao conforto racial: na posição dominante, os brancos estão quase sempre confortáveis racialmente e, portanto, desenvolveram expectativas incontestadas para assim permanecerem (Diangelo, 2006b).

Os brancos não tiveram que criar tolerância para o desconforto racial e, portanto, quando o desconforto racial surge, normalmente respondem como se algo estivesse “errado” e culpam a pessoa ou o evento que provocou o desconforto (geralmente uma pessoa não branca). Esta culpa resulta em uma série de movimentos socialmente sancionados contra a fonte percebida do desconforto, incluindo: penalização; retaliação; isolamento; ostracização; e recusa em continuar o engajamento. A insistência branca no conforto racial garante que o racismo não seja enfrentado. Essa insistência também funciona para punir aqueles que quebram os códigos brancos de conforto. Os brancos geralmente confundem conforto com segurança e

afirmam que não nos sentimos seguros quando o que realmente queremos dizer é que não nos sentimos confortáveis. Isso banaliza nossa história de brutalidade em relação às pessoas não brancas e perverte a realidade dessa história. (Diangelo, 2018, p. 44-45)

Diante disso, entendemos como uma responsabilidade ético-política também nossa, enquanto residentes da RIS-SMC, não permitir que tais movimentações sejam silenciadas. Apostamos que, em breve, possamos ter ações afirmativas que viabilizem, em uma sociedade desigual, o ingresso de cada vez mais pessoas não brancas no programa, bem como pessoas trans (transsexuais e travestis) e pessoas com deficiência, e reiteramos a essencialidade de que o processo da garantia desse direito se efetive. Porém, nos traz grande preocupação a percepção de que esses sujeitos também encontrarão grandes dificuldades em relação à sua permanência, de alguma forma saudável, em mais um espaço que ainda se mostra despreparado para acolher o debate sobre as relações étnico-raciais e o sofrimento daquelas/es que têm seus corpos expostos cotidianamente a situações de racismo.

[...] essa fala incoerente é resultado de falar sobre raça em um mundo que insiste que raça não importa. Essa incoerência é uma demonstração de que muitos brancos não estão preparados para se engajar, mesmo em um nível preliminar, em uma exploração de suas perspectivas raciais que poderia levar a uma mudança em sua compreensão do racismo. Esta falta de preparação resulta na manutenção do poder branco, porque a capacidade de determinar quais narrativas são autorizadas e quais são suprimidas é a base da dominação cultural (Banks, 1996; Spivak, 1990). (Diangelo, 2018, p. 51)

Nesse momento, enquanto a coordenação da RIS-SMC parece se afastar de alguns espaços e do diálogo com as/os residentes sobre essas situações, optando por conversar sobre isso apenas com sujeitos entendidos como “parceiros”, nós, residentes, temos procurado criar espaços de construção coletiva para que pensemos estratégias para trabalhar tais conflitos a partir de uma perspectiva que não fortaleça ressentimentos, mas sim que, responsável e eticamente, explore as possibilidades de potencializar as nossas relações de formação e trabalho.

Repetidas vezes testemunhei uma quebra na comunicação no ambiente de sala de aula, quando indivíduos que estavam falando descobriam não só que tinham diferenças de perspectivas bastante evidentes, como também que tentar se engajar em um diálogo no marco dessas diferenças provoca emoções intensas, incluindo raiva e tristeza. Era mais fácil para estudantes e professores lidar com lágrimas e sofrimento do que com expressões de discordância que evocavam sentimentos de raiva, disfarçados ou explícitos. No entanto, a pressão para manter uma atmosfera não combativa, em que todas as pessoas pudessem se sentir seguras, pode, na verdade, funcionar como silenciador de debates e/ou eliminar por completo a possibilidade de troca dialética. (hooks, 2020, p. 138)

Nas últimas semanas, em alguns momentos, as docentes coordenadoras falaram sobre a necessidade de repactuarmos relações de confiança nos ambientes da RIS-SMC. Contudo, a nossa leitura é a de que, por vezes, se compreende que um ambiente confiável é aquele em que não há conflitos explícitos. Teóricas negras, como bell hooks, compartilham sobre o quanto a ausência aparente de conflitos, na verdade, pode estar silenciando necessidades de debates, angústias e sofrimentos relevantes, sobretudo sentidos por pessoas não brancas. Nesse sentido, compreendemos que (re)construir possibilidades de espaços efetivamente seguros na RIS-SMC só é possível quando houver verdadeiras condições de escuta, de discordância, de diálogo, de reflexão e de disposição à mudança de discursos e práticas.

Assim como uma das ainda poucas residentes negras do programa nos convidou a colocar em debate os atravessamentos do racismo, da branquitude e dos seus pactos narcísicos nas relações da RIS-SMC, marcamos, aqui, a nossa disposição para dar continuidade a essa discussão de modo coletivo, aberto à escuta, mesmo ao que não nos é familiar, e sempre atento ao cuidado.

Paul Giroy descreve cinco mecanismos distintos de defesa do ego pelos quais o sujeito branco passa a fim de ser capaz de “ouvir”, isto é, para que possa se tornar consciente de sua própria branquitude de si própria/o como perpetradora/perpetador do racismo: negação; culpa; vergonha; reconhecimento; reparação. [...] Esses diversos passos revelam a consciência sobre o racismo não como uma questão moral, mas sim como um processo psicológico que exige trabalho. Nesse sentido,

em vez de fazer a clássica pergunta moral “Eu sou racista?” e esperar uma resposta confortável, o sujeito branco deveria se perguntar: “Como eu posso dismantelar meu próprio racismo?” (Kilomba, 2019, p. 43-46)

Graças à resistência de muitas outras pessoas negras em espaços como esse, há muitas produções, experiências, profissionais capacitadas/os a realizar análises institucionais ou intervenções grupais de modo racializado, entre outros instrumentos que podem nos servir de apoio nessa movimentação. Ainda assim, entendemos que não é possível efetivamente racializar o olhar sobre as nossas relações interpessoais, de trabalho e de formação, bem como as nossas práticas, sem um processo que passe também pelo sofrimento. Porém, é necessário reconhecer o histórico de lutas na RIS-SMC, por parte das/os residentes, da sua coordenação e das/os outras/os profissionais envolvidas/os: luta antimanicomial, luta contra os retrocessos que atacam a reforma psiquiátrica e o cuidado em liberdade, luta pela defesa do SUS e, até mesmo, a luta pela garantia das ações afirmativas como política de equidade dentro do nosso próprio programa. Então, que não nos falte fôlego e que não paremos justo agora, quando é finalmente chegada a hora de, juntas/os, lutarmos também pela permanência daquelas/es que vêm começando a acessar o seu direito de ocupar e modificar esse espaço.

Assinam esta carta as e os residentes do Programa de Residência Integrada em Saúde Mental Coletiva da UFRGS.

23 de maio de 2022

Apoiam esta carta:

- Coletivo Gaúcho de Residentes
- GT Antirracista do Coletivo Gaúcho de Residentes
- Discentes do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS reunidos em assembleia
- Fórum dos Direitos Humanos, diversidade e equidade de raça e gênero da Rede Unida

- Coletivo Psicopreta
- Núcleo de Estudos e Pesquisas E'léékó: agenciamentos epistêmicos descoloniais antirracistas
- Articulação antirracista de trabalhadoras/es da Atenção Básica/GHC
- Coletivo Feminista-Classista Alexandra Kollontai

*

Para não me alongar, vou encerrar essa carta por aqui e seguirei a análise e a narrativa na próxima escrita.

Abraços!

Cinco anos depois das Ações Afirmativas no PPGPSI: o que mudou? - Parte 3

*“Ogum, Ogum
Ogum, Ogum, Ogum*

*Ei, ah, ei
Oh
Ah*

*Abre caminho, guia meu passo
Lidera povo, tira cansaço
Abre a mente, guerreiro valente
A lança e a espada que vai na frente
Sabedoria pra viver
Sabedoria pra sorrir
E sabedoria de aprender”*

Ogum, Ogum - Criolo

Porto Alegre, 08 de julho de 2023

Oie!

Lembra que eu tinha falado sobre a reunião que a direção do IPSSCH convocou para o dia 25 de maio de 2022? É sobre ela que quero começar falando nessa carta. A reunião contou com a presença das duas docentes diretoras do IPSSCH, representação da Comissão de Combate ao Racismo Institucional do IPSSCH (CPCRI), representantes discentes (RDs) do PPGPSI, docentes coordenadoras do PPGSI e representantes da Comissão de Ações Antirracistas do PPGPSI, a qual eu fazia parte na época.

A diretoria do IPSSCH abre a reunião dizendo que gostaria de nos escutar – os/as discentes – pois haviam recebido as nossas duas cartas, bem como a carta escrita pelo corpo docente e gostariam de compreender o que estava acontecendo, no sentido de nos pedir ajuda. Sim, isso mesmo que tu leste... A direção do IPSSCH estava solicitando ajuda aos estudantes que realizaram as denúncias das violências, pois não sabiam de que maneira intervir frente às cartas. Os RDs apontaram que as cartas já haviam explicitado as situações enfrentadas, que

estas foram elaboradas de maneira coletiva com o objetivo de pedir ajuda às instâncias responsáveis pelo PPGPSI para que existisse alguma implicação em relação à demanda.

A Bruna Battistelli problematiza as reações da branquitude acadêmica ao conflito racial em uma carta dentro de um artigo publicado por ela e outro autor (Battistelli e de Paula, 2022), que dialoga demais com essa demanda da direção do IPSSCH ao solicitar apoio justamente às pessoas que estavam denunciando o racismo:

Tem algo no texto do Lourenço Cardoso (2018) sobre a branquitude acadêmica que me acompanha: os pesquisadores brancos não suportam o mal-estar do conflito racial. O autor disse que quando pessoas brancas se encontram com o conflito racial sua fragilidade não permite que se sustente o mesmo, o que ocasiona na procura de saídas fáceis de manuais. O que aprendi com isso: para acabar com algo tão violento como o racismo (que foi criado por brancos) precisamos sustentar o conflito, ouvir atentamente e construir juntas/os possibilidades de enfrentamento, que não se dão na simples constatação de que brancos são brancos e são privilegiados (Battistelli; De Paula, 2022, p.60).

Fica evidente, quando paramos para analisar, que o que está em ação é o medo branco (Santos; Oliveira, 2021), que por sua vez age na sustentação do pacto da branquitude. Esse pacto constitui-se por um elemento narcísico, de autopreservação, pois o sentimento de medo transpõe à branquitude uma reação de proteger aquilo que é considerado “normal”, “universal” do que o ameaça, que seria considerado o “diferente” (Bento, 2022). Para superar esse pacto, Cida Bento (2022) vai nos dizer que:

Nesse processo, é fundamental reconhecer, explicitar e transformar alianças e acordos não verbalizados que acabam por atender a interesses grupais, e que mostram uma das características do pacto narcísico da branquitude (Bento, 2022, p.19).

Pensando sobre as reações da branquitude e seus corpos brancos, evidenciadas após as nossas denúncias, salta-me aos olhos as semelhanças com as situações narradas por outros colegas do PPGPSI/IPSSCH - que cito noutras cartas desta pesquisa. Tais similaridades demonstram um determinado funcionamento institucional no que diz respeito às relações interpessoais e ao racismo dentro desse espaço acadêmico. Oferto para ti que está me lendo, outro trecho escrito pela Bruna, no qual ela pontua como tem entendido que precisa agir frente ao racismo institucional, à supremacia branca e o pacto da branquitude na academia:

Não cair nos chavões universalizantes que fui ensinada a reproduzir é parte de um processo de desaprendizagens. Para aprender a desaprender essa branquitude racista que impera em nosso país, preciso ler e aprender com muitas vozes. Preciso me responsabilizar por meu processo de aprendizagem e pelas minhas atitudes. Mas

apagar a branquitude que mora em meu corpo, isso é impossível. Sinto que a questão é reaprender e fazer outras coisas a partir dela... O que não posso é ser pouco perceptiva para as capturas do pacto narcísico da branquitude. As desigualdades raciais e as violências (de todas as ordens) são alimentadas por este pacto; pois a solidariedade branca é narcísica: ótima com quem é de seu grupo, pouco eficaz com as minorias que diferem de si. Ter nascido mulher e pobre me ajudou a ver minhas responsabilidades, mas não me exime das vezes que fiz uso dos privilégios raciais da branquitude (Battistelli; De Paula, 2022, p.60; 61).

Voltando para o relato da reunião... Na sequência, a direção do IPSSCH segue a postura de solicitar ajuda, alegando que percebem não terem feito o suficiente, que as ações realizadas até então para dar conta das situações racistas haviam sido insuficientes, que se tinha uma idealização de que dentro daquele espaço da academia não fossem reproduzidas as violências raciais nas relações, da mesma forma que ocorre para fora dos muros da universidade. Evidenciam que estão pedindo ajuda pois, institucionalmente, não sabem como “nos ajudar” e frisam que o caminho do diálogo sempre esteve aberto, que elas estavam abertas e queriam nos escutar e pensar juntas. Ainda, frisam que existe uma pressa para que “isso” - as violências raciais - cessem logo, que todo mundo tem pressa disso e que quando estão solicitando a nossa ajuda não é para nos sobrecarregar, mas sim para que a gente auxilie a pensar o que foi feito e o que ainda pode ser executado. Enquanto isso, a representante da coordenação do PPGPSI convoca a nós, discentes, pensarmos em estratégias para lidar com os racismos, mais uma vez colocando a responsabilidade sobre os corpos que são sistematicamente violentados e que estão realizando as denúncias destas violências.

Esse comportamento da branquitude do IPSSCH em jogar a responsabilidade para “O Outro” (Bento, 2022) evidencia o que Cida Bento (2022) vai dizer ser um padrão de todas as instituições, sejam elas públicas ou privadas e situadas em qualquer âmbito da sociedade, na maneira como lidam com as relações étnico-raciais internamente (Silva; Passos, 2021). Também fica exposto o quanto o corpo docente que habita a instituição de ensino analisada não considera a pluralidade da população que compõe o IPSSCH, fazendo com que as construções tanto de ensino-aprendizagem, quanto de relações interpessoais, permaneçam coloniais, excludentes e voltadas para um público muito específico: branco, hetero, cis e elitizado (Bento, 2022). Ou seja, os corpos que adentram a instituição através das ações afirmativas - pessoas negras, indígenas, transsexuais e pessoas com deficiência -, seguem sendo desprezados e invisibilizados.

Outro ponto que precisa ser analisado é o silêncio branco que aparece nessa reunião. Aí tu que me lê pode questionar: “mas Roberta, elas não estavam justamente falando sobre o racismo e pedindo ajuda?”. E eu respondo: sim, elas estavam falando sobre, mas a partir de qual

ótica? Era uma fala carregada de autocrítica, de implicação, de sobreimplicação (Lourau, 2004)? Ou era uma fala que possibilitava o silêncio conveniente da branquitude? Layla Saad (2020) vai definir o silêncio branco:

É quando pessoas com privilégio branco permanecem convenientemente caladas quando se trata de questões de raça e supremacia branca. Também é uma defesa do status quo da supremacia branca - uma manifestação de se apegar ao privilégio branco através da inação (Saad, 2020, p.62).

O silêncio branco, portanto, tem o pressuposto de autoproteção, que conseqüentemente protege a supremacia branca. Como assim? Ele age protegendo a pessoa com privilégio branco, que se isenta/omite de ter que ocupar-se com os danos da supremacia branca, ao mesmo tempo que protege a supremacia branca de ser questionada, propiciando sua manutenção (Saad, 2020). Layla em seu livro *Eu e a supremacia branca*, faz um apelo à branquitude, que eu faço agora ao corpo docente do IPSSCH:

Aqui está uma ideia radical que eu gostaria que você entendesse: silêncio branco é violência. Silêncio branco protege ativamente o sistema. Todos esses espaços são frequentemente protegidos de atos públicos e individuais de racismo, permitindo que o racismo dissimulado e sistêmico faça parte da cultura aceita através do silêncio branco (Saad, 2020, p.65).

De volta ao relato da reunião... Considero importante pontuar aqui que a ação da direção do IPSSCH em convocar essa reunião para dialogarmos foi importante. É realmente necessário que esses espaços sejam abertos. Contudo, a autocrítica precisa se fazer presente por parte das/os docentes que estão colocando-se disponíveis para um canal de comunicação, pois do contrário, será apenas mais um encontro a expor os corpos violentados a novas violências. Por fim, os encaminhamentos foram: formação permanente para professores brancos; repensar fluxos para acolhimento das denúncias - comissão antirracista estava fazendo uma proposta na época; ampliação do estudo de perspectivas anticoloniais; direção do IPSSCH sugere encontro presencial com o coletivo de estudantes para seguir falando sobre as estratégias possíveis de enfrentamento ao racismo institucional e interpessoal dentro do instituto.

Sobre a atuação da Comissão de Ações Antirracistas

No dia 3 de junho de 2022 a Comissão de Ações Antirracistas realizou uma reunião com a coordenação do PPGPSI para apresentar os fluxos que gostaríamos de sugerir ao PPG referente aos pedidos de desligamento, troca de orientação e co-orientação das/os discentes.

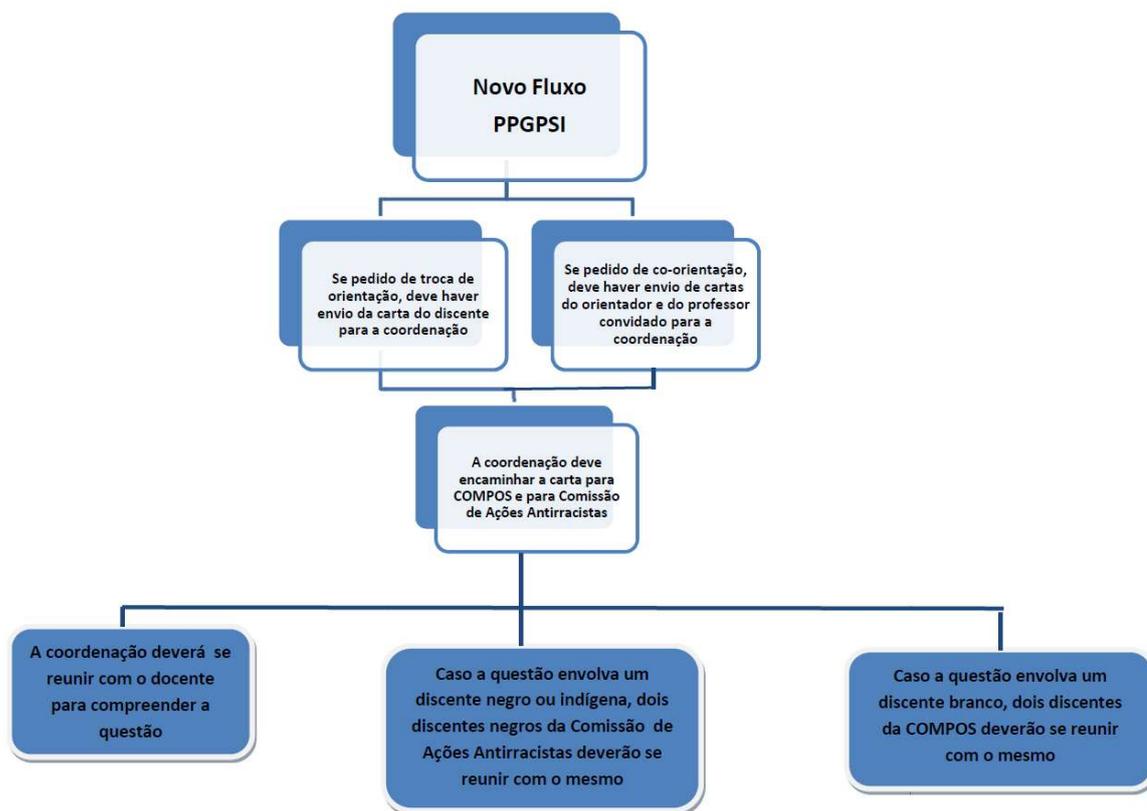


Figura 5. Fluxograma (elaborado pela Comissão de Ações Antirracistas do PPGPSi)

Nesta reunião a coordenação sugeriu que incluíssemos no fluxo uma reunião final entre a coordenação do PPG e a Comissão para troca de informações sobre as escutas com o discente. Foi sugerido ainda a proposta de inclusão de representação discente negra na COMPOS para poder fazer o acolhimento da denúncia junto com o representante da Comissão Antirracista. Posteriormente iríamos apresentar o fluxo ao Conselho de Pós-Graduação, que é a instância que reúne todos os professores do PPG e a representação discente, com reuniões bimestrais, e à Comissão de Pós-Graduação (COMPOS), que é a instância ordinária de decisão e coordenação do PPG, que conta com participação da coordenação do programa, uma representação docente de cada linha de pesquisa e mais as representações discentes. A frequência é mensal.

No dia 08 de junho de 2022 apresentamos o fluxo criado pela Comissão de Ações Antirracistas à COMPOS. Na ocasião, um dos docentes presentes colocou-se contrário ao fluxo

apresentado, sugerindo que o mesmo criaria um “poder paralelo” dentro do PPG. Fico me perguntando o que significa para esse professor um “poder paralelo”?! Ao que ele está se referindo? Qual o seu receio? Parece-me que ele reproduz um medo da branquitude em perder o domínio daquele território, como quem diz “onde já se viu agora essas pessoas (negras/indígenas) querem ter voz dentro da instituição? Já não basta entrar, ainda querem opinar e defender a sua permanência?”. Em 15 de junho de 2022 a Comissão apresentou o fluxo na reunião do Conselho de Pós-Graduação. As reações da branquitude docente foram diversas: teve professor dizendo que o orientador também precisava ser acolhido, pois em determinadas situações o mesmo não se sentia confortável em seguir orientando o discente; outra docente defendeu que talvez a Comissão não fosse a mais adequada para fazer o trabalho de acolhimento dos estudantes; defenderam que o termo “deve” poderia ensejar a compreensão de compulsoriedade das conversas de acolhimento sem que a/o estudante tivesse a possibilidade de escolher conversar ou não. Ainda houve outra questão colocada pelo Conselho sobre o sigilo das informações acerca das solicitações de desligamento/co-orientação/troca de orientação das/dos estudantes. A solução pensada como encaminhamento foi acrescentar no formulário um campo para autorização de compartilhamento das informações com a Comissão. Por fim, o Conselho também apontou que a Comissão de Ações Antirracistas não teria existência regimental.

No dia 27, ainda no mês de junho, realizamos outra reunião da Comissão para organizarmos as adequações conforme debates realizados na reunião de Conselho. Compreendemos que precisaríamos ressaltar para o Conselho a relevância do acesso à informação por parte da Comissão de modo a viabilizar a ação desta, bem como, o investimento na formalização da Comissão. Encaminhamos na reunião a criação de um novo fluxo e um texto que compunha os formulários de solicitação de desligamento, de co-orientação ou de troca de orientação:

A Comissão de Ações Antirracistas do PPGPSI surge como uma intervenção estratégica frente às situações/denúncias de racismo institucional e interpessoal dentro do programa. Atualmente é composta por quatro docentes¹⁸ e também por quatro representantes discentes¹⁹. Caso concorde em compartilhar as informações deste formulário com esta Comissão, assinale a opção abaixo. (Texto dos formulários de desligamento).

Abaixo o novo fluxo criado por nós:

¹⁸ Suprimi o nome dos docentes para evitar a exposição dos mesmos.

¹⁹ idem.

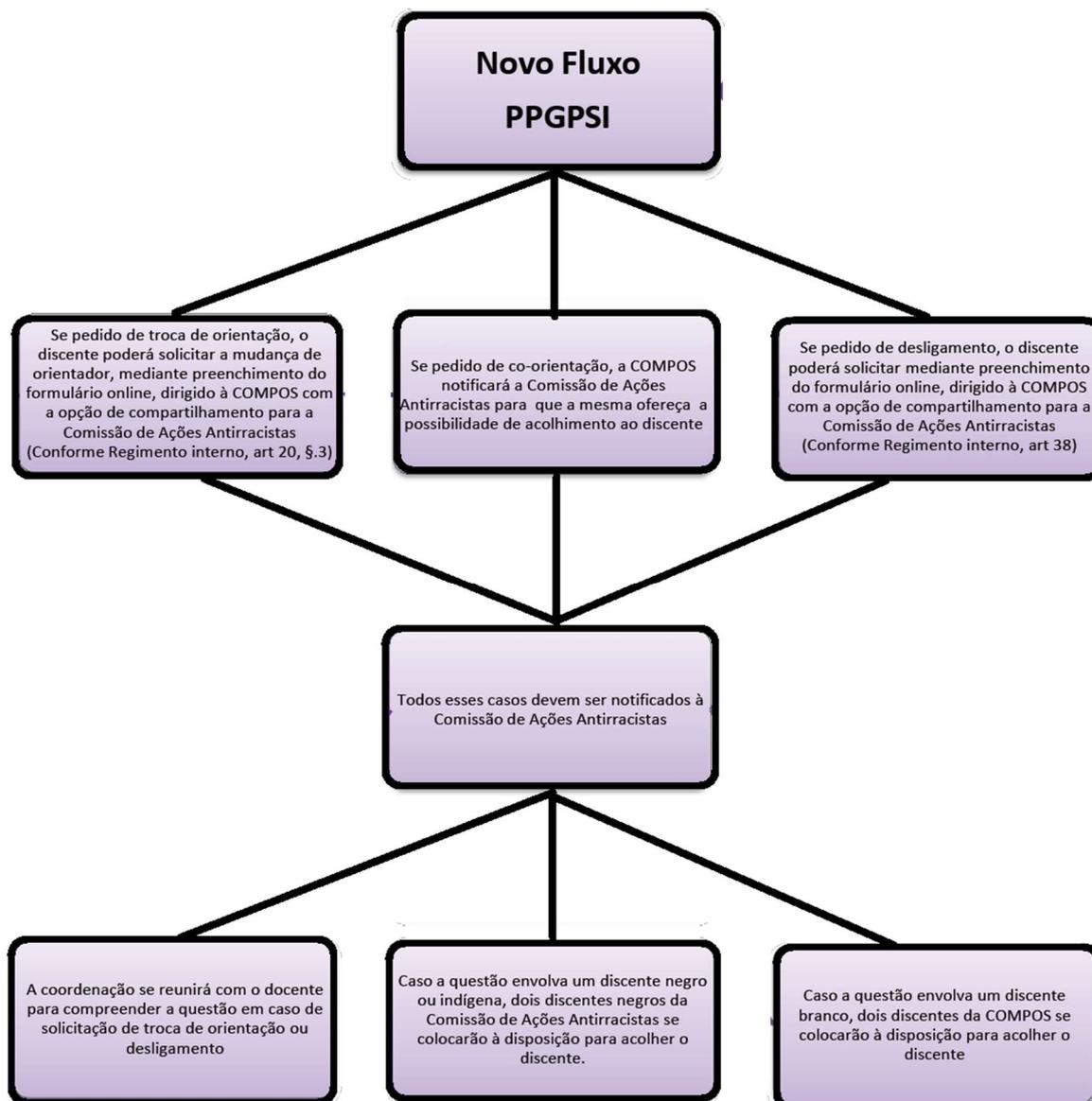


Figura 6. Novo Fluxograma (elaborado pela Comissão de Ações Antirracistas do PPGPSI)

Em 10 de agosto de 2022 a Comissão de Ações Antirracistas um convite da coordenação do PPGPSI chamando a integrar o momento de discussão e formação “EDUCAÇÃO PERMANENTE EM RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO INSTITUTO DE PSICOLOGIA: ESCUTA AFETIVA E ANÁLISE INSTITUCIONAL” e indicar uma representação docente da Comissão de Ações Antirracistas.

Uma das docentes negras que compunha a então Comissão de Ações Antirracistas participou do encontro do dia 13 de agosto nos representando. Contudo, o relato da mesma foi

de que o espaço fora recheado de violência. Desta forma, decidimos que na próxima reunião de Conselho iríamos ler um texto escrito pelas/os membras/os da Comissão, que dizia que não havia razão de permanecer na comissão se o corpo docente não estava disposto a rever suas práticas no PPG.

Então, no dia 17 de agosto de 2022 ocorreu a reunião do Conselho de Pós-Graduação, na qual dois professores brancos, membros da Comissão, leram o texto acima. A reação do corpo docente presente foi violenta, repleta de fragilidade branca e evidenciando o pacto narcísico da branquitude. Além disso, houve também o relato da docente, que à época também ocupava a coordenação da Residência em Saúde Mental Coletiva (RIS-SMC) da UFRGS, no qual justificava a escolha pelas mediadoras da “Ação de Formação”.

A professora explicou que o convite ocorreu durante um congresso da Associação Brasileira de Saúde Mental, no qual a mesma estava presente, bem como as mediadoras convidadas. O objetivo inicial era que a atividade girasse em torno da “problemática da residência” – como a docente mencionou, evidenciando sua dificuldade em nomear as violências raciais. Contudo, por não haver verba prevista para formações na RIS-SMC a professora realizou uma conversa com a coordenação do PPGPSI, questionando se seria possível o PPG custear a formação. A coordenação do PPG, por sua vez, sugeriu que a demanda fosse discutida com a direção do Instituto de Psicologia, haja vista que as situações de racismo vinham perpassando todos os espaços institucionais do IPSSCH.

A “Ação de Formação”, portanto, foi organizada pela direção do IPSSCH, juntamente com essa docente do PPGPSI e também coordenadora da RIS-SMC. Importante ressaltar que as mediadoras não receberam nenhum valor pelo trabalho executado, pois o IPSSCH custeou apenas hospedagem e passagem. E, nas palavras da docente, as profissionais foram muito “generosas” ao aceitar fazer o trabalho de forma voluntária. Ora, a nós da Comissão de Ações Antirracistas ficou nítido que a “Ação de Formação” fora organizada com a intenção de apaziguar os ânimos entre corpo discente/residentes, que vinham denunciando atitudes racistas dentro dos referidos programas e o corpo docente do PPGPSI/coordenação da RIS-SMC.

São tantas as camadas que pedem análise nessas situações que acabo de relatar aqui, que fica difícil decidir por onde começar... Talvez abordar o que é, efetivamente, a supremacia branca... Para Layla Saad (2020) é uma ideologia racista, que se fundamenta na convicção de que as pessoas brancas são seres superiores e, portanto, dominam as demais raças. A supremacia

branca vai atravessar as instituições, uma vez que sendo um sistema de opressão, irá ser estruturado para sustentar o domínio branco.

Junto à supremacia branca, temos também a excepcionalidade branca, que é quando a branquitude acredita que por que estuda sobre antirracismo, assiste documentários e filmes que debatem as consequências do racismo, escuta podcasts que abordam as discriminações e a falta de justiça social, já é antirracista e não precisa se aprofundar mais (Saad, 2020). É quando aquela pessoa branca fica ofendida quando falamos sobre privilégio branco, ou quando criticamos a branquitude, afinal “ela não é racista, até tem amigos negros” ou no caso do PPGPSI “até orienta estudantes negres”; racistas são aquelas pessoas extremistas que vemos nos jornais, nas matérias, ou até mesmo um familiar distante que é explicitamente racista quando faz piada, xinga, humilha pessoas não brancas.

Bem, sinto informar para o corpo docente do IPSSCH que quando questionam a veracidade e a forma que as denúncias de racismo são feitas por quem sofre violência, quando reagem de forma agressiva ao serem confrontadas em sua branquitude e seus privilégios, quando verbalizam que “hoje as coisas já estão muito diferentes do que eram na minha época, há 20 anos”, todas essas ações refletem a fragilidade branca, o pacto narcísico da branquitude, a excepcionalidade branca, o privilégio branco e ao fim e ao cabo, o quão racistas elus têm sido em suas práticas profissionais, nas relações interpessoais dentro do ambiente acadêmico.

Aqui, penso ser necessário também retomar a discussão sobre fragilidade branca, que é um dos aspectos intrínsecos à branquitude, suscitando reações de resistência quando pessoas não brancas abordam a temática racial de forma direta e explícita, nomeando o que precisa ser nomeado (DiAngelo, 2018). No que pude observar dentro do IPSSCH, a fragilidade branca aparece quando o corpo docente responde às denúncias de racismo de forma defensiva, sem reconhecer que este é um problema de ordem social, portanto coletivo, em que não se está debatendo apenas o que o indivíduo “x” ou “y” realizou, mas sim de que forma, institucionalmente, pode existir um reconhecimento das violências e uma reparação, de modo a essas ações não mais serem reproduzidas.

Reações de autodefesa podem ser visualizadas cotidianamente nas relações interpessoais: quando docentes se colocam no lugar de vítimas, choram, dizem que não tiveram a intenção de executar tamanha violência; quando reagem com raiva ao apresentarmos evidências de que dentro do IPSSCH a supremacia branca, o privilégio branco e o pacto narcísico da branquitude se fazem recorrentemente presentes. Para Layla Saad (2020), “em essência, a fragilidade branca aparece quando uma pessoa branca assume a posição de vítima

quando é de fato aquela pessoa branca que cometeu ou participou de atos de dano racial” (Saad, 2020). Isto me lembra bell hooks (2020b), que relata no livro *Ensinando Pensamento Crítico* que é comum lágrimas de mulheres brancas surgirem quando confrontadas em sua dinâmica racial, pois isso acarreta vergonha, culpa, desconforto, frustração. O que produz uma evitação das pessoas com privilégio branco em olharem para os seus privilégios. Entretanto, negar a existência dos mesmos não faz com que eles não existam. Aliás, escolher não olhar é mais uma das tantas expressões deste privilégio.

bell hooks (2021) diz que raríssimas são as pessoas brancas que optam por ser efetivamente antirracistas, vivendo isso de forma contundente. E que a branquitude sabe muito bem que o racismo não está no sangue, mas sim na consciência e que, “onde há consciência, há escolha” (hooks, 2021). Quando uma pessoa branca decide realmente dismantelar a supremacia branca, ela entendeu a essencialidade que tem o privilégio branco em sua vida e como ele a beneficia, seja consciente ou inconscientemente (Saad, 2020). É nesse momento que a pessoa branca consegue romper com aquele antirracismo cordial (Silva, 2022), que não confronta, não machuca, não desacomoda. Que é recheado de silêncio e de desimplicação. Quem sabe, se um dia a comunidade acadêmica que constitui o IPSSCH se propuser a isso, aí será possível dizermos que as ações afirmativas realmente trouxeram mudanças práticas cotidianas para dentro da instituição.

Mas, como esse dia está longe de acontecer, volto para o meu relato do ano de 2022. Após a reunião do Conselho de Pós-graduação em 17 de agosto, reunimos novamente a Comissão de Ações Antirracistas para definirmos os rumos dali para frente e o que decidimos, em decorrência de todos os fatos, foi por uma renúncia coletiva, informada por email na data de 31 de agosto de 2022:

À Comunidade do PPGPSI,

A Comissão de Ações Antirracistas do PPGPSI entendeu que, ao longo desses meses de trabalho, não foi possível promover uma reflexão coletiva sobre o racismo institucional e interpessoal neste programa, uma vez que nossas proposições foram recorrentemente recebidas com posições defensivas, o que denota uma falta de implicação do corpo docente com o debate e práticas antirracistas.

A partir da última reunião do Conselho do PPGPSI, a nossa avaliação é de que o programa se revela incapaz de resolver os problemas que o seu funcionamento suscita, inclusive produzindo novas violências, o que nos fez decidir pela renúncia coletiva de todos os membros dessa Comissão, na expectativa de que o corpo docente possa refletir sobre quais rumos seguir no âmbito das ações antirracistas nesta comunidade acadêmica.

Comissão de Ações Antirracistas. 31/08/2022

No dia 01 de setembro de 2022 a coordenação do PPGPSI acusou ciência do comunicado à Comissão de Ações Antirracistas, informou que o mesmo foi enviado ao conjunto de discentes e docentes do PPG e convidou a uma nova reunião, da qual decidimos não participar – o que foi oficialmente comunicado no dia 05.09.22 - já que a decisão estava tomada.

Hoje, em julho de 2023, situações de violência racial seguem ocorrendo no cotidiano do PPGPSI, a despeito de todos os movimentos existentes por parte do corpo discente e também de docentes negras que tensionam as estruturas desse espaço. A reprodução de uma lógica racista segue sem uma discussão engajada de enfrentamento aos processos e práticas ligados à branquitude.

“Roberta, tu tem noção do que tu escreveu? Do que tu produziu?”

*“talvez hoje seja o melhor dia
pra ser frágil
pra não saber
pra se perder
pra não recuar
de seus medos*

*talvez hoje seja o melhor dia
pra beijar a sua pele
dizer pra ela que habitá-la
é nunca estar sozinha no mundo
você já chegou aqui completa*

*talvez hoje seja o melhor dia
pra dizer sim aos espelhos
pra se convidar
a se salvar*

*talvez hoje seja o melhor dia
pra saber que a sua voz
tem o poder de erguer cidades inteiras
remontar peitos em chamas
mas primeiro você*

*talvez hoje seja o melhor dia
pra não confundir renascimento
com fardo
só recomeça quem chegou
ao fundo do oceano
teve coragem no desconhecido
e voltou
é feitiço saber voltar*

*talvez hoje seja o melhor dia
pra confessar seus abismos
quem te disse que mulheres como você
não tremem da cabeça aos poros
ainda assim, seguimos*

*talvez hoje seja o melhor dia
pra adormecer as vozes de outras pessoas*

*que tentam construir territórios
em suas memórias
te convencendo
ser menor*

*talvez hoje seja o melhor dia
pra desabar
e dessa vez
pedir ajuda*

*talvez hoje seja o melhor dia
pra saber que essa impressão que você tem
de que seus pedaços ficaram com alguém
está errada
você está aí
assuma ser nova*

*talvez hoje seja o melhor dia
pra decidir se será sutilmente
ou de forma avassaladora
que você vai começar
a se amar”*

Ryane Leão

Porto Alegre, 07 de agosto de 2023

Hoje estávamos no grupo de orientação, Lu, Shary, Zaine, Sara e eu. A ideia era discutir sobre o meu trabalho. Eu havia pedido para as gurias lerem as três cartas “*Cinco anos depois das Ações Afirmativas no PPGPSI: o que mudou?*” partes 1, 2 e 3. Logo no começo do encontro uma delas me perguntou por que eu pedi para elas lerem justamente essa parte do trabalho. Fiquei pensando enquanto ela falava... Respondi que eu tinha muito receio de como essas cartas serão recebidas por quem me ler... E também como foi difícil escrevê-las. A dissertação como um todo não foi um processo de escrita fácil, tranquilo. Ao contrário, foi cheio de dores, de cicatrizes, de contatos com traumas, mas também com possibilidade de fortalecimento, de autorrecuperação.

Entretanto essas três cartas foram as mais difíceis. Eu fiquei procrastinando várias e várias vezes a escrita delas... Começava, escrevia uns parágrafos, ficava ansiosa – palpitação, aperto no peito, suor, tremores. Parava. Demorava dias para voltar. Quando eu terminei de

escrever a última carta na semana passada, de sexta para sábado, eram umas duas horas da manhã, eu estava exausta. Ainda queria escrever mais duas cartas, mas eu não tinha forças. Comecei a ter uma crise de ansiedade e chorar, chorar, chorar. Pensei, vou ver se alguma das minhas amigas está acordada. Escrevi num grupo no qual somos sete, uma delas viu na hora a mensagem e me ligou. Ela ficou uns 20 minutos no telefone comigo, me acalmando, ajudando a fazer exercício de respiração. Outra amiga, que mora na Austrália, viu a mensagem e perguntou se eu tinha Rivotril, que se tivesse era para tomar e ficar quietinha, pois no momento da crise a gente não consegue pensar. Tomei o remédio. Desliguei a ligação e capotei. Acordei pelas 7h30 exatamente na mesma posição que havia deitado, tamanho o meu cansaço.

Hoje a Lu perguntou se eu tinha noção do que eu havia produzido, se eu reconhecia que o que eu havia escrito sobre memória era inovador e se eu conseguia enxergar isso. Eu disse que não... Que eu tinha essa dificuldade... Aí eu brinquei: “às vezes eu só queria ter autoestima do homem branco, hetero e cis”, ao que a Lu respondeu que não precisamos da autoestima do homem branco, pois o nosso espelho não é o espelho de narciso. O nosso espelho é o espelho de Oxum e é com ele que aprendemos. Ela acrescentou: “dizem que dá azar quebrar o espelho, mas para nós esse azar seria não se reconhecer mais na branquitude. O que no caso não seria azar, seria sorte passar a se reconhecer em outros pares, lugares, coletivos”.

Eu fico me lembrando de uma passagem do Nêgo Bispo (Santos, 2023) na qual ele diz que o que tem valor para nós é uma pessoa ser necessária, não importante. Pois as pessoas importantes se acham boas, mas não servem. Já aquelas que são necessárias, são as que fazem falta. Pessoas necessárias precisam estar presentes, são pessoas das quais vamos atrás. E transpondo isso para as interpelações que recebi do grupo hoje de manhã, concluo: preciso compreender, acreditar, internalizar, que aquilo o que eu produzi é necessário, é contribuição para o entendimento e o estudo de uma lógica de como a universidade branca, colonial, heterocis-normativa, sexista, patriarcal é excludente e reprodutora de violência. E como se faz urgente que possamos investir no fortalecimento de mais espaços de aquilombamento e resistência nossos, para que cada vez mais pessoas como nós, negras, indígenas, LGBTQs, possam seguir existindo e resistindo dentro do universo acadêmico.

Agradeço à Lu e às colegas que puxaram as minhas orelhas chamando a minha atenção para que eu compreenda e acredite em quem eu sou e qual a necessidade de eu ser e estar neste mundo.

Desejando amor e autocuidado para mim mesma,

Roberta.

É possível exercer uma docência em comunidade de aprendizado?

*“Guerreiro é no lombo do meu cavalo
Bala vem, mas eu não caio, armadura é a proteção
Avanço sob a noite iluminado, luto sem pestanejar
Derrubo sem me esforçar, a guarnição*

*A guimba e a fumaça do meu cigarro
Cega o olho do soldado que pensou em me ferir
Com um sorriso derrubo uma tropa inteira
Mesmo que na dianteira sombra venha me seguir*

*O gole da cachaça esguicho no ar
Chorando na labuta ouço a corrente se quebrar
E o golpe do destino esse eu sinto mas não caio
Guerreiro é no lombo do meu cavalo”
São Jorge - Metá Metá*

Porto Alegre, 29 de julho de 2023

Lembro de uma pergunta que uma das professoras que estava na minha banca de qualificação fez, não lembro as palavras exatas, mas o sentido era esse: “será que prospectar uma outra possibilidade de docência dentro desta academia supremacista branca, colonial, racista, sexista, não é ingenuidade? Será que não deveríamos investir em criar os nossos próprios espaços de resistência?”.

Eu entendo o que ela quis dizer e concordo que sim, devemos criar os nossos próprios espaços de resistência, inclusive é isso que o Coletivo bell hooks representa para mim, além de outros espaços nos quais circulo e ajudo a construir, como a Comunidade Kilombola Morada da Paz - Território de Mãe Preta/CoMPaz, a articulação de profissionais negras e negros da saúde aqui no estado do Rio Grande do Sul - Saúde Preta RS, Articulação Nacional de Psicólogas Negras/os e Pesquisadoras/es - ANPSINEP. Contudo, penso que também é possível exercer uma outra forma de docência, que é justamente o que tenho aprendido dentro deste PPG com educadoras como a Lu e a Suiane, duas mulheres negras que são inspiração, mesmo vivenciando cotidianamente as opressões advindas de uma academia branca e colonial. Elas são, também, “as que vieram antes de mim”, elas mantêm em movimento o que aprenderam com as nossas mais velhas, elas resistem há muito para que pessoas como eu possam existir.

Eu acredito na construção de uma academia que possa ser produtora de cuidado, de acolhimento (Battistelli; Rodrigues, 2021), que proporcione vidas e existências múltiplas e não mais silencie e humilhe o meu, os nossos, corpos. A luta contracolonial, o feminismo negro, uma pedagogia engajada (hooks, 2017) são ferramentas que precisam ser utilizadas por pessoas como nós, como estratégia de combate dentro do espaço universitário, para que sigamos vivas e não sejamos massacradas (Anzaldúa, 2021) por pessoas brancas, machistas, sexistas, LGBTfóbicas.

Ao longo desse período de pouco mais de dois anos e meio em que estive mestranda, pude realizar duas práticas de estágio de docência, ambas sendo estagiária em disciplinas ministradas pela Lu. A primeira foi ainda no período do ensino remoto, no semestre 2021/1, na disciplina de Psicologia Social I para o curso de Serviço Social que ocorria nas segundas-feiras à noite. Foi a minha primeira experiência de estar semanalmente em sala de aula no lugar da docência. Como eu já contei pra ti em outras cartas, eu fui me descobrindo nesse mundo acadêmico há pouco tempo, cronologicamente em um tempo pandêmico²⁰ e do meu mestrado.

Nessa disciplina de Psicologia Social I a gente produzia cartas pedagógicas sobre os conteúdos trabalhados e ofertamos à turma antes da aula expositiva sobre a teoria. Eu pude tanto trabalhar no preparo das aulas, produzindo cartas e o material expositivo, quanto executar a didática de sala de aula, ao ficar responsável por ministrar algumas - claro, a Lu sempre estava me acompanhando, dando todo o apoio, confiança e respaldo necessário. Ao final do semestre as estudantes deveriam escrever uma carta, que seria a segunda atividade avaliativa, coloquei abaixo as instruções para a realização da tarefa:

Envio de uma CARTA-PEDAGÓGICA: a proposta dessa atividade avaliativa é a produção da escrita de uma carta endereçada à Psicologia Social (vocês podem, também, optar por realizar uma gravação de áudio). O convite é que vocês escrevam como se estivessem enviando uma carta à Psicologia Social (imaginem que vocês estejam escrevendo para uma/um amiga/o, para a "senhora Psicologia Social" ou para nós, se isso facilitar o processo de escrita de vocês). Nessa carta, escrevam sobre as suas experiências de aprendizado pela disciplina, como foi realizá-la, como se sentiram estudando os conteúdos propostos, o que eles possibilitaram a vocês pensarem e sentirem, o que e de que modo esses conteúdos contribuíram para o exercício de pensamento de vocês e para o exercício de suas formações profissionais. A referência sobre a extensão do trabalho é de que a carta possa ter entre 1-2 páginas (se vocês desejarem escrever um pouco mais de 2 páginas, não tem problema).

²⁰ A pandemia de COVID-19, também conhecida como pandemia de coronavírus, foi uma pandemia da doença por coronavírus 2019 (COVID-19), causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2). O vírus foi identificado pela primeira vez a partir de um surto em Wuhan, China, em dezembro de 2019. As tentativas de contê-lo falharam, permitindo que o vírus se espalhasse para outras áreas da China e, posteriormente, para todo o mundo. Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou o surto como Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional e, em 11 de março de 2020, como pandemia. A OMS declarou o fim da pandemia no dia 5 de maio de 2023.

Após elas entregarem as suas cartas, nós escrevemos uma carta nossa, de resposta ao que elas enviaram, que compartilho com vocês a parte que eu escrevi e que expressa um pouco do que foi essa primeira experiência de estágio para mim:

“Oi turma, agora sou eu, Roberta, ‘falando’. A Luciana já trouxe na sua escrita muito do que acredito também ser possível e necessário dentro da academia, do processo formativo de cada uma de nós. Eu quero agora, especificamente, compartilhar com vocês um pouco da minha trajetória até chegar ao estágio docência e também como foi para mim esta experiência.

Ingressei no mestrado em março de 2021, meu processo seletivo já foi pandêmico, no segundo semestre de 2020. Não lembro se contei pra vocês, mas sou orientada pela professora Luciana, entretanto, o começo do meu percurso na pós-graduação não foi acompanhado por ela. Eu era orientada por outra professora... branca, hetero e cis, que juntamente com o seu grupo de pesquisas produziram sucessivas violências racistas contra mim. Até que em um determinado momento eu decidi que ou trocava de orientação, ou abandonaria o mestrado. Eu já conhecia e admirava a Luciana, apesar de nunca termos trabalhado juntas antes e me haver com a possibilidade de ser orientada por uma mulher negra de pele clara e também lésbica, como eu, foi o que me deu forças para ir atrás dessa troca.

Então, em agosto de 2021 passei a ser orientada pela Lu e pude a partir daí perspectivar outras possibilidades e vivências no meu percurso acadêmico. Dentre elas, o desejo de fazer estágio de docência. Inicialmente eu pensei em uma disciplina sobre relações étnico-raciais e psicologia, do curso de psicologia, também tendo a Lu como uma das docentes. Só que quando falei para ela desse desejo, já tinha outra colega interessada em fazer o seu estágio por ali. Eis que surge a possibilidade de eu fazer na disciplina de Psicologia Social I para o Serviço Social. Não pensei duas vezes, era com a Lu, era psicologia social e era pro curso que está formando assistentes sociais, uma das profissões que mais dialogam com a prática da psicologia no dia a dia.

Ainda que eu já tenha estado como professora convidada em cursos de psicologia de outras faculdades, o estágio foi a minha primeira experiência de acompanhar e ser ativa em todo o processo que faz parte da docência: desde pensar materiais de leitura, preparar a aula e ministrar a mesma, até pensar atividades e dar um retorno para as alunas e alunos. Estar semanalmente “em sala de aula”, ainda que virtualmente - e aqui concordo com a Lu que faz toda a diferença os nossos corpos estarem juntos fisicamente - foi uma experiência muito gostosa para mim. Quando vocês agradeciam pela aula, pelas partilhas e chamavam a Lu e a mim de “profes” eu ficava toda boba e muito feliz. Ao ler as cartas de vocês e perceber que as nossas trocas realmente as/os tocaram e fizeram sentido, assim como fizeram sentido e também tocaram a mim, foi muito especial. Minha primeira experiência “real” em sala de aula trouxe-me a certeza de que é possível construir uma outra forma de ensinar, de partilhar.

Sou grata a turma de vocês pela oportunidade ter vivido esse processo do estágio e ter me sentido também muito acolhida por vocês todas e todos. Espero que possamos nos encontrar novamente nos corredores da vida e, preferencialmente, de forma presencial.

Também agradeço a ti, Lu, pela possibilidade de te acompanhar como docente e de poder me inspirar em ti. Tanto como uma mulher negra, lésbica e feminista, quanto como professora em meio a esse caos que é estar dentro de uma universidade pública federal em desmonte constante e também branca, burguesa, patriarcal, heteronormativa e sexista. Obrigada por me acolher como estagiária e me ensinar cotidianamente o ato de ensinar a transgredir através da prática da liberdade.

Como escutei recentemente de Exú - senhor das encruzilhadas: desejo que todas e todos possam seguir firmes, e com saúde, nos seus propósitos.

*Abraços afetuosos e quentinhos,
Roberta.”*

A minha segunda prática de estágio de docência foi no semestre 2022/1 na disciplina de Relações Étnico-raciais e Psicologia, que tinha como docentes responsáveis a Lu e outros dois professores; e de estagiárias eu e uma colega doutoranda do PPG em Psicologia da UFRGS. Apesar de não ser bolsista e, portanto, não ter a obrigatoriedade de realizar estágio, eu optei por realizar um segundo para viver a experiência de sala de aula presencial. Já que essa disciplina aconteceu em um momento final da Pandemia da Covid-19, foi muito diferente viver a experiência da docência estando presencialmente na universidade.

Como era uma turma bem grande, nós intercalávamos encontros coletivos, nos quais eram ministradas aulas expositivas, com encontros com turmas menores, separando a turma em três grupos - A, B e C -, cada um sendo conduzido por um dos três docentes responsáveis pela disciplina. A minha colega estagiária e eu ficamos responsáveis por ministrar a aula coletiva sobre Psicologia e Povos Indígenas, que ocorreu em dois encontros. Na primeira semana a gente realizou uma aula expositiva com base principalmente no documento do Conselho Federal de Psicologia (CFP) “Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) Junto aos Povos Indígenas”²¹, lançada em agosto de 2022. E no segundo encontro convidamos três psicólogas que atuavam com saúde dos povos indígenas no estado do Rio Grande do Sul para uma roda de conversa com as estudantes.

Já nas aulas com as turmas menores, em que eu e a Lu ficávamos com a “turma B”, a gente ofertava trechos de livros, vídeos, músicas e outros materiais como dispositivos disparadores do debate. Foram encontros em que era possível entrar mais profundamente no conteúdo estudado e discutir com a turma sobre as práticas profissionais da psicologia nas relações étnico-raciais. Ter podido viver essa segunda experiência foi muito significativa, pois foi a primeira vez que pude estar compartilhando o mesmo espaço físico que as/os estudantes, sentindo o clima de estar em sala de aula, o que reforçou o meu encanto pela docência e desejo de seguir a minha construção de docente-pesquisadora.

Hoje posso afirmar que eu almejo - e tenho trabalhado para isso - a construção de uma comunidade de aprendizado (hooks, 2021) e como diz Nêgo Bispo (2023) “a comunidade se faz com os diversos”, se faz com a prática cotidiana, na troca de saberes e movimentos. Sinto que além de um desejo, eu tenho um compromisso com as minhas mais velhas, com as minhas ancestrais, com aquelas que vieram antes e pavimentaram o caminho para que mulheres como

²¹ A referência pode ser acessada neste link: <https://crepop.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/34/2022/10/030-Crepop-Referencias-Tecnicas-para-Atuacao-de-Psicologasos-Junto-aos-Povos-Indigenas.pdf>

eu pudessem estar hoje existindo na academia e pensando a educação como prática de liberdade (hooks, 2017). Exercitar o aquilombamento dentro do ambiente acadêmico tem sido uma das formas possíveis de erguer a minha voz e afirmar quem eu sou e que lugar seguirei ocupando dentro da academia, produzindo outras formas de docência e mantendo os caminhos abertos para aquelas que virão depois de mim.

Junto a isso tudo, tem o fato de que não é possível separar o que acontece fora da sala de aula do que acontece dentro. Audre Lorde (2020) nos diz que os estudantes absorvem o externo, trazendo para o ambiente acadêmico, portanto, é necessário que a professora tenha um olhar, uma percepção ampla, para além daquilo que seus olhos conseguem ver, não apenas focada no que ocorre entre as quatro paredes da universidade. Isso me lembra o que bell hooks (2019a) nos diz sobre não separarmos o privado do público, sobre levarmos para as nossas escritas, as nossas produções de conhecimento e de aprendizagem aquilo o que nós somos. Que as nossas experiências também são políticas e devem ser enxergadas com tal relevância, afinal a forma que encaramos o mundo, que vivemos, que compartilhamos nossos sentimentos também faz parte do que ensinamos enquanto educadoras (Lorde, 2020).

Para bell hooks (2020b) uma das formas que podemos iniciar uma construção de comunidade é contando as nossas histórias, quando estamos comunicando o que sentimos, entre duas ou mais pessoas, estamos aprendendo, uma vez que somos tocadas pelas histórias, pelo que está sendo compartilhado e isso é ensinar (Lorde, 2020). Quando estamos em sala de aula com estudantes e falamos sobre as nossas vivências pessoais, nos aproximamos deles, pois eles passam a nos enxergar para além da função de professora. Essa é uma maneira de humanização do ensino, do compartilhar.

Lembro que quando comecei a escrever o meu projeto dessa pesquisa, eu ficava super insegura pensando se o que eu estava produzindo seria considerado acadêmico, como bell hooks nos diz em uma passagem do livro *Ensinando Pensamento Crítico*:

Hesitei em compartilhar histórias pessoais. Fui treinada para acreditar que quem apoia uma história pessoal como evidência para defender ou confirmar uma ideia jamais poderia ser acadêmica/intelectual, de acordo com o pensamento do dominador no ensino superior. Contar uma história pessoal para documentar ou estruturar um argumento era sinal de que a pessoa não estava lidando com fatos comprovados, de que não era científica o suficiente (hooks, 2020b, p.89).

Quando releio esse trecho da bell, me transporto para as vivências dentro do PPGPSI, também existentes em outros ambientes acadêmicos, pois como vim tecendo nessa pesquisa, as violências raciais são produto da forma como a sociedade brasileira se constituiu e se mantém

na atualidade. Me transporto para as acusações que recebemos de que o que fazemos não é produção de conhecimento, pois perpassa pela nossa vivência, pela nossa história. Engraçado é que as mesmas pessoas que desvalorizam o nosso trabalho, elogiam a Escrivência de Conceição Evaristo (2016), desde que ela não seja utilizada para criticar a supremacia branca. Ou seja, sua desconstrução e epistemologias outras só servem para fora do programa de pós-graduação. Mas a boa notícia é que eu pude contar com mulheres que muito me inspiraram e seguem inspirando nesse processo de vir a ser uma pesquisadora-docente, uma delas inclusive vai me “xingar” quando ler essa frase, dizendo que eu era pesquisadora muito antes da academia, hahaha.

São tantas as mulheres que me inspiram, para além das autoras que trago para o diálogo aqui nessa pesquisa, das minhas colegas de pós-graduação, de amigas e familiares, das ãyas e minhas irmãs da Nação Muzunguê. Duas mulheres têm sido peça fundamental nesse meu crescimento dentro da docência-pesquisa: a Lu, minha orientadora, e a Bruna, colega, amiga e professora na UFPR. Foi com elas que eu conheci de verdade bell hooks, até então tinha lido um ou outro texto, mas nunca me aprofundado nas leituras, muito menos debatido suas obras.

A Lu e a Bruna que me ensinaram que as histórias que trago para a minha pesquisa dizem de quem eu sou e acrescentam intimidade (hooks, 2020b), vida para o que eu produzo. Foi com elas que eu descobri que poderia escrever cartas dentro da academia e esta ser uma metodologia de pesquisa. Aliás, foi com elas que eu finalmente compreendi que epistemologias feministas negras eram bem mais do que citar autoras negras em suas produções (alooooou, PPGPSI! rrsrs). Elas são duas mulheres que se formaram mestras e doutoras nesse mesmo PPG e que encontram uma forma de sustentação ocupando esse espaço da academia e propondo-se a realizar uma outra forma de docência, pois as referências que elas tinham não as davam esse respaldo. Se hoje eu e outras discentes podemos existir e aprender a criar uma comunidade de aprendizado, é porque pessoas como a Lu e a Bruna vieram antes e abriram esse caminho para nós.

Silva e Passos (2021) conversam com seus leitores sobre como a ideia de ciência ao referenciar outras formas de percepção do objeto, acrescentariam, favoreceriam a própria noção de ciência e, por consequência, a compreensão de uma determinada perspectiva. Essa seria, segundo os autores, uma maneira de fortalecer epistemologias plurais, que possam conectar-se com a nossa ancestralidade, com os mortos, com a terra, com a água, o ar, o fogo, com tudo que nos alimenta o corpo e a alma.

Isso tudo me lembra o que Antônio Bispo dos Santos (2019) nos traz ao explicitar o que é a colonização e a contracolônização:

Colonização todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra, independentemente do território físico geográfico em que essa cultura se encontra. Contracolônização todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios (Santos, 2019, p. 35)

E não seria, então, um movimento contracolônial defender uma forma de docência, de produção de conhecimento que resista a tudo que nos foi imposto pela colonização? Reunir forças entre pessoas que se conectem e desejem estar fora das estruturas vigentes, buscando um mundo no qual todos possamos crescer e render (Bispo, 2023) é uma forma de lutar para a construção de uma comunidade de aprendizado (hooks, 2020b), “pois as ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande” (Lorde, 2021, p.137)

Desejo que possamos seguir confluindo, compartilhando histórias que auxiliem os estudantes, e nós docentes, a pensar criticamente, nos permitindo aprimorar uma escuta ativa e afetiva (hooks, 2020b). Sou grata à Lu, à Bruna e a todas as outras que vieram antes de nós por estarmos construindo no miudinho, no cotidiano, uma comunidade de aprendizagem com amor em ação (hooks, 2021), num ritual de comunhão, como bell hooks (2020b) nos ensinou, alicerçada em princípios de uma educação que liberte e não mais aprisione!

Um forte abraço a ti, que me lê e me acompanhou até aqui.

Gratidão.

Àse!

Com amor e esperançar,

Roberta.



Figura 7. Colagem por Roberta da Silva Gomes

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABYA YALA, Yashodan. **Uma carta de manifestação**. Parecer. Triunfo, 06.09.2023.
- ASILI COLETIVA. **Sobonfu Somé Abanando o fogo da comunidade** – legendado. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=N2qsEXG23t0>. Acesso em: 25 jul. 2023.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2018.
- ANZALDÚA, Glória. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.
- ANZALDÚA, Glória. **A vulva é uma ferida aberta e outros ensaios**. Rio de Janeiro: A Bolha, 2021.
- BARCELLOS, Jéssyca da Rosa Santos. Formação em Psicologia e a educação das relações raciais: um estudo sobre os currículos de graduação em Psicologia em Porto Alegre e a região metropolitana. In: SILVEIRA, Raquel da Silva; SILVA, Liziane Guedes; NARDI, Henrique Caetano; RODRIGUES, Luciana (orgs.). **Psicologia e relações raciais: um percurso em construção**. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 2020. p. 179-198.
- BATISTA, Alisson Ferreira. Trajetos e percursos: das (im)possibilidades de enfrentamento do racismo dentro da academia. In: SILVEIRA, Raquel da Silva; SILVA, Liziane Guedes; NARDI, Henrique Caetano; RODRIGUES, Luciana (orgs.). **Psicologia e relações raciais: um percurso em construção**. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 2020, p. 137-158.
- BATTISTELLI, Bruna. *Entre cartas e conversas: por uma política de pesquisa feminista e contra-colonial para a psicologia social*. Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2022.
- BATTISTELLI, Bruna; PAULA, Leonardo Régis de. Pensar a pandemia a partir da branquitude. **Revista Espaço acadêmico - Edição Especial**, Ano XXI, p.55-65, 2022.
- BATTISTELLI, Bruna; OLIVEIRA, Érika Cecília Soares Oliveira. Cartas: um exercício de cumplicidade subversiva para a escrita acadêmica. **Revista Currículo sem Fronteiras**, v. 21, p. 679-701, 2021.
- BATTISTELLI, Bruna; RODRIGUES, Luciana. Contar histórias desde aqui: por uma sala de aula feminista e amefricana. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, v. 23, n. 1, p. 153-173, 2021.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 5-58.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Cia das Letras, 2022.
- BORGES, Rosane. Escrivivência em Conceição Evaristo: armazenamento e circulação dos saberes silenciados. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org). **Escrivivência: a escrita de nós, reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

CÁRDENAS, Teresa. **Cartas para a minha mãe**. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2010.

CARDOSO, Lourenço. A branquitude acadêmica, a invisibilização da produção científica negra e o objetivo-fim. In: GÓES, Luciano (org.) **130 anos de (des)ilusão: a farsa abolicionista em perspectiva desde olhares marginalizados**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018, p. 295-311.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese de Doutorado em Educação – Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. 339f.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. Selo Negro, 2011.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Vêneta, 2020.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Dossiê: Decolonialidade e Perspectiva Negra. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n.1, p.99-127, 2016. Disponível em: <https://www.periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6081>. Acesso em: 16 ago. 2023

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

COSTA, Tiago Rodrigues da. Psicopreta: O Enfrentamento do Racismo no Ambiente Acadêmico e na Formação em Psicologia. In: SILVEIRA, Raquel da Silva; SILVA, Liziane Guedes; NARDI, Henrique Caetano; RODRIGUES, Luciana (orgs). **Psicologia e relações raciais: um percurso em construção**. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 2020, p. 103-118.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores**. São Paulo: n-1, 2021.

DAVIS, Angela. **Uma autobiografia**. São Paulo: Boitempo, 2019.

DAVIS, Viola. **Em busca de mim**. Rio de Janeiro: BestSeller, 2022.

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

DIANGELO, Robin. Fragilidade branca. **Revista Eco-Pós**, v. 21, n.3, p. 35–57, 2018.

EGA, Françoise. **Cartas a uma negra: narrativa antilhana**. São Paulo: Todavia, 2021.

EMECHETA, Buchi. **As alegrias da maternidade**. Porto Alegre: Dublinense, 2018.

EVARISTO, Conceição. Gênero e Etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: DE BARROS MOREIRA, Nadilza Martins; SCHNEIDER, Liane (orgs). **Mulheres no Mundo – Etnia, Marginalidade e Diáspora**. João Pessoa, UFPB, Idéia/Editora Universitária, 2005.

EVARISTO, Conceição. A Escrivivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org). **Escrivivência**: a escrita de nós, reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020, p. 26-46.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

FANON, Frantz. **Peles negras, máscaras brancas**. Salvador: EDUFB, 2008.

HARTMAN, Saidiya. **Perder a mãe**: uma jornada pela rota atlântica da escravidão. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Editora Elefante, 2019a.

HOOKS, bell. **Olhares negros**: raça e representação. São Paulo: Editora Elefante, 2019b.

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Editora Elefante, 2020a.

HOOKS, bell. **Ensinando pensamento crítico**: sabedoria prática. São Paulo: Editora Elefante, 2020b.

HOOKS, bell. **Ensinando Comunidade**: uma pedagogia da esperança. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

BRASIL. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. IBGE: 2019.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**: ensaios e conferências. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LORDE, Audre. **Zami**: uma nova grafia do meu nome uma biomitografia. São Paulo: Elefante, 2021.

LOURAU, René. Implicação-Transdução. In: ALTOÉ, Sônia (Org). **René Lourau**: analista institucional em tempo integral. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 212-223.

MARTINS, Cléo. **Euá**. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2021.

- MUKASONGA, Scholastique. **Baratas**. São Paulo: Nós, 2018.
- NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. Rio de Janeiro: Perspectiva, 2019.
- NASCIMENTO, Maria Beatriz. O Quilombo do Jabaquara. **Revista de Cultura Vozes**, v. 73, n.3, abr, 1979.
- NASCIMENTO, Maria Beatriz. In: RATTIS, Alex (org). **Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos**: modos e significações. Brasília: AYÔ, 2019.
- SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu, 2023.
- OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo Estrutural**: uma perspectiva histórico-dialética. São Paulo: Dandara, 2021.
- PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: NOZ, 2017.
- REIS, Rodrigo Ferreira dos. Ôrí e memória: o pensamento de Beatriz Nascimento. *Sankofa*, São Paulo, v. 12, n. 23, p. 9-24, 2020.
- ROMAGNOLI, Roberta. O conceito de implicação e a pesquisa-intervenção institucionalista. **Revista Psicologia e Sociedade**, v.26, n. 1, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/NqxBHNRmdShkZcgZJ4zg5M/#> Acesso em: 5 maio 2023.
- SAAD, Layla F. **Eu e a Supremacia Branca**: como reconhecer seu privilégio, combater o racismo e mudar o mundo. Rio de Janeiro: Rocco, 2020.
- SALGUEIRO, Maria Aparecida. **Escritoras negras contemporâneas** - Estudo de narrativas: Estados Unidos e Brasil. Rio de Janeiro: Caetés, 2004.
- SANTOS, Abrahão de Oliveira; OLIVEIRA, Luiza Rodrigues de. Abordagem CTS diante das interpelações da afrocentricidade: a saúde da população negra. **Psicología, Conocimiento y Sociedad**. Montevideo, v. 9, n. 2, p. 47-61, 2019.
- SANTOS, Abrahão de Oliveira; OLIVEIRA, Luiza Rodrigues de. O bloqueio epistemológico no Brasil. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 20, n. 227, p. 250-260, 2021.
- SILVA, Yasmin Maciane da. **“Enegrecendo suas estantes” o modismo de acadêmicas(os) brancas(os) no movimento antirracista**: experiência da formação em Psicologia na Universidade Federal de Alagoas. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Curso de Psicologia, Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2022.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo"**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, Priscila Elisabeth da; PASSOS, Ana Helena. Expressões da branquitude no ensino superior brasileiro. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 21, n. 230, p. 03-24, 1 set. 2021.

SOMÉ, Sobonfu. **O espírito da intimidade** - ensinamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar. São Paulo: Odysseus, 2007.

SOUZA, Neusa. **Torna-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

ANEXO 1. Uma carta de manifestação, de Ìyálasé Yashodan Abya Yala

Uma Carta de manifestação 06.09.23

Estimada Roberta,

Que Mãe Preta e meu Pai Senhor Seu Sete abençoe
 sempre nossa encruzilhada.

Repare, que ao ser convidada para compor tua
 banca de defesa de tua dissertação tive três
 sentimentos que me tomaram: o primeiro foi de rí-
 má, sim, quando uma mulher negra e lesbica abra-
 va os desafios impostos de toda a ordem a
 esta corporidade que você carrega e atravesar
 o oceano e vencer. *È sin ká òkè ò!*

Segundo sentimento se chegou com a leitura da
 dissertação e me encantou o rigor epistemoló-
 gico tecido - construído - urdido como um panu-
 di-pinti Guineome. E neste instante congratular tua
 orientadora que mais do que curadia assumiu
 junto contigo a corajosa atitude de confronto
 de modo ético, elegante e contundente e firme
 e moradementemente potencioso. O xpa, o da
 crença no exercício radical de mostrar o quanto
 que espaços como a academia necessita se purar e
 originar. Mas, mais do que isso, do quanto espaços
 como a academia trabalhou e engendrou formas de
 exclusões - racismo - eliminação de corporidades

diferentes e que não será redimida. Ela, a academia precisa mais do que fazer o "minha culpa"; apontar a responsabilidade e se desforçar - desconstruir.

Roberta, mãe e sua orientadora desencadearam em mim lembranças... e proclama. Com todo este requinte epistêmico - que este lugar - a universidade com seus ritos - não só contribuiu com epistemologias culturais os mais diversos e em várias áreas sustentando - multiplicando - construindo falácias. Bem como, se não se liberar continuará contribuindo para uma sociedade estruturalmente racista de existência violenta. E neste sentido, vocês desencadearam em mim o sentimento de desesperança para vozes e corpos sepeararem. Ouvir a voz feita de uma mulher lésica e pensar/ecoar vozes subordinadas de um existido constante impudência dos múltiplos faces das violências sofridas.

O outro sentimento abraçou-me sobremaneira - o medo. Sim o medo. Roberta, aprendi por estes dias que libertar o futuro não é uma ideia simpática, inofensiva, sova... em fim! Contudo, sigo desde há muito tempo convivendo - como medo - em cultivos mão da ideia de libertar o futuro. Roberta me deu eu

tenho mas não uso. E sua dissertação me lembrou um fragmento de Tatiana Nascimento que diz assim: "aquele uma vela e o vento e o vento".

A mensagem da carta é livre. Tem do coração. Entendi que sua dissertação utiliza um caminho que me é muito sensível e precioso - a escrita de cartas - porque sempre acreditei ser a escrita de cartas um modo de colocar na file de papel - ainda que enfiadas - agenciamentos que tem do coração, em deixar de ser político, relator, transmissor.

Uma de suas cartas está colocada assim: "novas vozes também são novas epistemologias" me lembrou a dois momentos: um de Walter Benjamin ^{ser} a diferença da informação, o relato não se preocupa em transmitir o puro ^{em} si do acontecimento, ele o incorpora na própria vida da gente que conta, para comunicá-la como sua própria experiência: aquela que escuta. Dessa maneira a narradora nele deixa seu traço, como a mão da artista no uso de argila. Ou seja, "corpos que lutam dia a dia para permanecer."

O outro, um dharma trazido por mãe preta que ensina que não devemos encher nome

colocando de esquiamento. Esse modo aprendo sempre que lembrar é uma estratégia de sobreviver com dignidade.

O percurso narrativo de tua dissertação é um deslocamento do agora para libertar o futuro.

Coil musicou um lindo poema que foi interpretado por Gal Costa - Quem me dá a liberdade de escolher? De pensar? E você? Olha aqui: Quem me dá seu eu!

Sinto. Senti dessa forma Roberto que sua dissertação é uma evocação para que estejamos atentos e fortes para se ter coragem e não permitir jogar fora nossa própria cultura, nossa própria tradição, nossa própria ancestralidade. E não se deixar iludir. Não se pode jogar fora tudo isso.

A força está no engajamento de nossa própria história, de nossas existências. É me parecer que é aí que repousa a potência que aponta a ilusão e a desorientação.

tu desaja que arranjes! Sem temer o
 dia. Sem se render. Sem se render.

É como uma mãe puta, mais uma vez
 "o oriente se guarda o propósito quando
 Comprende".

Espero hoje de todo coração que já tenhas
 noção do que movimentas.

Chuva de luz!

Yashodhan Ashya Jal
 Co. 11/02

Carteiros! Pra quem?!

- Pra quem tem fe!?

ANEXO 2. Carta-parecer de Jaileila de Araújo Menezes

Recife, 6 de setembro de 2023

Roberta querida,

Espero que essa carta te encontre bem. Vou tentar escrevê-la assim, de próprio punho, para que essa seja a forma de encontro corpóreo possível nesta ocasião.

Sim, começo agradecendo do teu convite de estar junto com nós nesse momento de celebração. Peço licença à todas as nossas ancestrais que iniciaram a pavimentação desse caminho que continuamos a trilhar e a cuidar.

Como você bem disse, a memória é o que ela faz e nesse momento ela me conduz a uma tarde de encontro feliz, e literalmente muito caloroso, no Pátio de São Pedro, em Recife. Esse pátio é um berço da cultura negra fincado na região central da cidade. Entre tantas celebrações de força e fé durante o Carnaval, ele abriga a noite dos tambor silenciosos. Esse é um silêncio orquestrado pelas pessoas negras e não o silêncio imposto. Esse silêncio é um momento de conexão de nossas particularidades.

de memória com aqueles e aquelas
 tantos de nós que fizeram a travessia;
 Reverência as tantas vidas que conseguiram
 continuaram e as que foram interrompidas.
 Por que trago essa referência neste tempo
 do aqui e agora da sua defesa?

Trago porque penso que toda vez que
 sobrevivemos trazemos um punhado de
 gente conosco. Nós nunca estamos só!!!
 Nosso trabalho de DOCUMENTAÇÃO é, desde
 sempre, coletivo! Um corpo negro no mundo
 é testemunho de sobrevivência ao terror,
 do horror, à violência. A sobrevivência
 não é sem traumas, muitas são as cicatrizes
 produzidas em nós pelo "contínuo
 colonial". Um perverso "contínuo colo-
 nial" que se expressa de modo sutil,
 condescendente, condescendo, recreativo no espaço
 acadêmico. O alinhamento teórico-
 metodológico produzido ao longo do
 seu texto de dissertação é um rastreo-
 pista da trilha que podemos seguir
 para encontrarmos árvores frondosas e
 generosas de nutrição e acolhimento
 ético-estético-político: bell hooks,
 Conceição Evaristo, Yeciana Rodrigues,
 Bruna Batistelli, mulheres de sua
 banca, de sua família,

do Coletivo bell hooks (...). Há nesses
encontros renovação e autorrecuperação
como movimentos de aprendizagem COM
as nossas Tecnologias ancestrais.
Entendo sua pesquisa e o uso das
cartas como uma estratégia de
supervivência, nos termos de Luiz Rufino.
Considero que era poder ser uma interessante
articulação conceitual com a noção de hooks
"AUTORRECUPERAÇÃO". A supervivência é
também um enfrentamento às forças tristes
que nos são impostas pelo contínuo colonial.

Siba, um cantor pernambucano, diz que:
"Toda vez que eu dou um passo o mundo
sai do lugar". Eu sinto esse convite como
um impulsionamento, uma vontade de
dança e ginga da nossa supervivência e
autorrecuperação. A sua pesquisa tem
essa força-impulso de um testemunho
vivo de ruptura com a violência colonial
acadêmica. O conjunto de cartas e bilheti-
nhos escritos pela criança Roberta são
os pilares dessa dissertação bela e potente
que você deixa de legado para as Nossas
que estão por vir. Gratidão por não
ter desistido. Espero em breve te
abraçar no Pátio de São Pedro.

Um beijo,
Jaileila.

